



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**CONFLITOS ENTRE A CONSERVAÇÃO E O USO DA
TERRA EM COMUNIDADES RURAIS NO ENTORNO DO
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA**

LAURA JANE GOMES

**CAMPINAS
DEZEMBRO DE 2002**



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**CONFLITOS ENTRE A CONSERVAÇÃO E O USO DA
TERRA EM COMUNIDADES RURAIS NO PARQUE
NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA: UMA ANÁLISE
INTERPRETATIVA**

Tese submetida à banca examinadora para
Obtenção do título de Doutor em Engenharia
Agrícola na área de concentração em
Planejamento e Desenvolvimento Rural
Sustentável

LAURA JANE GOMES

Orientadora: Profa. Dra. Maristela Simões do Carmo

**CAMPINAS
DEZEMBRO DE 2002**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

G585c Gomes, Laura Jane
 Conflitos entre a conservação e o uso da terra em
 comunidades rurais no entorno do Parque Nacional da
 Serra da Bocaina: uma análise interpretativa / Laura Jane
 Gomes. --Campinas, SP: [s.n.], 2002.

 Orientadora: Maristela Simões do Carmo.
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
 Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

 1. Mata Atlântica. 2. Parati (RJ). 3. Parque Nacional
 da Serra da Bocaina (RJ e SP). 4. Assentamentos
 humanos. 5. Reforma agrária. 6. Conservação da
 natureza. 7. Comunidades agrícolas. 8. Posse da terra. I.
 Carmo, Maristela Simões do. II. Universidade Estadual
 de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III.
 Título.

Aos meus pais,

Pelo amor e dedicação

À geração de Juliano, Lívia e Luís Fernando

Na esperança de um país mais justo

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À Deus, por dar forças para a realização de mais uma importante etapa na minha vida.

Aos meus pais e irmãos pelo constante incentivo.

Aos amigos Helena, Lúcia, Ana, Marquinhos, Marcio Mikio, Jorge Ferrão, Claudemar e Rodrigo pela amizade e pelo grande auxílio durante a realização e conclusão desta pesquisa.

Aos amigos Jane, Rodolfo, Júlia, Sandra, Roseli, Rosangela, Leonardo e Gabriela por terem acompanhado, com muita amizade, minha passagem por Campinas.

À Profa. Dra. Maristela Simões do Carmo pela orientação e amizade.

À Profa. Dra. Rozely Ferreira dos Santos pela constante orientação e por ter acreditado na minha capacidade em realizar este trabalho.

Aos membros da banca pela contribuição.

Aos moradores das três comunidades e do interior do PNSB, muitos dos quais me acolheram em seus lares.

Aos técnicos do INCRA, IBAMA, IEF, IDACO, EMATER e Prefeitura Municipal de Parati pela receptividade e colaboração.

À CAPES pela concessão da bolsa durante três anos e à FEAGRI pela oportunidade.

E por último, mas não menos importante, à todas as pessoas que ajudaram anonimamente na realização deste trabalho.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| LISTA DE TABELAS | vi |
| LISTA DE FIGURAS | vii |
| RESUMO | ix |
| ABSTRACT | x |
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1 Justificativa..... | 1 |
| 1.2 Objetivos | 4 |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA | 5 |
| 2.1. Pressões antrópicas sobre a mata atlântica..... | 5 |
| 2.2 Políticas públicas e meio ambiente no Brasil..... | 7 |
| 2.2.1 O ambientalismo | 7 |
| 2.2.2 A política ambiental nas últimas décadas | 12 |
| 2.3 Unidades de Conservação no Brasil..... | 19 |
| 2.3.1 Planejamento e gestão em Unidades de Conservação..... | 19 |
| 2.3.2 Disponibilidade de recursos financeiros destinados às unidades de conservação ... | 23 |
| 2.3.3 Zona de amortecimento | 26 |
| 2.3.4 Criação de Parques Nacionais: da beleza cênica à conservação da biodiversidade. | 28 |
| 2.4 A teoria dos conflitos e as questões ambientais | 33 |
| 2.4.1 Aspectos conceituais e metodológicos dos conflitos | 33 |
| 2.4.2 Conflitos inerentes às unidades de conservação | 38 |
| 2.5 A política agrária no Brasil | 42 |
| 2.5.1 Do Estatuto da terra ao novo rural brasileiro | 42 |
| 2.5.2 A questão agrária no estado do Rio de Janeiro | 45 |
| 3. MATERIAL E MÉTODOS | 48 |
| 3.1 Caracterização da área de estudo | 48 |
| 3.2 Triangulação dos dados..... | 49 |
| 3.3 A construção dos cenários..... | 53 |
| 3.3.1 Confecção dos mapas croquis | 55 |
| 3.3.2 A definição da legenda..... | 56 |
| 3.3.3 A interpretação dos cenários | 59 |
| 3.4 Elaboração dos mapas croquis dos assentamentos..... | 60 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES | 61 |
| 4.1 Um pouco da história de Parati | 61 |
| 4.2 O Parque Nacional da Serra da Bocaina | 66 |
| 4.3 Histórico das comunidades Taquari, São Roque e Barra Grande | 73 |
| 4.4 Os sistemas de produção | 84 |
| 4.5 Padrões atuais de uso da terra e o agroecoturismo | 96 |
| 4.6 O conflito de uso da terra através da construção de cenários..... | 107 |
| 4.7 Conflitos entre esferas de governo | 119 |
| 4.8 Conflito entre organizações governamentais e não governamentais inter e intrainstitucionais | 127 |
| 5. CONCLUSÕES..... | 134 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 140 |
| 7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA..... | 154 |
| ANEXO 1 | 157 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| TABELA 1. Número de ações governamentais relacionadas ao meio ambiente | 15 |
| TABELA 2. Triangulação na perspectiva de Triviños | 50 |
| TABELA 3. Tipificação dos conflitos segundo sua natureza e impactos possíveis | 53 |
| TABELA 4. Fotografias aéreas utilizadas e importância quanto à época | 56 |
| TABELA 5. Padrões de interpretação utilizados nas legendas dos mapas históricos | 57 |
| TABELA 6. Abrangência do Parque Nacional da Serra da Bocaina | 67 |
| TABELA 7. Núcleos Populacionais Existentes no interior e na Zona de Amortecimento do PNSB | 69 |
| TABELA 8. Área total (ha) das fazendas, Decretos e áreas desapropriadas pelo INCRA | 74 |
| TABELA 9. Produção trimestral por produto e por produtor da comunidade São Roque, comercializado no mercado de Parati – primeiro trimestre de 2001 | 88 |
| TABELA 10. Levantamento das Potencialidades para futuras instalações agroindustriais familiares nas comunidades São Roque, Barra Grande e Taquari, município de Parati, 1999 | 89 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----------|
| FIGURA 1. Localização das comunidades Taquari, São Roque e Barra Grande na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina, com delimitação das glebas originadas pelo INCRA, em 1985 | 49 |
| FIGURA 2. Restinga Alterada | 58 |
| FIGURA 3. Floresta Alterada | 58 |
| FIGURA 4. Floresta Degradada | 58 |
| FIGURA 5. Sucessão Secundária Inicial | 58 |
| FIGURA 6. Sucessão Secundária Intermediária | 58 |
| FIGURA 7. Campo Antrópico | 58 |
| FIGURA 8. Processo de urbanização em Taquari | 82 |
| FIGURA 9. Processo de urbanização em Barra Grande | 82 |
| FIGURA 10. Casa de veraneio em Taquari | 82 |
| FIGURA 11. Terreno com placa contendo nome do proprietário e número do registro em cartório – Barra Grande | 82 |
| FIGURA 12. Edificações em Área de Preservação Permanente – Taquari | 82 |
| FIGURA 13. Porto de areia em afluente do rio Taquari | 82 |
| FIGURA 14. Bananais comerciais em Área de Preservação Permanente | 83 |
| FIGURA 15. Lixo acumulado em terreno próximo a curso d'água – Taquari | 83 |
| FIGURA 16. Igreja em construção – Taquari | 83 |
| FIGURA 17. Campo de futebol e clube – Taquari | 83 |
| FIGURA 18. Pés de banana espalhados em meio a mata regenerada | 94 |
| FIGURA 19. Pastos em área declivosa – São Roque | 94 |
| FIGURA 20. Cultivo de cana – São Roque | 94 |

| | |
|--|------------|
| FIGURA 21. Cultivo de mandioca – São Roque | 94 |
| FIGURA 22. Sistema de produção típico de São Roque | 95 |
| FIGURA 23. Unidade demonstrativa agroflorestal – São Roque | 95 |
| FIGURA 24. Plantio de palmito adensado - São Roque | 95 |
| FIGURA 25. Plantio de palmito espalhado em sítio de final de semana – Taquari | 95 |
| FIGURA 26. Vista do mar – Taquari | 102 |
| FIGURA 27. Rio Barra Grande | 102 |
| FIGURA 28. Rio São Roque | 102 |
| FIGURA 29. Rio Taquari | 102 |
| FIGURA 30. Bar às margens do rio Taquari. | 103 |
| FIGURA 31. Banheiro de bar próximo ao rio Taquari | 103 |
| FIGURA 32. Propriedade começando a investir no turismo | 103 |
| FIGURA 33. Acesso ao restaurante sobre o rio Barra Grande | 103 |
| FIGURA 34. Área represada – rio Barra Grande | 103 |
| FIGURA 35. Mapa croqui da comunidade Taquari | 104 |
| FIGURA 36. Mapa croqui da comunidade Barra Grande | 105 |
| FIGURA 37. Mapa croqui da comunidade São Roque | 106 |
| FIGURA 38. Localização dos mosaicos encontrados no cenário da década de 60 | 108 |
| FIGURA 39. Mapa croqui do cenário histórico na década de 60 | 114 |
| FIGURA 40. Mapa croqui do cenário histórico na década de 80 | 115 |
| FIGURA 41. Mapa croqui do cenário histórico na década de 90 | 116 |
| FIGURA 42. Áreas cobertas com sucessão secundária inicial e intermediária – 1968 a 1999 | 117 |

RESUMO

GOMES, Laura Jane. **Conflitos entre a conservação e o uso da terra em comunidades rurais no entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina: uma análise interpretativa.** Tese (Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

A Mata Atlântica é o bioma mais ameaçado do país possuindo 2% de sua área original protegida. O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) é um dos maiores fragmentos de Mata Atlântica do Brasil. Parati, um dos municípios que compõe o Parque, chamou a atenção por possuir áreas consideradas preservadas em relação aos demais municípios. Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa foi interpretar os conflitos entre a conservação e o uso da terra nos assentamentos Taquari, São Roque e Barra Grande, localizados na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Os objetivos específicos foram relacionar a dinâmica de uso da terra com a cronologia de implementação das políticas ocorridas no período de 1968 a 1999; analisar as instituições governamentais e não governamentais envolvidas e sua atuação nos assentamentos; classificar os tipos de conflitos existentes nas comunidades assentadas e no Parque Nacional da Serra da Bocaina e apontar ações para a resolução de tais conflitos. A coleta e análise dos dados históricos e sócio-econômicos apoiaram-se na base metodológica da técnica de triangulação. A pesquisa iniciou-se com uma etapa exploratória onde foram feitos contatos com membros das associações dos três assentamentos e com os representantes das instituições envolvidas ou aparentemente envolvidas e com a busca de dados secundários. A análise dos dados coletados subsidiou a formulação dos roteiros de entrevistas. Foi feita também uma análise espacial da dinâmica de uso da terra, utilizando-se como ferramenta a análise da paisagem fundamentada na construção de cenários históricos. Procurou-se relacionar os cenários encontrados com o histórico das comunidades e as informações sócio-econômicas, bem como classificar e interpretar as categorias de conflitos existentes. Nas três comunidades, a forma de uso da terra pareceu seguir a mesma tendência na busca de alternativas de sustentação, independentemente de ter ocorrido um retalhamento dos lotes em Taquari e Barra Grande. Verificou-se uma mudança do padrão de uso da terra da década de 60; predominantemente agrícola, para a atualidade, nos três assentamentos, que é o aumento da vegetação, principalmente nas áreas retalhadas que, gradativamente, se transformam em chácaras de final de semana. Constatou-se, ainda, uma ocupação desordenada e progressiva nas margens dos rios, com trechos ocupados por grande número de edificações. Concluiu-se que os principais conflitos existentes na área estudada relacionam-se à falta de diálogo entre os envolvidos, pois os limites físicos entre o PNSB e os assentamentos não têm as mesmas delimitações para as instituições responsáveis. Este entendimento, provavelmente, seria o primeiro passo para a resolução dos demais conflitos. Para tanto, propõe-se o tratamento dos conflitos expostos por meio da articulação de um grupo externo, que deverá negociar com os envolvidos soluções para os conflitos existentes.

Palavras chave: Parque Nacional da Serra da Bocaina; Cenários Históricos; Parati; Assentamentos; Conflitos

ABSTRACT

GOMES, Laura Jane. **Conflicts between conservation and land use in rural communities on borders of protected areas at Parque Nacional da Serra da Bocaina: an analysis.** Master's Degree Thesis (Sustainable Planning and Development in Rural Communities – Faculdade de Engenharia Agrícola, State University Campinas, 2002

The Atlantic Forest is the most endangered biomass in Brasil with only 20% of its original area protected. The Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), is one of the largest remaining fragments of Atlantic Forest in Brasil. Parati, one of the cities which embodies the Park, deserved special attention, considering that its areas are regarded as well preserved when compared with other cities in the park. In this respect the main objective in this research was to explain the conflicts between conservation and land uses in Taquari, São Roque and Barra Grande nestings, located at the damping zone of the park (PNSB). The specific objectives were: to compare the dynamics in land use with the implemented policies, from 1968 to 1999; to interpret both, governmental and non governmental institutions present in the park and their acts to settlements; to classify the distinguished conflicts occurring in the settlements in the park, and; to indicate actions to resolve such conflicts. Data access, historical and socio-economic analysis were established on the triple basis technic method. The research started at an investigative stage when several contacts were made with members of the associations from the three settlements involved and with the representatives from related institutions, who were directly involved or not, plus the quest for secondary data. The interviews scripts and their conception were the result of spacial analysis and collected data. A spacial analysis of land use dynamics was realised as well. The landscape study was also used as generator of a historical scenery. There was an attempt to relate the scenery with the available information, as well an rating and explaining the categories of existing conflicts in the area. The assumption that Parati, commonly known as the city which best preserves the forest integrity in the park, may be misleading, when one refers to the loss in biodiversity by means of illicit hunting and extration. There seemed to be a common trend for the three communities concerning land use. Apart from the fact that there was a divided land in the state (Taquari and Barra Grande), inhabitants from the three communities have followed similar trends when seeking sustainable alternatives. A change in land use pattern was verified, for during the 60's, such use was predominantly agricultural and today vegetation has increased, mainly on divided lands, which have turned into small ranches for weekend leisure time. It was possible to verify an disorderly and progressive land invasion onto riverbanks, revealealing a great number of constructions. Throughout the analysis, a conclusion made was that, the reasons for the conflicts on the studied area are connected to the lack of communication among the parties, because not even the PNSB limits and the settlements are clearly understood by the responsible institutions. This understanding would be a first step towards a resolution for further conflicts. For in such a way, the treatment of the displayed conflicts, by means of external conciliatory groups is considered.

Key word: Parque Nacional da Serra da Bocaina; Historical Scenery; Parati; Settlements; Conflicts

1. INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

A área de domínio da Mata Atlântica constitui uma extensão espacial com cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados, prolongando-se ao longo das encostas e serras da costa, desde uma pequena extremidade no sudeste do Rio Grande do Norte, passando pelos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, até uma estreita faixa no Rio Grande do Sul. As florestas tropicais úmidas que cobriam essa imensa área encontram-se hoje reduzidas a 4% de cobertura primária e armazenam uma imensa diversidade biológica, comparativamente maior do que a Floresta Amazônica e com elevados índices de endemismo tanto na fauna quanto na flora (CIMA, 1991; BRASIL, 1999).

Segundo o I Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica do Brasil, a Mata Atlântica é o mais ameaçado dos biomas florestais brasileiros e possui somente 2% da área original, protegida em Unidades de Conservação (BRASIL, 1998).

São cerca de trezentas Unidades de Conservação na sua abrangência, que somam juntas aproximadamente dois milhões de hectares. Levantamentos preliminares atestam que cerca de 1/3 dessas áreas é de propriedade do Estado, embora não de todo regularizadas. Grande parte é composta por terras devolutas. Uma outra parte é procedente de indenizações, e uma terceira é composta de áreas cujos proprietários são desconhecidos (NIPE, 1998).

Nos últimos anos as proteções legais têm-se mostrado insuficientes para garantir a integridade dessas áreas. Um exemplo de degradação foi o que ocorreu entre 1990 e 1995 no Rio de Janeiro, onde registros mostram um desmatamento de 13,13% de seus remanescentes. Esse estado já teve mais de 90% de seu território coberto por Mata Atlântica (BRASIL, 2002).

Segundo FERREIRA et al. (1999), baseando-se em registros de desmatamento e queimadas, estima-se que foram destruídos nos últimos anos cerca de 15.000 km²/ano de Mata Atlântica no Brasil. Muitas destas áreas acabam cedendo lugar a pastagens.

A exemplo de outros biomas brasileiros, a Mata Atlântica tem sofrido conseqüências de ações nas esferas políticas, econômicas e sociais geradas desde o descobrimento do país.

Foram vários ciclos econômicos calcados na exploração predatória dos recursos naturais. A falta de políticas mais realistas deixam os mecanismos de gestão fragilizados ou impraticáveis.

É importante destacar que tais problemas têm influenciado de forma negativa a opinião pública. A falta de conhecimento sobre os problemas enfrentados na gestão das Unidades de Conservação no Brasil faz com que estas caiam em descrédito perante a sociedade, que as vêem como áreas “improdutivas”¹.

As ações dos órgãos de meio ambiente são por diversas vezes de caráter “preservacionista”, atuando quase sempre em posição antagônica ao desenvolvimento local. Consequentemente, gera diversos tipos de conflitos de ordem institucional, social e ambiental *in loco*, de difícil solução.

No caso do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), que possui problemas comuns a todos os outros Parques Nacionais brasileiros, as pressões existentes dentro e no seu entorno têm exigido, além da elaboração do Plano de Manejo, estudos mais aprofundados em diversos setores.

Abrangendo cinco municípios de dois estados, São Paulo e Rio de Janeiro, com uma área total de cerca de 105 mil ha (hectares) e 420 km de entorno, se consolidado, o PNSB poderá proteger sozinho mais território do que os três outros parques nacionais fluminenses somados, com a vantagem de compor importantes trechos do território paulista (DRUMMOND, 1997).

Nesse Parque Nacional tem sido inevitável a perda da biodiversidade. Em alguns locais, os exploradores mantêm a área de dossel intacta, e, quando observada em fotografias aéreas, passa a impressão de se encontrar conservada. Em outras áreas, a exploração dos recursos naturais é tão descabida que se observam extensas clareiras no interior do Parque.

São diversos os impactos dentro e no entorno do PNSB, dentre eles: as queimadas; o extrativismo de madeira, palmito, bromélia e orquídea; a exploração de areia; a formação de pastagens; e o turismo desordenado. Diante de tantas fontes impactantes, torna-se difícil eleger um único fator como o responsável pela fragmentação da área do PNSB. Trata-se de um processo dinâmico, influenciado por diversos elementos, movidos por tomadas de decisões políticas ou de outra natureza, que não respeitam os limites do Parque. Pode-se afirmar que uma consequência, como por exemplo a retirada do palmito, não é resultante de apenas uma,

¹ Alguns casos estão relatados no referencial teórico desta pesquisa.

mas, de inúmeras causas. Neste sentido, optou-se por considerar que as comunidades rurais estudadas são unidades de conflito dentre tantas outras existentes na área de influência da unidade de conservação.

Entende-se que os impactos e conflitos existentes são de difícil detecção e análise, pois envolvem inúmeros fatores, onde destaca-se a grande extensão territorial. Procurou-se então buscar o entendimento de como parte da Zona de Amortecimento influencia na conservação do PNSB.

A escolha da área de estudo dentro do município de Parati justifica-se pelo anseio de entender como ocorrem as relações de vizinhança entre comunidades de assentamento de reforma agrária e uma unidade de conservação. Quanto à questão legal, trata-se da implementação de duas políticas – desenvolvimentista e conservacionista – que expressam propósitos diferenciados em um espaço físico muito próximo.

Parati também chamou a atenção por possuir mais de 50% de seu território na zona de atuação da lei de tombamento do patrimônio histórico e cultural estabelecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional (IPHAN), e inúmeras Unidades de Conservação (Federal, Estadual e Municipal) que se sobrepõem espacialmente. Estas leis, de caráter preservacionista, têm gerado conflitos de interesses envolvendo diversos segmentos da sociedade.

Foram pesquisadas as comunidades Taquari, Barra Grande e São Roque, que se formaram a partir de antigas fazendas que sofreram processo de desapropriação pelo INCRA para fins de reforma agrária na década de 80, e localizam-se na Zona de Amortecimento do PNSB. Marcadas por décadas de conflitos com o próprio INCRA, Taquari e Barra Grande não se consolidaram como assentamentos de reforma agrária. São Roque, apesar das dificuldades de limitação devido à qualidade do solo, é considerada pelos técnicos do INCRA como um assentamento rural.

Partindo da hipótese que as políticas de desenvolvimento e de conservação, em princípio, sejam opostas em seus propósitos, procurou-se estabelecer relações quanto à forma e mecanismos com que tais políticas influenciaram no sistema de uso da terra dos assentamentos, bem como no cumprimento dos propósitos para os quais o PNSB foi criado. Procurou-se o entendimento de como a implementação de duas linhas de políticas, desenvolvimento rural e preservação ambiental, interagem em locais espacialmente vizinhos.

Uma segunda hipótese analisada neste estudo baseia-se na afirmativa da existência de uma relação entre a implementação das políticas e os conflitos existentes nas comunidades Taquari, Barra Grande e São Roque e o PNSB.

E por fim, uma terceira hipótese, refere-se especificamente às áreas de assentamentos no que se relaciona a forma como as diferentes instituições do Estado atuam na resolução dos problemas sociais. No caso de ações relativas aos programas de assentamentos rurais, devido a maior precariedade dos assentados, aumentam consideravelmente os conflitos territoriais das populações que se fixam em áreas que deveriam estar conservadas.

Apesar desta pesquisa não ter o objetivo de esgotar o assunto e muito menos solucionar os conflitos existentes na área pesquisada, pois não cabe à autora o papel de negociadora de conflitos, tem como propósito contribuir para a análise de um problema que não se restringe apenas ao PNSB, mas a tantos outros Parques Nacionais existentes no país.

1.2 Objetivos

Objetivo Geral

- Interpretar os conflitos entre a conservação e o uso da terra nos assentamentos Taquari, São Roque e Barra Grande localizados na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Objetivos Específicos

- Relacionar a dinâmica de uso da terra com a cronologia de implementação das políticas ocorridas no período de 1968 a 1999;

- Analisar as instituições governamentais e não governamentais envolvidas e sua atuação nos assentamentos;

- Classificar os tipos de conflitos existentes nas comunidades assentadas e no Parque Nacional da Serra da Bocaina, e apontar ações para a resolução de tais conflitos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Pressões antrópicas sobre a mata atlântica

Os atuais remanescentes de Mata Atlântica, hoje reduzida a 4% de toda a sua cobertura original, são resultantes de cinco séculos de exploração, expansão da agricultura e urbanização ocorridos no país.

Os índios da tribo tupi-guarani, já haviam conquistado estas terras de outras tribos indígenas muito antes da chegada dos colonizadores europeus, revelando, assim, a importância da Mata Atlântica para a sobrevivência destes povos.

A adoção da agricultura por esses povos teve início mais de mil anos antes da chegada dos colonizadores europeus. Desde então, a agricultura na região da Mata Atlântica, ocorreu em todas as áreas de baixada do continente. A técnica era extremamente simples e itinerante – conhecida como sistema de coivara, que consistia basicamente na retirada e queima da vegetação, plantio da roça e, após duas a três colheitas, o abandono da área, para que a vegetação pudesse regenerar (DEAN, 1996; OLIVEIRA et al., 1994).

Os índios cultivaram a mandioca, o milho, a batata-doce, a banana-da-terra, entre outras, além de nomearem e utilizarem uma diversidade de frutas, até hoje presentes na mesa da população brasileira, tais como a goiaba, a jabuticaba, o maracujá, o abacaxi, o mamão, a pitanga, a pitomba, os cajás e cambucás (CIMA, 1991).

Não se pode deixar, portanto, de considerar as espécies cultivadas, manejadas ou mesmo extintas pela ação histórica do homem, pois o que temos hoje na condição de “*paisagem natural*” pode tratar-se, na verdade, de um sistema manejado durante vários séculos. A taxa atual de biodiversidade, entre outros aspectos, é uma herança desse processo (OLIVEIRA et al. 1994).

Pode-se afirmar o mesmo em relação à fauna. Estes povos exploravam mais de vinte espécies de peixes de água salgada, além de inúmeras espécies de água doce, como caranguejos, camarão e peixe boi, e caçavam veados, saguis, tartarugas, macacos, preguiças, catitus, cutias, tatus, capivaras, antas, pacas e lontras (DEAN, 1996).

A chegada dos colonizadores portugueses, espanhóis, franceses e holandeses, em busca de madeira “*cor-de-brasa*”, para fins de tintura e construção, implicou na exploração do pau-brasil, que foi intensamente extraído até a sua extinção (CIMA, 1991).

O pau-brasil passa a ser então o primeiro ciclo extrativista aplicado em terras brasileiras. Desde então, vários ciclos econômicos provocaram grandes desmatamentos, causaram a degradação do solo, tanto pela exploração de riquezas minerais quanto pelas práticas agrícolas sem os devidos cuidados com a conservação.

Os portugueses, que já dominavam a técnica de plantio da cana-de-açúcar, encontraram na região de Mata Atlântica do nordeste ambiente propício para a implantação dessa cultura. A substituição da vegetação pela cana foi inevitável, e através dessa cultura, os escravos negros foram introduzidos no país (DEAN, 1996).

No final do século XVII e pelo século XVIII, descobre-se a abundância de ouro e pedras preciosas na região do Estado de Minas Gerais. Tal descoberta aguçou a ganância dos primeiros colonizadores, e grande parte da população de Portugal mudou-se para essa região. Com o aumento da população, a demanda por alimentos cresceu e as terras mais férteis de floresta foram utilizadas para plantios e a pastagens (CIMA, 1991).

Ao final do século XIX iniciou-se outro ciclo de produção exportadora na região sudeste. No Vale do Paraíba desenvolveu-se a cultura do café, sem nenhum cuidado com práticas conservacionistas. Assim que os solos de uma área eram esgotados, seguia-se mais adiante, em busca de outras áreas férteis. Essa prática percorreu o oeste de São Paulo, norte e oeste do Paraná, chegando, no século XX, a ultrapassar as fronteiras do Mato Grosso e do Paraguai. O extremo oeste de São Paulo e do Paraná, onde as terras são muito mais arenosas e extremamente vulneráveis à erosão, sofre hoje fortes riscos de desertificação em função desta atividade (CIMA, 1991). Perdida a fertilidade natural, as antigas áreas cafeicultoras passaram a servir apenas para a criação extensiva (MEDEIROS et al., 1999).

Durante o século XX, em outras regiões da Mata Atlântica, diferentes formas de exploração não menos predatória foram estabelecidas. No sul da Bahia foi criado um forte pólo madeireiro e no norte do Espírito Santo foram usados incentivos para a industrialização pesada e a implantação de indústrias de papel (CIMA, 1991).

A siderurgia esquentou por muito tempo seus fornos com o carvão vegetal da floresta. A implantação da usina de Volta Redonda devastou as matas da Serra da Mantiqueira, e a exemplo de outras siderúrgicas e metalúrgicas, executou-se todo o trabalho de carvoejamento calcado em mão-de-obra exploratória. Enormes extensões da zona da mata mineira, bem como a Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo, foram substituídas por grandes extensões de

eucaliptais com a finalidade de garantir energia para a siderurgia, metalurgia, bem como matéria prima para a produção de papel e celulose existentes nessas regiões (DEAN, 1996).

A degradação da Mata Atlântica não ocorreu apenas pelo desmatamento. A década de 50 marca a entrada do Brasil no mercado mundial, calcada em um modelo de desenvolvimento orientado para a importação de capital e tecnologia estrangeira. É criado o pólo petroquímico de Cubatão, que chega ao auge da produção na época do milagre econômico, e acaba lançando grandes quantidades de poluentes na atmosfera, de modo que a floresta foi totalmente destruída por vários quilômetros quadrados (GUTBERLET, 1996).

Diante do exposto, chega-se à este início de século com a certeza que a manutenção de um modelo de desenvolvimento puramente econômico nessa região garantirá apenas uma maior agressão aos remanescentes que ainda existem. Esta afirmação é inquestionável principalmente quando se depara com a realidade destas áreas, com as diversas formas de exploração predatória, como a extração de madeira da floresta para queima em fornos de carvão, o que remete a décadas atrás, e que a realidade deveria fazer parte de um triste passado.

2.2 Políticas públicas e meio ambiente no Brasil

2.2.1 O ambientalismo

Segundo análise feita por McCORMICK (1992), o ambientalismo no ocidente não teve um começo claro, nem surgiu em um país para depois espalhar-se para outro; emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes. Contudo, as questões ambientais mais antigas eram questões locais que, a partir de uma causa, formavam grupos de atuação. Estes, por sua vez, formavam coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento internacional.

Claramente, no entanto, o ambientalismo tomou forças após a segunda guerra mundial, principalmente em decorrência da explosão da bomba atômica e de várias outras catástrofes ambientais causadas pela ação antrópica, constatou-se que suas conseqüências eram de ordem planetária. Mas, somente na década de 70, caracterizada por meio de vários movimentos e relatórios, a questão ambiental passou a ser um assunto atrelado à capacidade de suporte do planeta e diretamente relacionado à exploração dos recursos naturais.

VIOLA & LEIS (1995) afirmam que nessa década, existiam duas posições polarizadas, referentes à questão ambiental. Embora ambas se preocupassem com a pressão demográfica, havia uma minoria que defendia uma posição catastrófica, expressa pelo relatório “*Os Limites do Crescimento*”, elaborado pelo Clube de Roma, que acreditava ser necessário frear imediatamente o crescimento econômico e populacional ou não haveriam alternativas de sobrevivência para o planeta. Havia também uma maioria gradualista, que se expressou durante a Conferência de Estocolmo em 1972, e que advogava ser necessário estabelecer mecanismos de proteção ambiental com ação corretiva, a fim de reverter a dinâmica demográfica, e desta forma atingir, a médio prazo, uma população estável.

De certo, tais posições contribuíram para que opiniões a respeito fossem formadas e que novos movimentos ambientalistas emergissem, mas não foi o suficiente para que os governos tomassem providências quanto ao controle de natalidade e a erradicação da pobreza, pois desde a década de trinta, a chamada Revolução Verde disseminada dos Estados Unidos para o resto do planeta, era vista como a solução para os problemas da produção de alimentos. Era por meio da agricultura, com forte concentração de insumos e extensas áreas para plantio, que a fome deixaria de ser uma ameaça a população mundial.

Infelizmente, as expectativas de produção farta e acessíveis aos pobres, criadas em torno da Revolução Verde, foram minguando diante da realidade concreta dos anos subsequentes. Do ponto de vista de MARTINE & GARCIA (1987), o modelo tecnológico mundial está em crise e, pelo menos no Brasil, o custo social das mudanças ocorridas aguça o questionamento das suas vantagens econômicas. Sem dúvida, a produtividade agrícola aumentou. A agroindústria se expandiu rapidamente, mas a produção *per capita* de alimentos básicos é menor do que no início da modernização. O número de postos de trabalho no campo aparentemente aumentou, mas grande parte deles é de natureza instável e mal remunerado. O campo se industrializou, se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades.

Os impactos ambientais negativos desta agricultura, baseada no consumo de grandes quantidades de formas não renováveis de energia, têm se tornado cada vez mais óbvios, com contaminação de fontes de água, envenenamento de pessoas, eliminação da fauna por uso de pesticidas, compactação dos solos pelo uso de maquinaria, diminuição das reservas de água, salinização dos solos pelo uso ineficiente de irrigação e desmatamentos, entre outros.

A sociedade brasileira sofreu um dos impactos mais dramáticos da sua história ao abraçar um projeto desenvolvimentista, que transferiu em um período de 39 anos cerca de 2/3 de sua população do campo para as áreas urbanas.

De qualquer forma, nos anos 1970 e 1980, os movimentos de contestação começam a se desenvolver em todo o mundo, dando início a um processo de atuação que se intensificou progressivamente, ainda que em escala menor nos países de domínio militar. Isso exigiu que governos passassem a tratar as questões ambientais não meramente como um acidente ou incidente, mas sob a forma de implementação de novas políticas.

Assistiu-se também a uma explosão do número de unidades administrativas governamentais dedicadas à proteção ambiental, direções internacionais, ministérios, secretariados estatais (em 1970, havia 12 secretarias ambientais nacionais; em 1990, este número passou para mais de 140), organizações não governamentais (aproximadamente 15.000 em 1990), e a criação de organizações internacionais como IUCN e WWF (VIOLA & LEIS, 1995; LE PRESTRE, 2000).

VIOLA & LEIS (1995) afirmam ainda que a emergência do ambientalismo no Brasil não aparece como um fenômeno isolado, uma vez que faz parte de um amplo processo de mudanças políticas, econômicas e sociais. A profundidade (e até a violência) das mudanças brasileiras modernizadoras dos anos 70 explica, inclusive, o maior espaço de atenção que aqui tiveram as novas questões ambientais, em relação a outros países da América Latina que se afastaram gradualmente da dinâmica do sistema internacional e, praticamente estacionaram repetindo os mesmos debates das últimas décadas.

Na década de 70, o ambientalismo foi formado e estruturado no Brasil como um movimento *bissetorial* constituído por associações ambientalistas e agências estatais de meio ambiente. Estas tiveram uma relação simultânea, complementar e contraditória, confluindo ambas na definição da problemática ambiental, recortada pelo controle de poluição urbano-industrial e agrária, e pela preservação de amostras de ecossistemas naturais.

A política predominante considerava que os recursos naturais do Brasil eram quase infinitos e que deveriam ser usados não de modo conservacionista (como propunha o programa ambientalista internacional), mas de modo mais rápido e intenso para atingir altas taxas de crescimento econômico.

A progressiva preocupação pública com a deterioração ambiental interna e externa ao Brasil, na segunda metade da década de 80, transformou o ambientalismo num movimento multissetorial, constituído basicamente por cinco setores (VIOLA & LEIS, 1995):

- a) as associações e os grupos comunitários ambientalistas;
- b) as agências estatais de meio ambiente;
- c) o socioambientalismo constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais que têm outros objetivos atrelados, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação;
- d) os grupos e as instituições científicas que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental;
- e) um setor do empresariado que começa a traçar os processos produtivos e investimentos utilizando-se o critério da sustentabilidade ambiental.

Estes autores, analisando sob esta perspectiva, chegam a afirmar que existe uma tendência a aumentar a participação do setor empresarial, em conjunto com as associações ambientalistas e do socioambientalismo, já que as perspectivas estatistas de desenvolvimento sustentável têm sido cada vez menos viáveis. Isto torna-se visível no início deste século, quando se observa o aumento da responsabilidade com ações concretas destes três setores.

Por outro lado, o Estado continua com seu papel normatizador, extremamente importante. Embora ele mesmo não execute projetos de ordem ambiental, dita as regras sociais, libera financiamentos, e regulamenta, do ponto de vista legal, as intervenções no ambiente. Isto é, o Estado por meio de leis e editais de oferta de recursos, lança linhas de financiamento para que, instituições privadas, estatais, municípios e sociedade organizadas executem tais projetos.

O conceito de desenvolvimento sustentável passa a ocupar uma posição central dentro do ambientalismo em todo o ocidente, particularmente depois da publicação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “Nosso Futuro Comum” (Relatório “Brundtland”) em 1987. Este importante evento define Desenvolvimento Sustentável como “*aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações*”.

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, a Conferência do Rio, foi um importante acontecimento para que metas que visavam o desenvolvimento sustentável global se

tornassem realidade. Foram assinados vários tratados ambientais que envolveram centenas de países.

Apesar de ter sediado esta importante Conferência o Brasil mudou muito pouco a sua realidade perante a população massificada. Exemplo disso são as discussões em torno da Agenda 21, que foi implementada em poucos municípios, e que poucos cidadãos conhecem o seu teor.

Segundo estudo realizado por ARRAES (2000) sobre a implementação da Agenda 21 pelo setor público em quatro municípios brasileiros, a participação da sociedade civil ocorreu de forma concedida e consultiva. Isto mostra que ainda falta muito o que fazer para que a população tenha uma participação efetiva nas questões relacionadas ao meio ambiente.

Apesar dos esforços há que se reconhecer que ainda existe uma tensão, uma contradição, entre o discurso ecológico e o sociopolítico. Existe uma crise profunda do meio ambiente, e como consequência, no questionamento da alocação racional do chamado capital natural, naquilo que a natureza proporciona para o desenvolvimento econômico humano (RATNER, 1994).

A sustentabilidade do desenvolvimento requer um tipo de mercado regular e um horizonte de longo prazo, características que só poderão ser efetivamente realizadas com a atuação do Estado, pois expressões tais como “*gerações futuras*” ou “*longo prazo*”, apesar de serem utilizadas com maior frequência nos últimos anos, são estranhas ao mercado (GUIMARÃES, 1997).

O que é pior, e até paradoxal, é que justamente agora, quando surge uma preocupação maior com o desenvolvimento sustentável, opta-se pela falência do Estado como motor do desenvolvimento, e, portanto, a falência da regulamentação do planejamento governamental, propondo-se como solução, a sua substituição pelo mercado (GUIMARÃES, 1997).

A sustentabilidade do desenvolvimento também exige a democratização do Estado e não seu abandono e a substituição pelo mercado, além de uma amplitude democrática, em que sejam considerados os interesses da sociedade civil, já que as dificuldades provocadas por situações de extrema desigualdade social ao acesso e distribuição dos recursos naturais, econômicos e políticos, não podem ser definidas como problemas individuais, constituindo, na verdade, problemas sociais (CHÉVEZ POZO, 1997).

Nesta nova concepção tem-se notado a mudança nos padrões de consumo com exigências crescentes de muitos países, apesar de incipiente no Brasil, por produtos “verdes”, cujos consumidores têm preferência por produtos gerados com tecnologias “limpas”. O que tem feito com que muitas indústrias mudem seu comportamento diante do elevado uso de insumos e processos poluidores, e passem a adotar sistemas para obtenção de produtos certificados. Essas ações são recentes, surgiram no final da década de 80 e só agora têm mostrado força significativa, contribuindo para a diminuição dos impactos ambientais negativos.

Por enquanto ainda são raros os exemplos de políticas ambientais bem sucedidas que se baseiam apenas em instrumentos econômicos. Praticamente em todos os países ocorre, quando muito, uma combinação de regulações diretas com incentivos econômicos, como subsídios e redução, ou até mesmo isenção fiscal para a adoção de tecnologias limpas ou menos poluentes (CARMO, SALLES & COMITRE, 1995).

Um outro fator agravante, que aparece quando se discute a questão ambiental, está relacionado às diferentes concepções de meio ambiente que um indivíduo possui, como também a sua postura ou a da sociedade diante de certas questões. O conceito e as formas de participação começam a ser debatidos.

2.2.2 A política ambiental nas últimas décadas

As “*políticas ambientais*” são entendidas como o resultado prático da ação pública de agentes civis, governos e membros da burocracia estatal, que reagem às condições objetivas de deterioração do meio ambiente em determinado momento histórico produzindo diretrizes (MELLO, 1996).

Teoricamente, a implementação de uma política ambiental não pode ser isolada, ela exige que se recorra às políticas fiscal, regional/urbana, industrial, etc. Da mesma maneira, diretrizes de política industrial, de política urbana e posturas regulando aspectos intra-urbanos, afetam significativamente o meio ambiente. É como se a política ambiental fosse vista como um conjunto de componentes das demais políticas, que usualmente a precedem. Assim, os objetivos relativos à qualidade do ambiente parecem ser considerados como restrições aos objetivos da política econômica, da política urbana, etc (ARAÚJO, 1979).

A percepção dos custos e benefícios de uma política, indicam o maior interesse que a adoção da mesma irá propiciar podendo gerar sua aprovação ou rejeição. Segundo SILVA (1999):

“Uma política que vise a criação de uma área de proteção ecológica atinge mais fortemente aqueles que habitam próximo ou dentro da área como no caso de populações tradicionais, por exemplo, do que aqueles que estão distantes e verão como importantes práticas protecionistas, sem que atendam ou conheçam aqueles que pagarão o preço dessa ação. Se áreas de proteção abrigarem recursos naturais que possam vir a ser explorados economicamente, também, podem significar a reação de grupos econômicos que desejam sua exploração e julguem que a proteção de uma área específica não justifique abrir mão de valor econômico que beneficiaria indivíduos, a região, e até o país”.

Para FUCKS (1998), assim como os bens públicos produzidos pelo Estado, a proteção do meio ambiente visa o atendimento de algo definido como uma necessidade da sociedade como um todo. Uma das formulações mais bem elaboradas do meio ambiente, enquanto bem público, encontra-se na legislação. O legislador ao eleger o meio ambiente, como bem público, supõe a existência difusa e homogênea desse interesse por toda a sociedade. Esta esfera, amplamente discutida em termos de políticas ambientais, é o que se distingue, através de legislação, o que é “*público*” do que é “*privado*”.

O único recurso natural que a sociedade moderna colocou sistematicamente sob o regime de propriedade privada, regido pelos princípios de mercado e da ação individual, é o solo, para fins agrícolas, pecuários e imobiliários. De país a país varia a liberdade com que os donos de terra podem tratar diversos recursos naturais conexos a ela. No Brasil o proprietário de uma gleba não tem direitos sobre as águas e os bens minerais existentes nela, mesmo os seus direitos sobre a flora estão limitados a permissões específicas e autorizações para a sua modificação ou eliminação, e nem mesmo pode caçar os animais que vivem ou transitam pela sua propriedade (DRUMMOND, 2001). Estes recursos são tidos como bens de toda a nação, isto é, são juridicamente classificados como um direito difuso.

SILVA (1999) pesquisando a produção de políticas ambientais na Câmara dos Deputados entre 1989 a 1998, constatou que, de modo geral, os legisladores têm preferências sobre políticas públicas, mas quando se trata de uma questão de interesse geral ou difuso não

são instigados, necessariamente, na promoção de políticas deste tipo, porque tal assunto envolve muitos interesses opostos e divergência de opiniões.

LE PRESTRE, (2000) lembra que uma política não se restringe apenas a intenções ou a um conjunto de decisões. Uma política visa uma série de ações com vistas à sua implementação. As decisões devem ser traduzidas em atos, de maneira a se tornarem operacionais e a se integrarem nas rotinas administrativas. Regulamentos e instituições competentes devem ser criados. Os agentes de intervenção devem ter a capacidade de implementar tais políticas. As administrações devem ter a capacidade de aplicá-las, uma vez que as políticas ambientais têm a finalidade de regular o comportamento dos indivíduos, grupos, organizações e Estados. O que é feito neste estágio confere seu verdadeiro sentido a toda política ambiental.

Isto não é uma tarefa fácil, uma vez que, em se tratando de questões ambientais, existem diferentes atores envolvidos que defendem seus interesses, muitas vezes divergentes. MELLO (1996), ressalta que não existe política pública neutra, pela simples razão de que não existem problemas que possam ser definidos de uma mesma maneira pelos diferentes grupos sociais.

Dar incentivos para a agricultura ou criar reservas indígenas e restringir a exploração mineral trará, da mesma forma, resultados diferenciados para os diversos grupos sociais. Por sua vez, uma política anti-inflacionária que esteja baseada em juros altos certamente beneficiará a outros.

No Brasil, no decorrer do século XX, diferentes concepções de natureza e meio ambiente deram origem a problemas e políticas diferenciadas e, conseqüentemente, metodologias distintas para o seu tratamento. Tais problemas não eram - e em diversas situações ainda não são - tratados institucionalmente no âmbito ecológico e ambiental. Problemas como saneamento básico e poluição do ar, que hoje, são considerados “*problemas ambientais*” típicos, num passado recente foram tratados respectivamente como problemas de saúde pública e trânsito de veículos (MELLO, 1996).

Este mesmo autor, analisando as políticas ambientais no Brasil de 1930 a 1992, constatou que os principais atos e medidas do governo relacionados à proteção do meio ambiente, foram inspirados pelos núcleos ideológicos desenvolvimentistas, nacionalistas,

conservacionistas e liberais que, combinados de maneiras diferentes, resultaram em interpretações particulares, que cada governo fez, da problemática ambiental.

Historicamente, as principais medidas das políticas ambientais brasileiras alternaram momentos de maior ou menor abrangência regulatória e/ou distributiva, conforme fosse maior ou menor o poder de influência dos grupos internos e externos, de ambientalistas e empresários, nos processos de decisões coletivas.

Ainda recorrendo-se a análise feita por MELLO (1996), no período entre 1930-1992, independentemente da ideologia predominante, o conjunto de ações oficiais dos governos concentrou-se, em comum, na criação de Unidades de Conservação. Segundo o autor, esta decisão é “*bastante típica*” das políticas conservacionistas (Tabela 1).

TABELA 1. Número de ações governamentais relacionadas ao meio ambiente, 1934 a 1992.

| Ações Governamentais | Total | % |
|-----------------------------|--------------|----------|
| Acordos Internacionais | 9 | 3.5 |
| Burocracias | 20 | 7.8 |
| Convenções | 7 | 2.7 |
| Legislação | 78 | 30.5 |
| Unidades de Conservação | 142 | 55.5 |
| Total | 256 | 100,0 |

Fonte: MELLO (1996).

Convém lembrar que nas primeiras décadas do século XX, uma elite conservacionista atuava em instituições como o Serviço Florestal e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), criada em 1958 (SILVA, 1999). Este grupo influenciou fortemente na concepção e criação das primeiras Unidades de Conservação no Brasil, sob a categoria de Parques Nacionais.

A “*tradição conservacionista*” corresponde à configuração de uma “*tradição regulatória*” nas políticas públicas ambientais. O ambientalismo conservacionista, ao limitar a proteção ambiental à “*preservação*” do equilíbrio de ecossistemas naturais, limita suas medidas às demandas que impedem ou disciplinam a ação de fatores potencialmente predatórios de regiões naturais (LOPES, 1994).

Esta “*limitação*” considera que tais áreas naturais devam permanecer estáticas com o passar do tempo. Um Parque Nacional, por exemplo, implementado de maneira incorreta, deixa de cumprir seus verdadeiros propósitos, e acaba ignorando totalmente a dinâmica das transformações sócio-econômicas que envolvem o interior e o entorno destas áreas com populações (tradicionais ou não tradicionais) que encontram na exploração dos recursos naturais uma necessidade econômica ou de subsistência. Conseqüentemente geram-se impactos ambientais negativos e conflitos sociais e/ou ambientais, já discutidos no decorrer desta pesquisa.

Dando continuidade às políticas públicas, MELLO (1996) analisa que governos autoritários e desenvolvimentistas, como os dos presidentes Emílio Garrastazu Médici e João Batista de Oliveira Figueiredo, lideraram políticas ambientais arrojadas e doutrinariamente bem montadas, mas com pouca ou nenhuma eficácia do ponto de vista da contenção dos desequilíbrios ambientais gerados pelo processo de crescimento econômico do país. Houve também governos não democráticos, como o do presidente Humberto Castelo Branco, que patrocinaram reformas estruturais na área ambiental por meio de procedimentos típicos de um regime liberal, inclusive com a participação das elites políticas do Congresso Nacional. Em contraste, governos democráticos como os de Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek de Oliveira, ou liberais como o de Fernando Collor de Mello, geraram políticas ambientais autoritárias, via decretos, e sem qualquer alcance social expressivo.

Apesar das críticas de MELLO (1996), alguns fatos surgidos no decorrer do século XX foram cruciais para que a política ambiental no Brasil começasse a se delinear. Dentre eles cita-se:

- A criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, em 1974, do então Ministério do Interior, como o primeiro órgão federal com autoridade específica para tratar as questões ambientais (BERNARDO, 2001). Apesar de ter sido criada com o objetivo de atenuar a imagem internacional negativa gerada em Estocolmo², este órgão contribuiu para responder às pressões externas de agências internacionais de financiamento e, de certa forma, fazer cumprir preceitos básicos da legislação ambiental. Na prática, essa Secretaria atuou,

² Durante a realização da Conferência de Estocolmo, representantes do governo Brasileiro deixaram claro ao resto do mundo que o Brasil havia adotado uma política interna onde as indústrias poluentes (sinônimo de progresso) eram bem-vindas.

predominantemente, na criação de novas abordagens de Unidades de Conservação durante muitos anos.

- A aprovação da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (1981), do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. A criação do IBAMA teve como objetivo formular, coordenar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente (SILVA, 1999). Um ponto a se destacar, referente aos órgãos de meio ambiente é que, apesar de todas as dificuldades e burocracias existentes, estes órgãos tiveram nas últimas três décadas, papel fundamental na formação da consciência ambiental em grande parte da população brasileira (BRESSAN JUNIOR, 1992).

- A Constituição de 1988, que dedica, de maneira inédita, todo um capítulo ao tema (LOPES, 1994). Esta traz uma nova concepção para a questão, onde o meio ambiente, não é mais competência exclusiva da União, mas também dos estados e municípios (MACHADO, 1996), ainda que alguns setores, como por exemplo a energia nuclear, permaneçam na competência única da esfera federal.

Quando se fala em Constituição, convém lembrar que não só o Brasil, mas numerosos países podem se orgulhar por possuir um arsenal jurídico importante. Como enfatiza LE PRESTRE (2000), o “*direito a um meio ambiente saudável*” também encontra-se inscrito nas Constituições de Burkina-Faso (artigo 29), de Mali (artigo 15), de Benin (artigo 27) e do Congo (artigo 21).

No caso do Brasil fica evidente uma diferença entre a realidade e a retórica. A legislação ambiental acompanha a experiência internacional e possui instrumentos extremamente sofisticados, no entanto, as condições de aplicação real são precárias. Ao mesmo tempo, a política ambiental, populacional, de ciência e tecnologia e as políticas sociais, estão totalmente desvinculadas da qualidade de vida, e desconectadas das estratégias governamentais para o desenvolvimento (FERREIRA & FERREIRA, 1995).

Deve-se ressaltar, contudo, que mudanças significativas no âmbito burocrático foram realizadas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Houve uma redefinição do setor ambiental, com a transformação do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, em Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, agrupando órgãos governamentais que lidam com a temática ambiental e de recursos hídricos. Outra mudança

marcante deste governo foi a crescente captação de milhões de dólares em recursos financeiros externos para a realização de projetos ambientais no país.

No entanto, a análise feita por SOUZA & SIQUEIRA (1999), sobre a política ambiental de 1995 a 1998, evidencia que o governo de Fernando Henrique Cardoso pulverizou importantes ações de gestão, monitoramento e recuperação ambiental por diversos Ministérios, sem que as mesmas fossem orientadas pelo ministério do Meio Ambiente. Do total de recursos orçamentários que podem ser considerados como parte de uma política ambiental do governo, neste período, 69% foram gastos pelo então Ministério do Planejamento e Orçamento (controle de poluição industrial; conservação, controle de qualidade e da poluição hídrica; assistência técnica aos municípios para obtenção de licenciamento ambiental; saneamento básico), apenas 26,2%³ pelo Ministério do Meio Ambiente e 4,8% foram gastos por outros Ministérios. Neste período surge também uma série de novas leis e códigos ambientais, sendo a Lei de Crimes Ambientais uma das mais importantes.

Diante dos fatos aqui expostos pode-se considerar que ainda falta o estabelecimento de um significativo arcabouço político e institucional, que seja capaz de criar condições para a formulação e aplicação de políticas ambientais realmente eficazes (CASTOR, 1996).

Quando o assunto relaciona-se às políticas visando o desenvolvimento sustentável, agrava-se ainda mais a questão, pois a partir do momento que o Estado encontra-se em crise – fiscal, de legitimidade, de condições de governabilidade – é relevante atentar para os riscos da descontinuidade e da falta de efetividade das políticas públicas, que podem inviabilizar, as estratégias desta forma de desenvolvimento (BURSZTYN, 2001).

Para VIOLA & LEIS (1995), as políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso-legislação bastante ambientalizado e um comportamento individual-social bastante predatório. Por um lado elas têm contribuído para estabelecer um sistema de produção ambiental no país, mas por outro, o poder público é incapaz de fazer os indivíduos e as empresas cumprirem uma proporção significativa da legislação ambiental.

SOARES (1994) mostra-se mais otimista, e lembra que, apesar das dificuldades, a emergência dos problemas ambientais traz como contrapartida positiva, do lado da organização do próprio Estado, a consciência de que, somente sob o aspecto do planejamento regional/ambiental pode-se obter alguma solução. O planejamento regional – a exemplo, da

³ Desses 26,2%, não chega a 5% o que se destina ao IBAMA (Informação Pessoal – consultor do IBAMA).

formação dos comitês de bacias hidrográficas – participação até hoje restrita a alguns técnicos e políticos – tem apresentado tendências em se adquirir maturidade numa perspectiva democrática.

No que tange às Unidades de Conservação, estas foram amplamente criadas por diversos governos, no decorrer de todo o século passado. No entanto, a categoria Parques Nacionais, com raras exceções, não passou de Decretos, onde não se dispensou as mínimas condições para que atingissem seus verdadeiros propósitos. Todos estes fatores foram, e são, decorrentes da falta de arcabouço político e institucional que viabilizem a realização de planos de manejo e gestão destas áreas.

2.3 Unidades de Conservação no Brasil

2.3.1 Planejamento e gestão em Unidades de Conservação

Atualmente, a questão fundamental referente às Unidades de Conservação, independente da categoria, é fazer leva-las a atingir os objetivos para os quais foram estabelecidas. Nesse sentido o planejamento, que trata basicamente do “*ordenamento das ações, procedimentos e processo de condutas a serem adotadas no manejo e administração das Unidades*” (MILANO, 1997), é fundamental como instrumento norteador para a implantação e gestão das unidades de conservação (OLIVA, 2000).

O planejamento deve considerar adequadamente todos os fatores intrínsecos à Unidade e seu entorno, contextualizando-se no próprio planejamento da região em termos de programas e projetos públicos e privados (MILANO, 1997).

O Plano de Manejo apresenta-se como uma ferramenta de planejamento e gestão, e sua elaboração é norteada por um roteiro metodológico desenvolvido em 1996, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) /Diretoria de Ecossistemas (DIREC)/Departamento de Unidades de Conservação (DEUC) e a *Deutsche Gesellschaft for Technische Zusammenarbeit* (GTZ). A orientação é estruturar o planejamento em fases, visando implementar as ações de manejo. Cada fase apresenta um enfoque principal, conforme o grau de aprofundamento das informações sobre a Unidade de Conservação. A linha central é tornar o planejamento um processo participativo, flexível e contínuo. Esse

roteiro vem sendo aprimorado, periodicamente, de acordo com as experiências acumuladas pelas equipes de trabalho do IBAMA, e sua última atualização aconteceu em outubro de 2002.

Somente nos últimos anos obteve-se recursos para a realização de tais planos de manejo. O Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina só foi concluído em 2001, trinta anos após a sua criação. Este partiu de um convênio firmado (Convênio n.º. 0169/96) entre o Ministério do Meio Ambiente e a Associação Pró Bocaina, com a interveniência do IBAMA.

Acredita-se que todo esse atraso na implementação das Unidades de Conservação no país deve-se à falta de um aparato integrado de legislação. Ao longo de mais de oito anos de tramitação, o projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi objeto de inúmeros debates envolvendo instituições do poder público, do terceiro setor e da iniciativa privada.

Ainda que o texto final não seja o idealizado por muitos, pode-se afirmar que representa o resultado de negociações estabelecidas com absoluto respeito aos mais nobres princípios democráticos, amparadas em ampla consulta aos diferentes segmentos da sociedade brasileira. Um ponto importante, sob o aspecto da legislação, é que o SNUC consolidou o arcabouço normativo relativo às Unidades de Conservação, pois até então haviam diversas leis, cada qual sobre determinadas categorias de manejo, o que dificultava o entendimento e desenvoltura dos mesmos (GUATURA, 2000).

Mesmo já instituído o SNUC ainda gera muita polêmica. O próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável é colocado em “*debate*”, quando o assunto refere-se à categoria Parques Nacionais. Para DOUROJEANNI (2000), o conceito de desenvolvimento sustentável foi mal interpretado pelos atores responsáveis pela formulação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação que incluiu a possibilidade de que 5% do total de uma unidade de conservação de uso indireto sejam ocupadas por populações tradicionais. Para esse autor “*nem os membros da Comissão de Bruntland imaginaram que se ocorresse em fazer desenvolvimento sustentável dentro dessa categoria de manejo*”. Para eles, as Unidades de Conservação de uso indireto deveriam ser uma “*tática conservacionista dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável*”... “*em nenhum momento essa Comissão sugeriu introduzir (ou manter) populações nos parques nacionais com o fim de se explorar sustentavelmente seus recursos*”.

Utilizando-se do conceito de desenvolvimento sustentável, dentro da concepção de turismo ecológico, tem-se notado também que as áreas protegidas, nascidas da idéia de parque, migram gradualmente, da iniciativa pública para privada, em praticamente todas as regiões do mundo (MORSELLO, 1999). Este fato deve-se principalmente, à incapacidade do poder público de destinar recursos às áreas protegidas de seu domínio.

Vários autores defendem a gestão de áreas protegidas nas mãos da iniciativa privada, tendo o Estado apenas o papel de controlador. Entre eles BONIFAZ (1992), se baseou no sucesso do “casamento” entre turismo e áreas protegidas nas ilhas Galápagos. Ele afirma que, *“Quando se substituir, em parte, o sistema burocrático por um sistema privado autônomo para o manejo das áreas protegidas, com o controle responsável e eficiente do Estado, creio que teremos dado os passos necessários para garantir a sustentabilidade do sistema”*.

Iniciativas de ONG’s e de algumas empresas, como por exemplo, a Reserva Florestal de Linhares (ES), pertencente à Companhia Vale do rio Doce, que mantém 21.787 ha de uma das áreas mais importantes de Mata Atlântica (BRASIL, 1998), têm contribuído para a conservação de algumas áreas que devem ser protegidas.

Algumas dessas iniciativas encaixam-se no modelo de instituição de Reserva Privada de Patrimônio Natural (RPPN). Baseado na iniciativa privada, com incentivos, é uma categoria de unidade de conservação de uso indireto que não acarreta aos seus proprietários prejuízo do direito de propriedade. MORSELLO (1999) fez uma análise sobre a eficácia de uma RPPN e concluiu que a gestão privada das áreas protegidas tem aumentado, sem que haja articulação desta com as políticas públicas. Essa conclusão chega a ser de fato preocupante, já que a tendência para o fracasso dessa categoria de manejo parece evidente. Apesar de não ter o Estado como proprietário, a RPPN encontra-se envolvida em uma malha burocrática que inviabiliza boa parte do processo.

Um outro ponto polêmico é o referente à *“privatização dos parques nacionais”*. Este tem gerado uma série de mal entendidos perante ONGs, que chegaram a elaborar abaixo-assinados contra a medida. Segundo essas ONG’s, o governo não pode deixar de fiscalizar e proteger a integridade dessas áreas. Para a administração da Diretoria de Recursos (DIREC/IBAMA), na verdade o que o governo federal pretende, é estabelecer a terceirização dos serviços de facilitação de acesso e apoio ao público interessado em visitar os Parques Nacionais, e não tirar do Estado a responsabilidade e a competência legal de gerir as áreas. A

terceirização dos serviços limita-se a - construção de estradas de acesso, abertura e manutenção de trilhas, operacionalização de passeios, de alimentação, alojamento, transporte interno, aluguel de equipamentos para prática dos chamados esportes de aventura, venda de “lembranças” etc. A terceirização garante ao mesmo tempo três benefícios essenciais: o acesso democrático de toda a população a um bem público, dinheiro para a preservação e o fomento à boa educação ambiental e ao ecoturismo, tendendo a transformar em aliados da conservação os moradores do entorno (Informação pessoal – funcionário do IBAMA; Jornal O Estado de São Paulo, 2001).

Além desses pode-se ainda enumerar um conjunto de fatores que tem contribuído para que as estratégias de proteção às Unidades de Conservação no Brasil não tenham sido, efetivamente, implementadas até os dias de hoje. A saber:

- a falta de políticas concretas, ou inclusão das mesmas em políticas de âmbito nacional, regional e local, o que conseqüentemente implica em conflitos de ordem institucional, que acabam deixando essas áreas susceptíveis à influências externas totalmente desfavoráveis a sua existência;

- desde a fase de planejamento da unidade de conservação não se leva em conta a presença humana dentro ou no entorno das áreas protegidas;

- a tradição de se implementar leis proibitivas e punitivas, como por exemplo, a total proibição do uso dos recursos naturais, sem que haja anteriormente, o devido pagamento de indenizações aos antigos proprietários das áreas;

- falta de recursos financeiros básicos para a manutenção das Unidades de Conservação;

- a malha jurídica complexa, que freqüentemente carece de uma padronização de linguagem e de alguns instrumentos administrativos comuns.

Diante dos inúmeros problemas relacionados com o planejamento e gestão de Unidades de Conservação, foram selecionados para este referencial teórico alguns aspectos, que contribuíssem para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.3.2 Disponibilidade de recursos financeiros destinados às unidades de conservação

Um fator que tem afetado gravemente a manutenção das áreas protegidas, principalmente nos países do terceiro mundo, é a destinação de recursos para as Unidades de Conservação. Isso se torna particular e visível quando se constata a diferença de quantias desembolsadas com esta finalidade pelos países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Nestes últimos, onde a biodiversidade tende a ser mais alta, o valor destinado às áreas protegidas ficou, em 1993, em torno de apenas US\$1,69/km², enquanto que os países desenvolvidos investiram valores na ordem de US\$161/km² (GREEN & PINE, 1997).

Em 1988, a demanda de investimentos em Unidades de Conservação no Brasil somava uma quantia em torno de US\$ 300 milhões (BRESSAN, 1996). Atualmente, os fundos alocados pelo Governo Federal para implementação e manejo das áreas são insuficientes, e estimativas não oficiais indicam que apenas 20% da quantia, requisitada foi realmente investida na implementação e manutenção das áreas protegidas nos últimos anos (FERREIRA et al., 1999).

As Unidades de Conservação recebem recursos da União para desapropriação de terras e para manutenção e gestão. No caso das Florestas Nacionais (FLONA's) e Reservas Extrativistas (RESEX's), os recursos também são procedentes da arrecadação direta de ingressos e concessão de vendas de produtos e subprodutos florestais. Atualmente a principal fonte de recursos está nos programas de empréstimos de cooperação internacional (BRASIL, 1998).

Nos últimos dez anos, o Banco Mundial tem financiado programas para quarenta e cinco Unidades de Conservação de uso indireto e cinco APAS em vários estados. De 1991 a 1996, os valores aplicados pelo Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) somaram US\$ 25,69 milhões (BRASIL, 1998). Em 1998, o Governo Federal firmou compromisso com o Banco Mundial e com o Fundo Mundial para a Natureza - WWF, através de um decreto de lei para a criação de duas novas áreas protegidas na Amazônia brasileira e duas na Mata Atlântica, totalizando a proteção de 600 mil ha de florestas (WORLD BANK, 1998).

Outras agências e organizações não governamentais internacionais, dentre elas o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), USAID, WWF, IUCN, Governos da França, Alemanha, Inglaterra e Canadá, têm repassado recursos diretamente para as ONG's que

trabalham no entorno de Unidades de Conservação, com programas de extensão rural, associativismo e educação ambiental.

As dificuldades encontradas no aporte de tais recursos consistem no impedimento, imposto pelos doadores, de utilizar os respectivos recursos como pagamento de regularização fundiária e pagamento de pessoal efetivo. Por outro lado, grandes avanços têm sido alcançados em várias áreas com tais verbas, tais como na criação e aparelhamento de Unidades de Conservação na floresta amazônica e em sub-programas de manejo sustentado de recursos naturais (BRASIL, 1998).

Além dos recursos financeiros serem minguados para a desapropriação das terras tem-se constatado um forte esquema de corrupção durante esse processo. No Estado de São Paulo, como em outros da Federação, as desapropriações em relação às áreas protegidas alcançam valores altíssimos e irrealistas. Os dez precatórios mais importantes do Estado, que geram polêmica no Supremo Tribunal Federal, se referem à Mata Atlântica (ARRUDA, 1999). Em uma única desapropriação, em Ubatuba (SP), o Estado foi condenado a pagar US\$ 75 milhões para uma área de 13 mil ha, que por sua vez foi avaliada por técnicos da Secretaria do Meio Ambiente em US\$ 2,4 milhões. O Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das indenizações propõe a suspensão por um ano dos 114 precatórios e a realização de um grande inventário de todas as terras do Estado (BRESSAN, 2001).

Outro exemplo pode ser dado na própria área de estudo na qual uma gleba total de 25.625 ha correspondente à "*Fazenda Guebetiba*" (município de Parati), adquirida em 1985 pela administração central do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), possui mais de 2/3 fora dos limites do Parque Nacional, "sendo que 1/3 de sua superfície, de acordo com a documentação fornecida pelo outorgante vendedor, fica inserida no Oceano Atlântico" (BRASIL, 2002).

Um outro fator a ser destacado refere-se à forma como os recursos são repassados do IBAMA para as Unidades de Conservação. Durante a década de 90 foi criado o primeiro Núcleo Regional de Unidades de Conservação - NURUC (pela Portaria nº 081 do IBAMA-1997) - em Teresópolis, no Rio de Janeiro. Este consiste basicamente em um Conselho Deliberativo composto pelos gerentes de Unidades de Conservação distribuídos em todo o estado.

Essa Portaria fez um novo delineamento visando facilitar os trâmites burocráticos entre as Unidades de Conservação, a Superintendência Estadual e a Administração Central do IBAMA. Assim, os gerentes elaboram e enviam ao Departamento de Unidades de Conservação DEUC/DIREC-IBAMA, o Plano Operativo Anual (POA) dentro de estimativas previamente estabelecidas pelo órgão (BRASIL, 2002).

Dados obtidos pelo IBAMA/Brasília, referentes ao PNSB evidenciam que, além dos recursos para as Unidades de Conservação serem limitados, ocorrem dificuldades pela falta de pessoal qualificado para captar e gerenciar o recurso disponível. Fica evidente a necessidade de um quadro administrativo, exclusivamente designado, para resolver os trâmites burocráticos, tanto para a liberação dos recursos já aprovados, como para a busca de novos recursos (BRASIL, 2002).

Somente uma parte dos recursos disponibilizados consegue efetivamente chegar ao Parque, geralmente sob forma de suprimentos que não exigem muita burocracia, porém limitados a um pequeno valor mensal. Em 1997, por exemplo, de um total de R\$23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) à disposição do Parque Nacional da Serra da Bocaina, somente R\$9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), ou cerca de 40% do total, chegaram diretamente ao Parque – mesmo assim devido à atuação do Núcleo de Recursos para Unidades de Conservação (NURUC-Teresópolis) que contribuiu para a liberação dessa quantia sob a forma de suprimentos. O valor máximo mensal utilizado como suprimento foi de, aproximadamente, R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), a partir de maio, quando os recursos estavam disponíveis (BRASIL, 2002).

Além dos recursos previstos no Plano Operativo Anual (POA), recursos extras podem ser liberados. O Parque Nacional da Serra da Bocaina recebeu R\$100.000,00 (cem mil reais) nos últimos dias do ano de 1996, liberados pelo Ministério do Meio Ambiente para aquisição de equipamentos. No entanto, o atraso na liberação dos recursos impossibilitou esta aquisição dentro do exercício, e estes acabaram sendo recolhidos com a promessa de aprovação em dobro para o ano seguinte (BRASIL, 2002).

Assim, em setembro de 1997, foram liberados R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para obras e equipamentos e um esforço conjunto entre a equipe do Parque Nacional, o NURUC-Teresópolis e a Associação Pró Bocaina permitiu a utilização da maior parte desses recursos, apesar da burocracia para sua liberação. Com esse montante foram adquiridos rádios, para

comunicação que até hoje não foram instalados; GPS entre outros (BRASIL, 2002). Por outro lado, continuam os problemas relacionados à falta de contratação de pessoal. No último concurso, para profissionais de nível superior, realizado pelo IBAMA (em 2002), apenas uma vaga foi disponibilizada ao PNSB.

2.3.3 Zona de amortecimento

No decorrer da história da implementação das Unidades de Conservação no Brasil, muitos termos foram utilizados para definir as áreas de entorno. A princípio as áreas de entorno denominavam-se Zona Tampão, posteriormente passando a ser chamadas de Zona de Transição, chegando aos dias de hoje, com o disposto no SNUC de, Zona de Amortecimento.

O SNUC define as áreas de entorno como sendo Zona de Amortecimento. Em seu Artigo 25, estabelece que *“As Unidades de Conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma Zona de Amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos”*. Em seus parágrafos, estabelece ainda que *“O órgão responsável pela administração da unidade, estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da Zona de Amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação”*... *“Os limites da Zona de Amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o parágrafo anterior poderão ser definidos no ato de criação da unidade ou posteriormente”*.

Anterior ao SNUC, a Zona de Amortecimento constava apenas na Resolução CONAMA nº 13, onde considerando o disposto nos artigos 79 e 27, Decreto nº 99.274, de 06/06/90, determina que *“O órgão responsável por cada Unidade de Conservação, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, definirá as atividades que possam afetar a biota da Unidade de Conservação”* e que *“Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente”*.

No Brasil, a delimitação da Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação foi estabelecida pela Resolução CONAMA abrangendo um raio de 10 km, enquanto que em outros países, a exemplo de Moçambique, outros critérios são utilizados. Nesse país, uma das dificuldades no estabelecimento das áreas do entorno às Unidades de Conservação é a definição dos limites - especialmente onde não existem limites naturais. A melhor alternativa

citada na literatura sobre o assunto aponta como critério primordial o uso dos limites das áreas ou bacias de captação hídrica, considerando que as bacias hidrográficas são os principais componentes de impactos para dentro e para fora das Unidades de Conservação. Outros critérios como estradas, níveis de urbanização ou desenvolvimento podem ser utilizados quando julgar-se apropriado (ZOLHO, 1998).

Além da gestão da própria unidade de conservação, a área do entorno (Zona de Amortecimento) deve fazer parte do Plano de Manejo como estratégia de conservação. Estudiosos do assunto como ZOLHO (1998), afirmam que *“a função e sucesso da gestão do Parque está diretamente dependente do sucesso do sistema de manejo (conservação, utilização dos recursos naturais) estabelecido na zona tampão. A sustentabilidade da economia rural regional em volta do Parque depende essencialmente do sistema de manejo dos recursos desenvolvidos e implementados no entorno”*.

Diante das dificuldades encontradas em gerir o interior das Unidades de Conservação, tem-se deixado como uma última preocupação o trabalho no seu entorno. Este fato agrava ainda mais a situação de degradação das áreas envolventes, em especial em países subdesenvolvidos como o Brasil.

A *“mudança de postura”* frente aos problemas encontrados nas áreas protegidas foi uma das soluções encontradas por um grupo de trabalho do Ministério do Meio Ambiente reunido em 1998. Este grupo concluiu que *“O controle das áreas protegidas e do acesso aos seus recursos, através apenas de mecanismos de comando e controle não tem sido eficiente”*. Observaram também que as regiões do entorno das Unidades de Conservação de uso indireto constituem-se em áreas-chave para a equação geral de conservação da diversidade biológica. Neste sentido, consideram relevante experimentar novos modelos de gestão, assim como utilizar Unidades de Conservação que possam incorporar as necessidades relativas à subsistência de comunidades locais (MELO, 1999).

Tais conclusões, oriundas de um grupo de trabalho do próprio IBAMA, são um indicativo que vem ocorrendo uma mudança conceitual deste órgão, sempre preservacionista, para uma maior valorização das tendências socioambientalistas (MELO, 1999).

Esta mudança de concepção, tanto no governo como fora dele, contribui, de certa forma, na direção da transição do discurso tradicional de políticas ambientais, para o campo do desenvolvimento sustentável.

Até meados dos anos de 1990 persistiam as concepções de comando e controle como foco central das políticas ambientais, além de tudo, contraditório, dada a baixa capacidade de fiscalização e punição do principal órgão operador do sistema ambiental público, o IBAMA. Hoje, a tendência é enfatizar o trato dos problemas ambientais juntamente com soluções para as carências sociais e econômicas das populações envolvidas (BERNARDO, 2001).

A mudança de posicionamento da estrutura institucional pode ser observada na administração atual do IBAMA, que aparece como facilitadora desse novo processo, e ocorre ainda por meio da estruturação de diretorias temáticas, o que tem facilitado uma melhor gestão e conseqüentemente melhores resultados frente à conservação da biodiversidade em áreas protegidas. Este órgão também passa a defender a participação no processo de conservação das populações locais de dentro e do entorno das unidades, levando como base a Convenção sobre Diversidade Biológica, que estabelece em seu artigo 8, que “*os Governos devem promover o desenvolvimento econômico sustentável e ambientalmente sadio em áreas adjacentes às unidades de conservação a fim de reforçar a proteção destas*”. Tem-se, inclusive, orientado os diretores das UC’s a utilizar o enfoque de gênero⁴ nas relações com populações do entorno.

2.3.4 Criação de Parques Nacionais: da beleza cênica à conservação da biodiversidade

A criação dos Parques Nacionais americanos de Yellowstone (1872) e Yosemite (1890), primeiros Parques Nacionais do mundo, forneceram um modelo que foi imitado por outros países, embora tendo sido adotado muitas vezes com diferentes significados e em diferentes circunstâncias (MCCORMICK, 1992).

No final do século XIX, o ambientalismo americano dividia-se em preservacionista e o conservacionista. O primeiro era filosoficamente mais próximo do ponto de vista do protecionismo britânico e buscava preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, e o segundo, se fundamentava na tradição de uma ciência florestal

⁴ O enfoque de gênero é reforçado por alguns autores, e de acordo com SHIVA E DANKELMAN (1994), a especificidade de interesses relacionados aos usos dos recursos naturais, por homens e mulheres, leva a uma diferenciação de suas percepções ambientais.

racional do pensamento alemão, e visava explorar os recursos naturais de modo racional e sustentável (MCCORMICK, 1992).

No Brasil, o conceito ortodoxo de Parque Nacional foi criado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (1981): Parques Nacionais são áreas maiores de 10 km² com “*características espetaculares ou únicas*”, em terra ou no mar, sob controle do poder público. Eles devem conter “*amostras representativas de ecossistemas*” e ser administráveis em um “*estado natural*”. Toda atividade produtiva – ou “*uso direto de recursos*” – é proibida nos seus limites, a cada Parque é sujeito apenas ao “*uso indireto*” de seus recursos. Os visitantes usufruem de lazer contemplativo, caminhadas, piqueniques, acampamentos, escaladas; os pesquisadores científicos podem desenvolver projetos de investigação, sob o controle da administração de cada Parque.

Com a preocupação de oferecer oportunidades de lazer a grandes massas urbanas, os responsáveis pela implantação de Parques Nacionais na década de 70 foram sagazes em perceber o potencial turístico fluminense e, atualmente, essa região tem sido uma das mais freqüentadas do país, incluindo sistematicamente programas de turismo ecológico. Diante dessa visão, o Rio de Janeiro foi beneficiado com essa opção brasileira de criar Parques em regiões de ambiente alterado (DRUMMOND, 1997).

Com o passar do tempo, os critérios para seleção de áreas a serem protegidas se sofisticaram, abandonando, por exemplo, a ênfase inicial nas “*paisagens espetaculares*”. As políticas de criação de Parques passaram a se guiar por critérios “*científicos*”, como por exemplo representatividade ecossistêmica, escassez relativa de paisagens, proteção à flora, fauna e recursos hídricos, defesa da biodiversidade e dos ciclos reprodutivos de espécies vegetais e animais, e por critérios sociais como a oferta de lazer, o desenvolvimento da pesquisa científica e a educação ambiental (DRUMMOND, 1997; MORSELLO, 1999). Tais critérios científicos passaram a ser utilizados no Brasil somente na década de 80 (FERREIRA et al. 1999).

Como pode ser observado, os fatores que estabeleceram os propósitos de criação das Unidades de Conservação apresentam uma história recente. O maior impulso foi dado na década de 70, a partir das propostas de desenvolvimento sustentável, conceito que surgiu em contraposição ao modelo de desenvolvimento econômico vigente. A partir do Relatório Brundtland, passando pela II Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente

(Rio92), até os dias de hoje, várias ações têm contribuído para que a conservação da natureza venha a ser um fato concreto.

Reconhecendo que a conservação requer alguns enfoques mais flexíveis de gestão, muitos países começaram a desenvolver meios para aumentar o leque dos Parques Nacionais estritamente protegidos (MCNEELY, 1993). O próprio conceito de Parque passou a ser questionado com o passar do tempo e deixou de ser visto como unidade auto-suficiente, para ser tratado como parte integrante da dinâmica da paisagem regional (SCHONEWALD-COX et al., 1992). No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), aprovado em 2000, embora polêmico, possibilita manter os Parques Nacionais (PARNAS) como sendo de uso indireto, mas permite que 5% de sua área possa ser habitada por populações tradicionais.

No que se refere ao conceito de áreas protegidas, atualmente a IUCN, define como sendo aquela, em terra ou mar, especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica, além de preservar os recursos naturais e culturais associados a estes locais, por meio de efetivos legais (GREEN e PINE, 1997).

VORHIES (1999), afirma que o termo biodiversidade é atualmente aceito como um conceito científico amplo, que envolve a diversidade de vida na terra. Esta diversidade é geralmente descrita em três níveis - diversidade de ecossistemas, diversidade de espécies e diversidade de genes. Porém, biodiversidade é mais que um conceito científico e também faz parte de um conceito político que abrange uma tríade de objetivos globalmente envolvidos: a conservação da própria biodiversidade; o uso sustentável de recursos biológicos e o compartilhamento social equitativo dos benefícios que surgem deste uso.

Uma cadeia de áreas protegidas deve ser vista como um conjunto de esforços de uma nação para manter a biodiversidade, assegurando o bem das populações locais. Ela deve garantir inclusive a preservação de fontes de água, com a finalidade de manter o abastecimento de grandes cidades (PHILLIPS & SHEPPARD, 2000). Ao conservar a biodiversidade as nações estarão, ainda, garantindo a qualidade de vida das futuras gerações. Os diferentes ecossistemas florestais contêm uma vasta quantidade de recursos vivos, onde muitos foram transformados, ou podem ser transformados em alimentos, produtos medicinais e comerciais de importância mundial (STONE, RINGWOOD & VORHIES, 1997).

O Brasil é um dos mais ricos dentre aqueles chamados “*países da megadiversidade*”, e conta com pelo menos 10% a 20% do número total de espécies do planeta. Tem, por exemplo, a flora mais diversa, com 50 a 56 mil espécies descritas de plantas superiores – ou 20 a 22% do total mundial e a fauna dispõe de pelo menos 10% dos anfíbios e mamíferos e 17% das aves do planeta. Talvez nunca se conheça com absoluta precisão toda a diversidade biológica brasileira, encontrável na área continental e na plataforma marítima, tal sua extensão e complexidade (BRASIL, 1998).

Para efeito de análise, REE (1997) classifica o uso da biodiversidade em dois níveis: usos direto e indireto.

O uso indireto está relacionado aos benefícios fornecidos, intrinsecamente, pelos ecossistemas, tais como, captação de água, manutenção do clima e preservação do solo. O uso direto é classificado pelo autor em três categorias:

- a) Uso direto de consumo: produtos da biodiversidade com ou sem processos primários de beneficiamento para subsistência das populações tradicionais, indígenas, pequenos produtores, ou para comercialização tanto no mercado local, regional e nacional como no mercado internacional;
- b) Uso direto de produção, refere-se ao uso da biodiversidade num processo industrial, ou seja, a transformação da matéria prima em um produto intermediário ou final. Este uso, tem sido amplamente utilizado pela indústria farmacêutica, química, cosmética e alimentícia;
- c) Uso direto de não consumo significa o aproveitamento da biodiversidade sem sua utilização propriamente dita, como por exemplo, no caso do ecoturismo.

Sabe-se que as áreas protegidas transformaram-se em locais essenciais para se garantir a conservação da biodiversidade. Esse fato é até mesmo mencionado no artigo 8 da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), sendo apontado como um dos maiores desafios dessa convenção, assinada na Rio 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD) por 155 países, que passou a vigorar em todo território nacional em fevereiro de 1994.

Apesar do Brasil ter assinado e ratificado a CBD, ainda não existe no país uma política de biodiversidade, ou seja, uma política integrada e sistêmica voltada especificamente ao

tema, incluindo todas as áreas relacionadas e relevantes. Mas existem vários programas, projetos de lei e leis aprovadas que tratam explicitamente ou implicitamente do assunto.

A falta de uma visão estratégica sobre a sua importância e a existência de um sistema econômico mal adaptado são as principais causas que contribuem para a destruição da biodiversidade:

“Na maior parte dos países, os sistemas econômicos não levam em conta o meio ambiente e os recursos. Disso resulta que o valor econômico de muitos dos produtos comestíveis, e mesmo a pesca, a caça e a coleta de madeiras para lenha, madeira de lei e de plantas medicinais é freqüentemente subestimado, pois não aparece nas contas nacionais. Não há tampouco uma política elaborada para uma utilização durável dos recursos e, geralmente, privilegia-se o lucro a curto prazo, no contexto de uma economia de mercado. Consequentemente, pode parecer economicamente mais interessante abater uma floresta que conservá-la” (LÉVEQUE, 1999).

De qualquer forma a conservação da natureza, e portanto, da biodiversidade, não pode ser entendida exclusivamente como a preservação de espécies e áreas isoladas mediante listas de espécies e proteção de espaços. A conservação da biodiversidade deve realizar-se também em zonas manejadas pelo homem (GUILLÉN & JONGMAN, 1994), devendo-se levar em conta que, a diversidade genética pode aumentar ou reduzir através do sistema de gestão a que se aplica (MCNEELY, 1993).

Diante da exposta ilustração da problemática, que envolve a proteção da biodiversidade, vários questionamentos e mecanismos têm sido criados a fim de se estabelecer estratégias de conservação.

Apesar das áreas protegidas não se destacarem diretamente em valores monetários, como exige o sistema econômico vigente, ela possui uma série de atributos e gera benefícios cujos valores podem ser comparados ao que acontece com as escolas, corpo policial e hospitais. Ao converter tais áreas em partes de planos de desenvolvimento regional é possível assegurar-se um equilíbrio adequado entre custos e benefícios de um determinado local (MCNEELY, 1993).

Estima-se que no mundo exista um total de 13.232.275 km² de áreas protegidas, o que representa 8,83% da área total do planeta (GREEN & PINE, 1997), comportando centenas de

categorias, com terminologias diferentes, variando de acordo com as políticas e leis de seus países.

No Brasil, de acordo com o atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as áreas protegidas dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral tem por objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Nesta unidade encontram-se: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica, Parque Nacional (PARNA), o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre. Já as Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Nesta unidade incluem-se as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Hoje, apesar de existir um número razoável de áreas protegidas distribuídas em várias categorias de manejo pelo Brasil, verifica-se sob o aspecto ecológico que muitos ecossistemas ainda precisam ser realmente preservados, não somente pela diversidade biológica, mas também pelas particularidades culturais das populações que neles vivem de forma sustentável.

2.4 A teoria dos conflitos e as questões ambientais

2.4.1 Aspectos conceituais e metodológicos dos conflitos

É sabido que o conflito é um dos temas mais estudados pela humanidade, sob várias óticas e em diversos níveis: intrapessoais, interpessoais, organizativos, sociais ou internacionais.

RAPOPORT (1980) divide o conflito em três espécies: lutas, jogos e debates. Numa luta admite-se que o adversário não deveria ao menos existir, mas por alguma razão está diante do indivíduo. Portanto o adversário deve ser eliminado, desaparecer, ou perder seu grau de importância. O objetivo de uma luta é fazer mal, destruir, subjugar ou fazer desaparecer o adversário.

No jogo, o adversário passa a exercer um papel essencial. O adversário forte é mais valioso do que o oponente fraco e de certa forma ambos cooperam no sentido de seguir, absolutamente e sem reservas, as regras do jogo. É o desafio que faz o jogo valer a pena. Portanto, a diferença essencial é a de que uma luta pode ser idealizada como imune da racionalidade dos adversários, enquanto que um jogo, ao contrário, é idealizado como uma luta na qual se pressupõe a completa “racionalidade” dos adversários.

O debate tem como objetivo “convencer” o adversário, fazê-lo ver as coisas como o debatedor a vê. As “técnicas” adequadas para as lutas (por exemplo, golpes e ameaças), ou para os jogos (por exemplo, estratégias), poderão ser utilizadas, mas seu valor será determinado somente pelo resultado final: estará o adversário “realmente” convencido? Se mantiver constantemente esse objetivo em mente, o debate parece ser um processo muito diferente, tanto da luta quanto do jogo, e a análise desse processo deve conter conceitos diferentes.

Esse autor também acredita que a descrição matemática é uma forma de interpretação do conflito, ressaltando que, “*se não existisse ética entre os seres humanos, os conflitos seriam explicados pela lógica matemática*”.

Para CHIFUCO (2001) a definição de conflitos não apresenta um consenso na literatura científica, mas concorda-se que existem dois pontos essenciais. Para que o conflito exista, deve haver divergência ou uma aparente divergência, dos pontos de vista sobre um determinado assunto em questão. A incompatibilidade entre os pontos de vista gera o conflito, uma vez que as vitórias de um lado são obtidas em função das derrotas das outras partes.

O conflito social pode ser definido como o reconhecimento coletivo de interesses que congregam ou agregam grupos mais ou menos homogêneos e que parecem diferenciá-los de outros agrupamentos. Esses interesses não podem ser definidos apenas pela somatória de interesses individuais, e sim pelo reconhecimento de interesses de ordem coletiva (FERREIRA, 1999).

A democratização de uma sociedade implica em uma mudança no perfil da estrutura social, já que haveria redistribuição de poder e de bens sociais e culturais. Não há exemplos na história em que isto tenha ocorrido sem conflitos⁵.

⁵ Informação pessoal em conversa com a Profa. Dra. Lúcia Avelar, Instituto de Educação (UNICAMP).

Para JACOBI (1995), a questão ambiental “*é um dilema para a construção democrática*”, pois a concepção de meio ambiente muda de indivíduo para indivíduo. Diante disso, é necessário que se entenda o que é um conflito socioambiental.

Dentro do universo, encontra-se a história dos conflitos socioambientais no Brasil. Esta é rica em experiências, e no decorrer dos anos tem mostrado uma evolução em seus mecanismos de negociação no que se refere ao envolvimento dos diferentes atores sociais (BURSZTYN, 2001).

LITTLE (2001) define conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos.

Em alguns casos existem conflitos entre grupos que compartilham o mesmo sistema produtivo. Porém, em geral, os conflitos socioambientais mais difíceis tendem a acontecer onde há um choque entre diferentes sistemas produtivos (LITTLE, 2001).

Geralmente, os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre as terras que contêm tais recursos e, portanto, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência, tendo dimensões políticas, sociais e jurídicas. Cada ator social tem sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida que entra em choque com as formas dos outros grupos, dando assim a dimensão social e cultural do conflito socioambiental (LITTLE, 2001).

No Brasil, entre outros, destacam-se como atores dos conflitos socioambientais, os atingidos por barragem e os seringueiros que lutam pela implantação de reservas extrativistas na Amazônia. Estes casos são citados na literatura e foram temas de um Seminário de trabalho ocorrido em 1995 no Rio de Janeiro. DIEGUES (1995) lembra, nessa ocasião, a realidade de centenas de pessoas que vivem dentro das Unidades de Conservação de uso indireto. Apesar de serem muitos, estes não se organizaram como as populações atingidas por barragens. Mesmo assim, existe um conflito socioambiental pelo fato dessas populações terem suas terras transformadas em Parque.

Os casos citados acima têm, em comum, a luta de classes ou a representatividade dessas em função das necessidades que tais grupos têm de possuir e explorar os recursos

naturais como estratégia de sobrevivência. Por outro lado, existe o aspecto que envolve a problemática dos conflitos ambientais, decorrentes da ocupação territorial e exploração desordenada do recurso. Pode-se citar o que vem ocorrendo, há anos, no entorno da represa Bilings em São Paulo. Fruto da falta de planejamento e fiscalização, esta importante área de manancial é palco de uma das situações mais degradantes envolvendo a questão dos recursos hídricos.

Se existem vários tipos de conflitos envolvendo a exploração dos recursos naturais, então o que distingue um conflito ambiental de outro qualquer? A resposta, segundo RIBEIRO (1995), é que o *conflito ambiental* envolve características como a existência de impacto direto ou indireto de determinadas atividades sócioeconômicas, levando à degradação e ao desequilíbrio – ou à ameaça de áreas físicas, bens coletivos, recursos naturais escassos ou extinção de espécies.

Convém ressaltar que não há conflito sem que haja um *objeto em disputa*. Os objetos podem variar de natureza, mas são sempre bens ou recursos escassos, ou vistos como tal. O senso comum reduz os objetos dos conflitos a bens materiais, mas a maioria dos conflitos reúne ainda idéias, *status* e posição de poder que mobilizam os atores. Tais objetos são reconhecidos e os atores envolvidos têm consciência, porém não se pode afirmar que todos eles têm a mesma percepção do objeto. Sua leitura e compreensão, assim como valorização, são distintas para cada um dos atores NASCIMENTO (2001).

Considerando o meio ambiente como parte integrante de um espaço público, portanto, um bem coletivo – onde os atores disputam os seus interesses, a proteção ambiental pode ser uma solução para um determinado conflito, mas pode ser justamente a causa de outros. Isto vai depender de como essa política é negociada com as populações locais ou como é construído o conceito de conservação (RIBEIRO, 1995).

O meio ambiente em si faz parte dos “*interesses difusos*”, ou seja, cada indivíduo gostaria que se preservassem os mares e os rios, que não houvesse polarização de renda e assim por diante, mas nenhum deles adota estes objetivos como centrais nas suas atividades. O resultado é que a força de uma madeireira na Amazônia, por exemplo, é incomparavelmente maior do que a “*opinião pública*”, que tem apenas opiniões, enquanto a madeireira tem o interesse pontual em lucrar milhões de dólares, e saberá obter os apoios – da forma que seja – obter seu objetivo (DOWBOR, 1994).

Pode-se pensar todo o processo do capitalismo na era moderna como uma apropriação privada de bens comuns. E pode-se pensar que a introdução da questão ambiental representa uma inversão desse processo, uma comunalização. Isto significa transformar outra vez em bem comum alguns aspectos que foram privatizados. No sistema capitalista, sempre se achou natural privatizar tudo o que era comum em épocas anteriores, e a percepção ambiental, dita agora, que o que antes era apropriável privadamente não é mais (LEIS, 1995),

LEIS (1995) afirma que, culturalmente, o que se chama de conflito de interesse privado e bem comum, pode ser entendido na verdade, como um conflito de interesse exclusivamente privado. Depende de como as pessoas se apropriam, culturalmente, de um bem comum, ou o contrário, de como transformam em bem comum, o que antes era privado.

Para NEDER (1995), quando se fala de co-responsabilidade, do envolvimento de diversos atores – o Estado, o agente do mercado, um conjunto de movimentos e instituições de um terceiro setor, - deve-se ter em mente que todos estes atores disputam, de diferentes formas, esses territórios comuns, lutando pela apropriação dessas áreas segundo suas lógicas próprias.

Como lembra DIEGUES (1995) existe a imposição de espaços públicos – os Parques Nacionais são um exemplo - sobre os espaços comunais, o que representa um conflito, já que esses espaços comunais configuram e viabilizam um modo de vida diferenciado.

Não se deve esquecer que o inverso também tem ocorrido, onde verifica-se o espaço público reconhecido pela própria lei que a rege uma Unidade de Conservação como um bem de toda a nação e é ocupado pelo interesse privado. Isto pode ser verificado perfeitamente em um Parque Nacional. A falta de controle do IBAMA sobre as terras pertencentes a um PARNA acabam por instigar a entrada de posseiros, extrativistas, caçadores, como se fosse uma área onde todos podem usufruir dos recursos naturais da forma como bem acreditam que devam, causando a gradativa perda da biodiversidade.

A *dinâmica do conflito* é um elemento que também deve ser considerado, pois cada conflito tem uma forma particular de se manifestar, tem uma evolução própria ou uma lógica de desenvolvimento que lhe é peculiar, podendo ser classificado como rápido ou longo, intenso ou pernicioso, agudo ou crônico (NASCIMENTO, 2001).

Os conflitos não têm apenas atores, mas também *mediadores ou observadores*. Ou seja, personagens que se colocam, ou pretendem se colocar, à margem do conflito.

Personagens que o presenciaram, sem necessariamente tomarem partido ou sem estarem diretamente envolvidos (NASCIMENTO, 2001).

LITTLE (2001) afirma que para se resolver um conflito de forma definitiva, as múltiplas causas que deram origem a ele teriam de ser eliminadas, e as divergências existentes entre as partes solucionadas pacífica, voluntária e consensualmente. Além do mais, os processos de degradação do mundo natural necessitariam ser cessados para que a solução fosse social e ambiental. Esses requerimentos, embora possíveis de se conseguir, raras vezes acontecem na prática. Deste modo, é mais realista falar em tratamento dos conflitos socioambientais em vez de sua resolução.

2.4.2 Conflitos inerentes às unidades de conservação

A forma como as áreas protegidas devem ser utilizadas pelo homem é um assunto que gera muita discussão há mais de vinte anos, desde a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, e continua sendo o enfoque de muitas reuniões da IUCN. Porém, a ênfase sempre esteve calcada em relação à visitação de pessoas, às necessidades recreativas e estéticas, além dos interesses dos turistas. Houve muito pouca discussão sobre o uso dessas áreas por populações locais, cujo interesse está centrado na subsistência (MISHRA, 1982).

Provavelmente a discussão referente à presença de pessoas em Parques Nacionais demorou a acontecer porque no próprio conceito de Parques Nacionais, anterior ao SNUC, no caso do Brasil, não se admitia a presença humana. No entanto, vários Parques Nacionais foram implantados onde já existiam populações (tradicional ou não), que sem o devido remanejamento acabou dando origem a diversos conflitos de uso da terra. Mas, que não podem ser ignorados pelo fato de habitarem hoje uma Unidade de Conservação.

A relação das comunidades tradicionais com o sistema imposto pelos governos, que procuram, por meio da implementação de áreas protegidas, obter um maior controle sobre os recursos naturais, dá lugar a sérios conflitos de ordem político-ideológica. Em algumas regiões do mundo alguns conflitos chegam até mesmo a ocorrer por questões religiosas (LEFF, 1993).

Essa visão inadequada, por parte dos governos, pelo menos no Brasil, tem gerado disputas onde, o estabelecimento de áreas naturais protegidas é visto pelos moradores como “a

usurpação de seus direitos de acesso aos recursos, enquanto comunitários” (DIEGUES & NOGARA, 1994).

Ao contrário do que pensavam os primeiros idealizadores das áreas protegidas, as características culturais e socio-econômicas da população local constituem a base das medidas destinadas a promover um uso sustentável dos recursos naturais, a diminuição da pobreza, a melhoria da qualidade de vida humana e a criação de um apoio positivo para os espaços protegidos (MCNEELY, 1993; LEFF, 1993).

Alguns estudiosos procuram mostrar que, para algumas famílias rurais carentes, o acesso aos recursos extrativos são tão importantes para a sobrevivência como o acesso à terra para fins de cultivo (HECHT, ANDERSON & MAY, 1993). Exemplo, entre centenas de outros, pode ser citado com o que ocorreu em uma área protegida no Nepal, onde o retorno econômico gerado pelo turismo não motivava a população local. De fato, *“como explicar aos moradores dos aldeões que o Parque Nacional podia ser utilizado para recreação de turistas abastados enquanto que, eles, residentes na área, não podiam utilizar recursos necessários à própria subsistência?”* (MISHRA, 1982).

Experiência recente, ocorrida no Estado de Rondônia, demonstra que, em alguns casos, os conflitos se iniciam desde o processo de demarcação da área, quando diversos grupos sociais, representando diferentes interesses, ao tomarem conhecimento que determinada área será transformada em Unidade de Conservação, passam a ocupar e a explorar rapidamente os recursos naturais existentes (PEDLOWSKI; DALE & MATRICARDI, 1999).

Os gestores das áreas protegidas devem prestar uma considerável atenção aos novos enfoques para se resolver tais conflitos. O passo mais importante é procurar encontrar soluções conjuntas, para que todas as partes envolvidas possam assim, entrar em comum acordo (MCNEELY, 1993).

CARRILO (1992) afirma que o fracasso da manutenção das áreas protegidas na América Latina deve-se, principalmente, à ausência de estratégias viáveis de participação e integração das populações locais.

Um fracasso na comunicação pode ser a base dos conflitos entre os vizinhos, principalmente quando informações importantes não estão disponíveis. Até mesmo quando a informação está disponível, esta deve estar apresentada adequadamente para que todos os atores envolvidos possam ter um claro entendimento do que se trata. Esta pode ser uma tarefa

difícil e pode envolver um vasto número de jurisdições, propriedades, indivíduos, agências e corporações referentes a qualquer assunto sobre a área. Convém ressaltar ainda que, a falta de cooperação surge por causa das necessidades contraditórias entre os agentes envolvidos. Desta forma, muitas vezes, conservação e metas de desenvolvimento parecem incompatíveis (SCHONEWALD-COX et al., 1992; BUECHNER et al., 1992).

A participação das populações locais no manejo de áreas protegidas deve ser realmente legítima, autêntica e válida, e implicar no acesso real das decisões, isto é, de forma que o poder possa ser redistribuído. De outro modo, fica como um simples exercício retórico ou como uma manipulação demográfica. Para que a participação seja viável, ela tem que ser considerada como um processo pelo qual as comunidades locais possam desenvolver sua capacidade de gestão, nem que para isso, todos os atores envolvidos tenham que aprender e se capacitar. Alguns, de forma que possam participar efetivamente e se convertam em interlocutores reais do Estado e da sociedade e outros, para que obtenham conhecimento das comunidades locais e desenvolvam estratégias que permitam dar lugar à cultura e às demandas das populações tradicionais (CARRILLO, 1992).

No entanto, existem também diferenças quanto aos direitos de participação dos diferentes atores, assim como quanto ao grau de participação nas questões de conservação e na qualificação para se manejar os recursos, questões estas que, por sua vez, definirão fatores determinantes no grau de equidade e eficácia do processo (MORSELLO, 1999).

Organismos, como a UNESCO/FAO, têm promovido mecanismos com a finalidade de diminuir tais conflitos, os quais procuram combinar a defesa da natureza com a convivência das populações tradicionais e não tradicionais. Isto tem sido feito através de um tipo de Unidade de Conservação, denominado reserva da biosfera. Os requisitos básicos para que uma área seja declarada reserva da biosfera são, ter uma efetiva proteção legal; conter valores naturais que justifiquem sua conservação e caracterizem ideais de preservação; incluir áreas adicionais à pesquisa e à adoção de métodos de manejo sustentável dos recursos naturais; ser representativa de uma unidade biogeográfica, com extensão suficiente para sustentar todos os níveis de espécies representativas do ecossistema que se quer preservar. A título de informação, o Parque Nacional da Serra da Bocaina participa como Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA).

No Brasil, alguns conflitos (entre esferas de Governo) têm surgido em outras categorias de Unidade de Conservação, no sentido de fazer com que elas deixem de ser uma área protegida. Exemplo recente pode ser visto no município de Iperó (SP), onde a opinião pública encontra-se dividida entre conservar a Floresta Nacional de Ipanema ou transformá-la em um *Campus* pertencente à uma Universidade Pública Estadual.

Um outro tipo de conflito, que não pode deixar de ser citado, é aquele decorrente dentro do movimento ambientalista onde as inúmeras ONGs divergem de opiniões, muitas vezes extremadas, relacionadas ao uso das Unidades de Conservação. Estas dividem-se basicamente em dois grupos denominados **ambientalistas** e **sócioambientalistas**. O primeiro defende as Unidades de Conservação de uso indireto, sem a presença de populações e exploração dos recursos naturais; às vezes chegando a se opor à pesquisa científica e ao desenvolvimento turístico nestas áreas. O segundo grupo defende a criação de Unidades de Conservação de uso direto, dando prioridade às necessidades das populações tradicionais e dos povos indígenas sobre os objetivos de proteção inerentes à uma Unidade de Conservação. Os resultados destes diferentes pontos de vista, visíveis na imprensa e em eventos relacionados ao meio ambiente, deixam, muitas vezes, os tomadores de decisão e a opinião pública extremamente confusos (DOUROJEANNI, 2000).

Tal oposição chega ao extremo de, se o ambientalismo insiste em que as Unidades de Conservação de uso indireto são indispensáveis para a conservação da biodiversidade, o “sócio-ambientalismo” insiste em que elas são dispensáveis, por existir um número suficiente, por serem desnecessárias e por estarem condenadas à extinção (DOUROJEANNI, 2000).

Historicamente, os preservacionistas criaram e lideraram as primeiras entidades ambientalistas no Brasil, como a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) criada em 1958 e a Fundação Biodiversitas. Estas entidades também influenciaram as instituições responsáveis pela criação e administração de parques, como o IBAMA e Instituto Florestal de São Paulo (DIEGUES, 1996).

O movimento sócio-ambiental vem conquistando espaço através da implementação das Unidades de Conservação de uso direto, que atualmente representam maior porcentagem de área do que as Unidades de Conservação de uso indireto e por meio da consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Para DIEGUES (1994), que segue a linha sócio-ambiental, as comunidades tradicionais têm também uma *“representação simbólica dos espaços que lhes fornecem os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e as condições materiais de sua reprodução social e simbólica”*. A ameaça de expulsão de seus territórios traz inquietude às populações locais que traduzem seu descontentamento com uma sobre-exploração dos recursos naturais que consideram como pertencentes ao Governo, ou a Polícia Florestal, etc.

Em contraposição ao pensamento sócio-ambiental, ambientalistas como MILANO (2000), pondera que *“é evidente a errônea interpretação que tem sido dada à questão de eventuais disputas, que muitas vezes nem deveriam ocorrer, entre os interesses conservacionistas da implantação de unidades de conservação e populações nas áreas de interesse a essa finalidade, pois pessoas e comunidades de todas as origens e índoles são sistematicamente deslocadas de suas terras originais, se assim puder ser sempre considerado, em razão de grandes e destrutivos (em todos os sentidos) empreendimentos econômicos sem que reações equivalentes da intelectualidade de “minha terra virou parque” sejam sequer esboçadas”*.

No caso específico das Unidades de Conservação de uso indireto tem-se verificado um forte debate referente às populações tradicionais, mas nenhum dos dois segmentos discutem assuntos relacionados à ocupação desordenada e suas consequências no entorno destas áreas.

Apesar de polêmico, observa-se que quando extremadas, tanto as opiniões do movimento ambientalista como a do sócioambientalista perdem a razão, e tanto um como outro, apresentam argumentos e defendem importantes questões para a manutenção da biodiversidade.

2. 5 A política agrária no Brasil

2.5.1 Do Estatuto da terra ao novo rural brasileiro

A história da Reforma Agrária no Brasil é marcada por séculos de *“fracas”* tentativas de distribuição da terra. A manutenção da propriedade da terra sob domínio de uma elite e a pobreza da imensa maioria dos trabalhadores rurais brasileiros estão intrinsecamente ligadas ao modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país, baseado na produção realizada em grandes escalas, fortemente subsidiada pelo Estado. Este modelo de desenvolvimento agrícola

e a elevação constante da concentração fundiária funcionaram como fatores excludentes das camadas mais pobres do acesso ao trabalho. Voltada para a especulação, a terra não é considerada uma importante fonte de emprego, como se deu em grande parte dos países desenvolvidos. A Lei de Terras é o maior exemplo desta distorção, porque apesar das imensas áreas disponíveis no país, impossibilitou o acesso dos ex-escravos a elas, impedindo-os de ter um trabalho livre (MOLINA, 1998).

Outro momento histórico importante, a revolução de 30, foi responsável por significativas mudanças no país, derrubou a oligarquia cafeeira, deu um grande impulso ao processo de industrialização, reconheceu direitos legais aos trabalhadores urbanos e atribuiu ao Estado o papel principal no processo econômico, mas foi incapaz de intervir na ordem agrária (CARDOSO, 1997).

Em 1964, quando os militares incluíram em seus discursos a reforma agrária entre suas prioridades, um grupo de trabalho foi imediatamente designado, sob a coordenação do Ministro do Planejamento, para a elaboração de um projeto-de-lei de reforma agrária e no dia 30 de novembro de 1964, foi sancionada a Lei nº 4.504, que tratava do Estatuto da Terra.

Mas foi o próprio regime militar (1964 – 1984) que impulsionou a revolução verde e privilegiou o crédito rural para os grandes proprietários; modernizou o campo, promovendo desta forma o êxodo rural; subsidiou o monocultivo de inúmeras espécies, como a soja, cana, eucalipto e consolidou a agroindústria (CARDOSO, 1995).

Deste modo, nos primeiros 15 anos de vigência do Estatuto da Terra (1964-1979), o capítulo relativo à reforma agrária, na prática, foi abandonado, enquanto o que tratava da política agrícola foi executado em larga escala.

BERGAMASCO & NORDER, (1996) afirmam que na primeira metade dos anos 80, a implementação dos assentamentos não decorreu em função de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo.

Verificando os diferentes governos que passaram pelo Brasil após o regime militar, o que pode-se concluir, é que todos não cumpriram as metas propostas de assentamentos, deixando como saldo um número bem inferior de brasileiros que tiveram acesso à terra.

Apesar de inúmeros grupos de pressão não admitirem, atualmente a questão agrária no Brasil faz parte de uma gama de discussões relacionadas aos problemas brasileiros. No entanto, não se pode confundir a questão agrária com a questão agrícola.

A questão agrícola diz respeito as variáveis ligadas à produção propriamente dita, portanto diz respeito a parte física da agricultura (o que a agricultura vai produzir, onde, quando, a que preço e qual quantidade). A questão agrária se reporta às relações sociais de produção, as relações que os homens estabelecem entre si para produzir, ou seja, quem produz, de que forma produz, como se produz e com que meios de produção, preocupando-se com a maneira como se organiza o trabalho e a produção (nível de emprego e renda da população rural).

MOLINA (1998) afirma que o âmago da questão agrária encontra-se na impossibilidade de acesso básico à terra. A terra, como meio de produção, impede que as classes trabalhadoras rurais tenham acesso a outros bens e a direitos fundamentais como alimento, emprego, moradia, educação. Ao privilegiar somente um dos aspectos, seja ele econômico, agrônômico ou mesmo o aspecto social da questão agrária, corre-se o risco de propor soluções também isoladas, não se incorporando elementos e informações definidoras para a elaboração de políticas adequadas à realidade agrária atual.

Hoje a realidade é bem diferente do que o Estatuto da Terra defendia como reforma agrária, lembrando que "*Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade*"⁶.

Na literatura, a concepção de Reforma Agrária no que se refere a conjuntura do país varia de autor para autor. TAVARES (1997) acredita que a Reforma Agrária possui um conteúdo econômico e uma atualidade dramática, pelo menos para a maior parte da população excluída, para a qual o acesso à terra representa a única alternativa concreta de emprego produtivo e de geração de renda.

Para MOLINA (1998), a Reforma Agrária ocupa papel nuclear, já que criaria empregos no campo e seria instrumento para estimular e desencadear o processo de aumento e geração de renda à parcela significativa da população brasileira. Um novo modelo de

⁶ Estatuto da Terra (Lei 4504).

desenvolvimento para o Brasil requer que se busque não só o crescimento econômico, mas que este venha condicionado por um amplo processo de desenvolvimento social, político e cultural, capaz de garantir cidadania a todos os brasileiros. A mudança na organização da produção agrícola é parte importante para a viabilização deste novo modelo.

Na opinião de GRAZIANO DA SILVA (2001), *“a reforma agrária, nesse início de século 21, não precisa mais exibir um caráter estritamente agrícola, pois os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser resolvidos pelos complexos agroindustriais já existentes no país. O problema da fome, que afeta milhões de brasileiros, não se deve à insuficiência da produção agrícola, mas à falta de dinheiro para comprar comida. A reforma agrária é necessária hoje para ajudar a equacionar a questão do excedente populacional do país, até que seja completada a ‘transição demográfica’ recém-iniciada”*.

GRAZIANO DA SILVA (1996) defende ainda uma reforma agrária que permita a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade), buscando novas formas de ocupação para a população excedente do ponto de vista estritamente agrícola e industrial, de ex-parceiros, ex-meeiros, ex-boias frias, ex-pequenos produtores rurais que foram marginalizados pela modernização conservadora.

2.5.2 A questão agrária no estado do Rio de Janeiro

Estudo de MEDEIROS et al. (1999) mostra que a confluência do rural e do urbano não ocorreu de forma voluntária. No caso do estado do Rio de Janeiro, a crescente perda da importância da agricultura na economia estadual, ao longo do século XX, guarda relação com o esvaziamento progressivo da Secretaria da Agricultura e a timidez das políticas agrícolas. Esse quadro somente começou a se reverter a partir dos anos 90 quando, em função do novo contexto institucional ditado pela Constituição de 1988, passou a ocorrer uma descentralização de recursos e políticas públicas. Apesar de ser um tema recorrentemente tratado no âmbito dos debates estaduais, não houve, em nenhum momento, um incentivo mais expressivo à dinamização da produção destinada ao abastecimento do mercado interno, o que levou ao abandono do setor agrícola estadual à medida que as culturas de exportação entravam em decadência. Como as características ambientais e econômicas fluminenses não favorecem o desenvolvimento da grande cultura comercial de grãos, setor onde se concentrou o apoio das políticas federais para a agricultura durante os anos 60 e 70, a agricultura no Rio de Janeiro,

com exceção da produção de cana-de-açúcar, não teve praticamente nenhum apoio creditício. Poucos foram os recursos aportados pelo Banco do Brasil, principal financiador das políticas agrícolas ao longo dos anos 60/70. O próprio Banerj aplicou, até o final dos anos 80, a maior parte dos recursos de sua carteira agrícola em outros estados, somente revertendo tal quadro na década de 90. Até hoje, a importância da Secretaria da Agricultura é bastante reduzida, sendo seu percentual do orçamento (1%) ainda menor que a participação do setor no PIB estadual (2%).

Além da falta de políticas para a agricultura, outro fator que possibilitou na região estudada a mudança de padrão de uso da terra, foi a construção da rodovia Rio-Santos, potencializando investimentos turísticos e o desenvolvimento de inúmeros projetos governamentais de grande porte, como a usina nuclear de Angra dos Reis, originando com isso uma enorme valorização fundiária, atraindo grileiros e especuladores, dando origem a um rápido processo de incorporação das terras, às custas, principalmente, dos caiçaras e gerando intensos conflitos (MEDEIROS et al., 1999).

Quanto à política agrária, a região de Parati apresentava uma situação fundiária extremamente confusa na década de 70, originando a inclusão do município como área prioritária para Reforma Agrária (Decreto Federal nº 70.986 de 16 de agosto de 1972).

Somente em 1983, o Conselho de Segurança Nacional começou a estudar a possibilidade de desapropriação de uma área de cerca de dez mil ha ao longo da rodovia Rio-Santos, no município de Parati, para impedir que 600 famílias de caiçaras fossem desalojadas por empresas imobiliárias das terras onde viviam como posseiros. As famílias estavam recebendo intimação de despejo das empresas que se apresentavam como de empreendimentos agrícolas, quando na verdade, conforme denúncia, “*se destinavam a exploração imobiliária*”. As áreas compreendem Taquari, Barra Grande, São Roque (que compõem este estudo), Praia Grande, São Gonçalo e Praia do Sono (Jornal - O GLOBO, 1983).

Mas, foi somente na Nova República que o estado do Rio de Janeiro pode ser contemplado pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, sendo definida como área prioritária para a realização da Reforma Agrária. Os beneficiários a serem assentados deveriam prioritariamente ser aqueles com residência comprovada na área objeto de desapropriação. Complementarmente, outros seriam selecionados, através de visitas aos locais e contatos com entidades representativas dos trabalhadores rurais (MEDEIROS et al., 1999). Estas

desapropriações foram marcadas por grandes conflitos e até hoje algumas fazendas que faziam parte desse Plano, como a Serraria (localizada em Parati, ainda não tiveram a situação fundiária resolvida pelo Poder Judiciário.

Em Parati, a agropecuária foi mais importante que qualquer outra atividade até 1985, quando passa a apresentar um novo período de queda contínua e tem início o aumento da contribuição proporcional da indústria. Em 1996, 15% do PIB municipal foi gerado pela indústria, e 3% pela agropecuária. Há pouco mais de 20 anos, quase 30% do PIB municipal era resultado de atividades agropecuárias, que se reduziu a 3% em 1996. Neste mesmo período, apenas 2,2% dos estabelecimentos instalados em Parati desenvolveram alguma atividade agropecuária. Como aparente contradição, deve-se ressaltar que o município conta com 52% de sua população habitando a área rural. São 45 comunidades rurais, muitas das quais podem ser classificadas como "ru-urbanas" (comunidades dormitórios), que desenvolvem atividades agrícolas de subsistência (SEBRAE, 1999).

Alguns aspectos como a localização e a origem dos assentados (rural ou urbana) tem sido estudados por diversos autores a fim de se explicar se estes fatores influenciam na pluriatividade dos assentamentos. MEDEIROS et al. (1996), afirmam que a pluriatividade aparece como parte de uma estratégia reprodutiva das famílias frente às inúmeras adversidades, estruturais e conjunturais, enfrentadas pelos assentados.

Além dos fatores já citados, um assentamento por si só já acarreta a introdução de novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder. Se se trata de área de conflito fundiário, quer envolvendo resistência, quer ocupação de terras, o simples fato de ocorrer uma desapropriação e um assentamento significam (PALMEIRA & LEITE, 1995):

- o reconhecimento do conflito por parte do Estado, que se concretiza na sua intervenção mediante desapropriação;
- alteração nas relações locais, uma vez que se trata de níveis diferenciados de negociação com o proprietário que pode ou não ser membro da elite local, mas que, de qualquer forma, implica em uma cunha que se insere nas relações até então prevalecentes;
- o envolvimento de uma série de agências públicas, voltadas à implantação e viabilização do(s) assentamento(s): Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Organizações Não Governamentais (ONG's), sindicatos, etc.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Caracterização da área de estudo

O Parque Nacional da Serra da Bocaina localiza-se na região sudeste do país, entre o Vale do Paraíba do Sul, o extremo norte do Litoral Paulista e a região da Baía da Ilha Grande, no litoral sul fluminense. Compreende os municípios paulistas de São José do Barreiro, Bananal, Cunha, Ubatuba e os municípios fluminenses de Angra dos Reis e Parati, possuindo em torno de 480 quilômetros de perímetro. Sua sede encontra-se no município de São José do Barreiro. A área deste estudo está inserida no município de Parati, onde localizam-se 41% da área do Parque (BRASIL, 2002).

Parati possui uma área de 917 km², e segundo o Censo 2000 do IBGE, abriga 29.544 habitantes. Sua economia é baseada em primeiro lugar no turismo, seguida da pesca e da atividade agropecuária. O turismo passou a ser a principal atividade econômica após a abertura da rodovia Rio-Santos, no início da década de 70.

As temperaturas mensais médias nos meses de verão correspondem a 25°C e 26°C e as médias das máximas entre 28°C e 30°C. Nos meses de junho e julho ocorrem as temperaturas mais baixas, com valores mensais médios entre 18°C e 20°C. Os índices pluviométricos apresentam valores médios entre 1.800 e 1.900mm anuais, embora nas localidades de Picinguaba e São Roque os índices ultrapassem os 2.200mm anuais (BRASIL, 2002).

As comunidades de assentamento, objetos deste estudo, localizam-se na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina, entre as coordenadas 44^o38' – 44^o47' W e 23^o 00' – 23^o 09' S (Figura 1) e levam o nome dos três rios principais: Barra Grande, São Roque e Taquari. A comunidade Taquari possui uma área total de 958,74 ha, Barra Grande - 595,36 ha e São Roque - 735,65 ha.

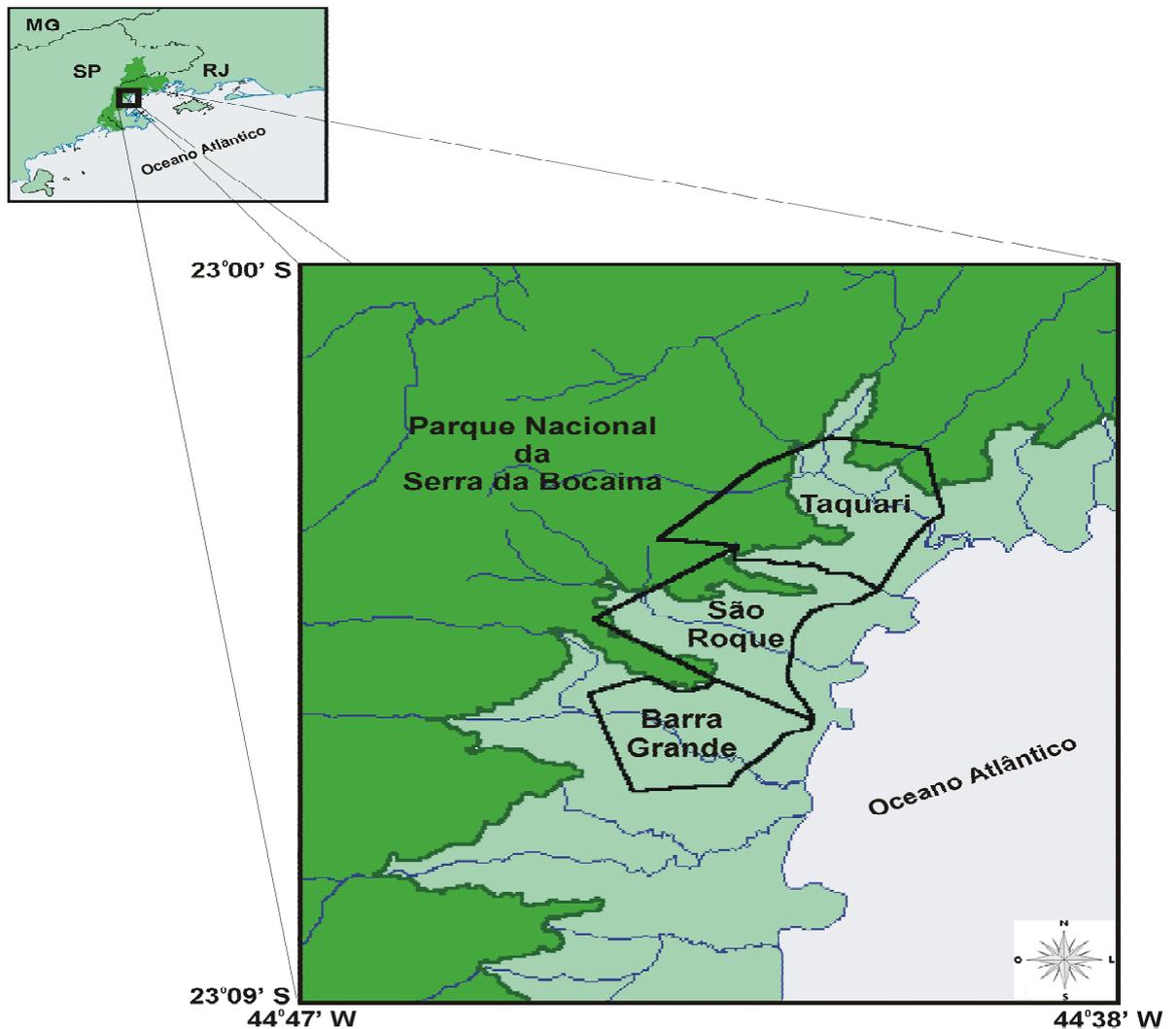


FIGURA 1. Localização das comunidades Taquari, São Roque e Barra Grande na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina, com delimitação das glebas originadas pelo INCRA, em 1985.

3.2 Triangulação dos dados

A coleta e análise dos dados históricos e sócio econômicos apoiou-se na base metodológica da técnica de triangulação, a qual tem por objetivo “*abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social sem raízes*

históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social” (TRIVIÑOS, 1987).

Essa técnica envolve: (a) processos e produtos centrados no sujeito, (b) elementos produzidos pelo meio do sujeito e (c) processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social do sujeito (Tabela 2).

TABELA 2. Triangulação na perspectiva de Triviños

| | | |
|-------------------------------|---|--|
| Método de Triangulação | Processos e Produtos Centrados no sujeito | Pelo pesquisador: percepções (entrevistas, questionários, formas verbais); comportamento e ações (observação). Pelo próprio sujeito: autobiografias, diários íntimos, confissões, cartas pessoais, livros, obras de arte, composições musicais, fotografias, etc. |
| | Elementos Produzidos pelo Meio do sujeito | Documentos: internos e externos Instrumentos legais: leis, decretos, pareceres, resoluções, regulamentos, regimentos |
| | Processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social do sujeito | Oficiais -Diretrizes, propostas, memorandos, atas de reuniões, políticas de ação, etc. - Estatísticas (% de analfabetismo, evasão, repetência etc.) - Fotografias Modos de Produção - Escravagismo - Feudalismo - Capitalismo (central, periférico dependente) - Socialismo Forças e relações de produção, propriedade dos meios de produção e classes sociais (burguesia, média ou pequena burguesia, operária) |

Fonte: TRIVIÑOS (1987)

Segundo TRIVIÑOS (1987), nos estudos qualitativos, em particular no estudo de caso, o ideal é que a análise esteja presente durante os vários estágios da pesquisa. O tipo de técnica que se emprega não admite visões isoladas, parceladas ou estanques, já que a coleta e análise dos dados apresentam um processo unitário integral, sendo que ambas se retroalimentam constantemente “e podem influenciar todo o processo de pesquisa” (ALENCAR, 1996).

Neste sentido, os dados coletados, na medida das possibilidades, sofreram uma primeira análise e interpretação no campo, a fim de procurar novos aspectos que viessem a acrescentar outros tópicos considerados importantes para o esclarecimento da pesquisa.

Com base no Tabela anterior, o uso da triangulação de dados foi aplicado nos levantamentos da seguinte forma:

- Os *“processos e produtos centrados no sujeito”*, envolveram a pesquisadora, através de sua observação e percepção. Aplicou-se vários roteiros de entrevistas e observou-se o comportamento e ações dos atores envolvidos, seja individualmente ou em reuniões ocorridas na comunidade e no município.
- Os *“elementos produzidos pelo meio do sujeito”* foram levantados no que se refere à legislação, decretos, pareceres, estudos acadêmicos realizados na região, documentação de organizações governamentais e não governamentais que atuam no local, Plano de Manejo do PNSB e demais documentos que se mostraram importantes para esta pesquisa.
- *“Processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social do sujeito”*, foram obtidos resgatando-se o histórico das políticas implementadas na região, o histórico das comunidades e as informações sócio-econômicas existentes. Todos estes dados contribuíram para o entendimento das forças, relações e conflitos configurados no contexto do problema detectado neste estudo, caracterizado como um estudo de caso.

Entende-se por estudo de caso uma forma de fazer pesquisa empírica, que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o meio envolvente não estão claramente estabelecidas e onde se utilizam múltiplas fontes de evidências (GODOY, 1995). Nesta investigação, a região que abrange as comunidades Taquari, Barra Grande e São Roque, foram abordadas como um estudo de caso, particularizado no contexto do PNSB.

A pesquisa iniciou-se com uma etapa exploratória onde foram feitos os primeiros contatos com membros das associações de bairros das comunidades (Taquari, São Roque e Barra Grande) e com os representantes das instituições envolvidas ou aparentemente envolvidas, governamentais e não governamentais.

Os dados secundários foram obtidos junto à prefeitura e secretarias municipais de Parati, EMATER, SEBRAE, INCRA, jornais locais, teses de mestrado e doutorado junto a Universidade do Rio de Janeiro, Plano de Manejo do PNSB e Sites das Instituições, entre outros.

A análise dos dados coletados nesta primeira etapa subsidiaram a formulação dos roteiros de entrevistas (ANEXO 1), junto a alguns segmentos envolvidos. O tipo de roteiro utilizado foi “*focused interview*” (ALENCAR 1996), que possui como característica um foco preestabelecido que, por conseguinte, determinou os tópicos e sub tópicos do roteiro.

O roteiro constituiu-se em uma relação de tópicos a serem cobertos durante a entrevista e teve a finalidade de orientar o pesquisador, evitando que assuntos relevantes deixassem de ser abordados. O momento e o modo como os tópicos foram transformados em questões ocorreram durante o desenrolar da entrevista. Não há restrição alguma em se aprofundar os pontos abordados por meio de questões que emergem durante a conversa entre o pesquisador e o entrevistado. Aliás, o desdobramento das questões é fundamental neste método por permitir descobertas e a compreensão de um fenômeno a partir de novas interpretações fornecidas pelo entrevistado (ALENCAR, 1996).

A amostra foi não-probabilística, da categoria por julgamento, onde os entrevistados foram escolhidos segundo a participação no processo e/ou por apresentarem alguma importância para o estudo em questão, ou ainda que estivessem predispostos a fornecer informações. Portanto, não foi definido um número de pessoas a serem entrevistadas, mas representantes de instituições, lideranças e moradores foram procurados e os roteiros foram aplicados de acordo com o interesse do entrevistado em falar sobre o assunto proposto.

As entrevistas foram realizadas em três visitas à Parati, sendo a primeira realizada entre 07 a 12 de junho de 2001; a segunda entre 05 a 18 de agosto de 2001 e a terceira entre 28 de março a 01 de abril de 2002, totalizando a aplicação de 25 entrevistas e a participação da autora em duas reuniões, uma na comunidade Taquari e outra na cidade de Parati.

Em todas as etapas da pesquisa, seja na aplicação dos roteiros de entrevistas ou nas reuniões, a presença da pesquisadora foi não participante. Na observação não participante, o pesquisador está presente no local onde o grupo observado desenvolve suas ações, mas como ele não é membro do grupo, não desenvolve as ações que os mesmos desenvolvem (ALENCAR, 1999).

A partir das informações obtidas sob todos os prismas desta pesquisa, foi realizada a tipificação dos conflitos sob determinados aspectos, seguindo parte da análise proposta por FERREIRA (1999) Tabela 3.

TABELA 3. Tipificação dos conflitos segundo sua natureza e impactos possíveis

| | | |
|---------------------------------|---|---|
| Conflitos institucionais | Conflitos de competência | <ul style="list-style-type: none"> - Entre esferas de governo - Entre órgãos burocráticos inter e intra-institucionais - Entre/por novos arranjos institucionais |
| Conflitos legais | - Entre as Leis de nível estadual e as Leis de nível municipal, como as de Uso e Ocupação do Solo, de Zoneamento. | |
| Conflitos sociais | <ul style="list-style-type: none"> - De uso de recursos - Entre diferentes interesses e/ou perspectivas - De classe social, etc. | |

Fonte: FERREIRA (1999).

Fez se uma análise dos conflitos institucionais sob dois aspectos, entre esferas de governo e entre organizações governamentais e não governamentais inter e intra-institucionais. Foram utilizados como material de pesquisa os resultados das entrevistas, as reuniões assistidas, o histórico das instituições e as documentações encontradas referentes aos assentamentos junto ao IBAMA, EMATER e INCRA.

Os conflitos sociais foram analisados enfocando o uso da terra, mediante a utilização de vários procedimentos e ferramentas, tais como as entrevistas, o histórico das comunidades, dados secundários e a construção dos cenários.

3.3 A construção dos cenários

Partindo-se do princípio de que fatores sociais, culturais, políticos e a inclusão de subsídios econômicos influenciam nas práticas de uso da terra e, conseqüentemente, na mudança da paisagem (PEREZ-TREJO, 1994), procurou-se fazer uma análise espacial da dinâmica de uso da terra, comparando-se as décadas de 60, 80 e 90. Para tanto, utilizou-se como ferramenta a análise da paisagem fundamentada na construção de cenários históricos.

CONYERS & HILLS (1984) definem cenários como quadros hipotéticos do futuro que podem ser usados na previsão ou na análise de certos eventos ocorridos, tendo como exemplo a introdução de políticas e sua influência nas mudanças de produção agrícola em determinada área. Pode ser utilizado, ainda, como ferramenta de planejamento, a qual tem a capacidade de simular situações.

A construção de cenários não tem sido útil somente para fins de simulações. Vários autores têm trabalhado a construção de cenários a partir de informações e resgate de mapas de épocas passadas, construindo dessa forma, “cenários históricos”. BRUSH (1977) relacionou fatos históricos que contribuíram para a mudança da paisagem em Chesapeake Bay, na Inglaterra, e DUNN et al. (1991) testou métodos de análise de mudanças temporais na paisagem, utilizando duas datas bastante distantes, 1882 e 1978.

Esta ferramenta tem-se mostrado eficiente, embora encontre dificuldades, tais como,

- a falta de registros espacializados das condições ambientais e de uso do solo, de épocas distintas referentes ao mesmo local, impossibilitando comparações temporais;
- a investigação histórica das mudanças da paisagem requer um padrão e um sistema de classificação (dados de escala, coordenadas etc), que devem ser aplicados uniformemente nas séries temporais (DUNN,1991). Geralmente, mapas antigos não apresentam essas informações, dificultando e até mesmo inviabilizando a construção de cenários.

Neste estudo, optou-se em realizar um recorte histórico de trinta anos, e o uso de fotografias aéreas disponíveis para comercialização das décadas especificadas na tabela 4.

As fotos aéreas utilizadas foram do tipo pancromática vertical, sem par estereoscópico, e serviu como um referencial para a análise dos principais usos ocorrentes na área de estudo, originando-se, desta forma, mapas croquis referentes às respectivas décadas.

TABELA 4. Fotografias aéreas utilizadas e importância quanto à época

| Década | Datas | Escala aproximada | Recorte histórico e importância |
|---------------|--------------|--------------------------|--|
| 60 | 1968 | 1:30.000 | <ul style="list-style-type: none">- Não havia sido decretada a criação do PNSB.- Os assentamentos ainda não haviam sido implementados- Rodovia Rio-Santos não havia sido asfaltada. |
| 80 | 08/1987 | 1:20.000 | <ul style="list-style-type: none">- O PNSB já havia sido criado (1972)- As áreas para os assentamentos haviam começado a ser desapropriadas pelo INCRA (desde 1985). |
| 90 | 07/1999 | 1:30.000 | <ul style="list-style-type: none">- Vinte e sete anos de criação do PNSB- Doze anos de criação do assentamento São Roque- Ano da concessão das terras de Taquari e Barra Grande para o INCRA |

Fonte: dados da pesquisa

3.3.1 Confeção dos mapas croquis

Segundo OLIVEIRA (1987) os mapas croquis são temáticos, essencialmente concebidos para fins explicativos e que representam, de forma muito generalizada, fenômenos geográficos no seu conjunto, realçando as relações espaciais.

As fotografias aéreas das década de 60 foram interpretadas em folha de acetato transparente, de onde extraíram-se os contornos da linha da costa e os principais cursos d'água e vias de acesso, que serviram de referência para a interpretação das demais décadas.

Em seguida, foi mapeado o uso da terra na década de 60 em grafite preto, com apoio das informações contidas nas cartas planialtimétricas do IBGE, em 1974, em escala 1:50.000.

A interpretação das fotografias aéreas referentes à década de 90 foi realizada em grafite verde, pelos ajustes dos cursos d'água e vias de acesso, em cada fotografia. O mapeamento foi realizado com o auxílio de imagem de satélite TM Landsat 5 datada de 1999 e levantamentos de campo.

Para a interpretação das fotografias aéreas da década de 80, foi utilizada folha de papel acetato, contendo as interpretações do uso da terra das décadas de 60 e 90. Esta folha foi “escaneirizada” em *scanner* de rolo, e plotada em filme transparente, em escala aproximada de

1:20.000. Sobre esse filme fez-se a interpretação do uso da terra referente à década de 80, com o auxílio das fotografias aéreas das décadas de 60 e 90 e informações das cartas planialtimétricas. Foram verificadas as diferenças ocorridas a partir da década de 60, atentando-se para as possíveis incoerências existentes em relação à década de 90.

A digitalização dos polígonos do uso da terra foi realizada através do software GEOMEDIA PRO 3.6 e seguiu os seguintes passos:

- 1) Realização de um georeferenciamento do mapa;
- 2) Digitalização dos polígonos de uso da terra;
- 3) Os polígonos digitalizados, bem como as informações dos cursos d'água e principais vias de acesso (extraídos das cartas planialtimétricas do IBGE 1974 e das fotografias aéreas), foram passados para o formato DXF e importados para o programa IDRISI *for windows* versão 2.0;
- 4) Estas informações foram sobrepostas ao mapa de uso da terra de cada década, gerando os três mapas croquis;
- 5) Os mapas-croqui foram importados para o software Corel Draw, onde foi realizado o layout final.

Deve-se ressaltar que, em virtude da representação gráfica apresentar-se em mapas croquis, não há nesses produtos o comprometimento de exatidão entre limites e coordenadas.

3.3.2 A definição da legenda

Por não ter sido utilizado o par estereoscópico das fotografias aéreas, as categorias relativas ao uso da terra não foram relacionados ao relevo. As categorias de legenda foram interpretadas de acordo com a tonalidade, textura e forma exposta na fotografia aérea e contou com o auxílio de uma lupa.

As categorias encontradas foram: Restinga Alterada (Figura 2) e Restinga Degradada; Floresta Alterada (Figura 3) e Floresta Degradada (Figura 4); Sucessão Secundária Inicial (Figura 5) e Sucessão Secundária Intermediária (Figura 6); Bananicultura; Campo Antrópico (Figura 7); Formações Rochosas; Cultura Anual e Agrupamento Humano. A tabela a seguir sintetiza informações sobre os padrões de interpretação.

TABELA 5. Padrões de interpretação utilizados nas legendas dos mapas históricos

| Categoria de Legenda | Padrão de Legenda |
|-----------------------------|---|
| Restinga Alterada | Tonalidade cinza médio, textura média, dossel heterogêneo |
| Restinga Degradada | Tonalidade cinza claro, textura médio-lisa, dossel heterogêneo |
| Floresta Alterada | Tonalidade cinza escuro, textura granular, dossel heterogêneo |
| Floresta Degradada | Tonalidade cinza escuro, textura médio-lisa, dossel heterogêneo |
| Sucessão Secundária Inicial | Tonalidade cinza claro, textura lisa |
| Sucessão Sec. Intermediária | Tonalidade cinza claro, textura média, dossel heterogêneo |
| Bananicultura | Tonalidade cinza médio, textura médio-lisa, forma regular |
| Campo Antrópico | Tonalidade clara, textura lisa, forma regular |
| Formações Rochosas | Tonalidade cinza muito claro, forma lisa |
| Cultura Anual | Tonalidade cinza claro, textura médio lisa, forma regular |
| Agrupamento Humano | Tonalidade clara, forma geralmente regular, ligada a vias de acesso |

Fonte; Dados Pesquisa



FIGURA 2. Restinga Alterada. **Fonte:** Pesquisa



FIGURA 3. Floresta Alterada. **Fonte:** Pesquisa

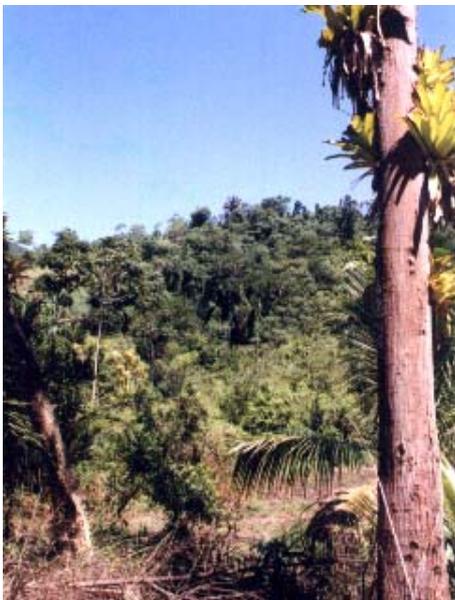


FIGURA 4. Floresta Degradada. **Fonte:** Pesquisa

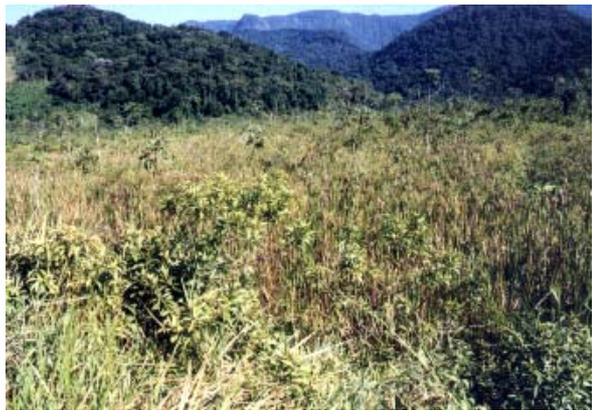


FIGURA 5. Sucessão Secundária Inicial. **Fonte:** Pesquisa



FIGURA 6. Sucessão Secundária Intermediária. **Fonte:** Pesquisa



FIGURA 7. Campo Antrópico. **Fonte:** Pesquisa
Crédito das fotos: Marcos Silva

3.3.3 A interpretação dos cenários

A interpretação dos cenários referentes às décadas de 60, 80 e 90 contribuíram para o entendimento dos conflitos de uso da terra ocorridos no período de 31 anos (1968 – 1999). No decorrer da análise, estimou-se a proporção aproximada das áreas encontradas para os casos mais significativos, em percentuais de cobertura em relação ao total da área espacializada.

Deste modo, procurou-se explicar o contexto da paisagem, onde a área total de cada categoria de legenda foi obtida diretamente pelo IDRISI *for Windows*, que gerou de modo tabular a área total correspondente aos respectivos usos. Tomou-se como base o mapa croqui da década de 80, por possuir uma área total menor que os mapas das outras duas épocas.

No entanto, somente a análise do contexto não é suficiente para explicar as mudanças ocorridas na paisagem. Neste caso, fez-se uma análise da paisagem⁷ em função de sua disposição.

A heterogeneidade, fragmentação⁸ da matriz⁹ e a formação de mosaicos¹⁰ são sinais da complexidade dos usos gerados ao longo da história e dos possíveis conflitos ocorrentes na área. Desta forma, pode-se explicar as mudanças de organização social ocorridas no espaço.

Procurou-se relacionar os cenários encontrados nos mapas croquis, com o histórico das comunidades e as informações sócio-econômicas obtidas por meio de documentos e entrevistas, bem como classificar e interpretar as diferentes categorias de conflitos existentes.

⁷ Mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação. Uma paisagem pode se apresentar sob a forma de mosaico, contendo manchas, corredores e matriz, ou sob a forma de gradientes (METZGER, 2001).

⁸ Um mancha originada por fragmentação, por sub-divisão, promovida pelo Homem, de uma unidade que inicialmente apresentava-se sob forma contínua, como uma matriz (METZGER, 2001).

⁹ Unidade da paisagem que controla a dinâmica da paisagem. Em geral essa unidade pode ser reconhecida por recobrir a maior parte da paisagem (sendo a unidade dominante em termos de recobrimento espacial), ou por ter um maior grau de conexão de sua área (em menor grau de fragmentação) (METZGER, 2001).

¹⁰ Uma paisagem que se apresenta como uma estrutura contendo mancha, corredores e matriz (pelo menos dois desses elementos) (METZGER, 2001).

3.4 Elaboração dos mapas croquis dos assentamentos

Os mapas croquis dos assentamentos foram obtidos a partir das plantas cadastrais fornecidas pelo INCRA, sendo, respectivamente:

Taquari – escala 1:10.000 datada de 05/2001

São Roque – escala 1:5.000 datada de 09/1997

Barra Grande – escala 1:4.000 datada de 07/2001

As três plantas cadastrais foram “escanerizadas” em *scanner* de rolo e importadas para o AUTOCAD. O uso da terra foi levantado em pesquisa de campo, em visita realizada entre 28 de março a 01 de abril de 2002, e transferiu-se para os mapas croquis o uso predominante da terra, de acordo com as observações em campo. Tomou-se como base dos lotes, os marcos do INCRA que se encontravam identificados com numerações indicadas no mapa cadastral correspondentes nos lotes das três comunidades. A documentação fotográfica foi realizada durante esta etapa da pesquisa.

Essas informações foram digitalizadas em seus respectivos *layers* e salvas em três arquivos, contendo:

- 1) Cursos d’água e vias de acesso;
- 2) Contornos das glebas e reservas legais;
- 3) Contornos aproximados dos polígonos de uso da terra.

Os respectivos *layers* foram importados para o *software* Corel Draw e transformados em formato Raster. Cada arquivo Raster foi importado para o *software* Adobe Photoshop, onde foi realizado o preenchimento dos polígonos, primeiramente do uso da terra e reservas legais e, posteriormente, sobre a imagem criada, foram sobrepostas as imagens com os contornos das glebas, os cursos d’água e vias de acesso.

Optou-se por ilustrar nos mapas croquis as atividades predominantes dentro de cada lote. Portanto, na elaboração dos mapas croquis das comunidades, não foi seguida a definição de área urbanizada estabelecida pelo INCRA.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Um pouco da história de Parati

Para que se entenda a inserção do Parque Nacional da Serra da Bocaina no município de Parati, é necessário recorrer a alguns aspectos relacionados à história da região, bem como o entendimento do atual panorama sócio-econômico do município.

Parati foi palco de importantes ciclos de desenvolvimento econômico. Prova dessa exploração são as diversas trilhas e estradas da região como, por exemplo, a estrada Cunha-Parati e a Mambucaba - São José do Barreiro. São trilhas “centenárias” que passam pelo PNSB e que, historicamente, fazem parte das primeiras redes de interiorização e territorialização do Brasil (BRASIL, 2002).

Segundo relatos históricos, a trilha dos Guainás, datada de 1597, foi a primeira dentre tantas outras surgidas na região; ao longo do século XVII várias delas que ligavam diversos povoados se consolidaram. As atuais cidades de Angra dos Reis, Ubatuba e Parati, até então povoados, transformaram-se em vilas; na primeira parte do século XVIII, Parati passa a ocupar posição de destaque durante o ciclo do ouro, chegando ao final desse século com significativos índices populacionais.

No final do século XVIII, Angra dos Reis e Mambucaba destacam-se pela pesca da baleia franca, chegando ao seu extermínio. Lavouras de milho, mandioca, legumes e cana-de-açúcar proliferaram. Com a valorização do açúcar, Parati instala 250 engenhos e engenhocas na região. A complexa rede de rios e canais navegáveis facilitou o transporte da produção para o porto exportador.

No primeiro período do século XIX, a cultura do café começa a se sobrepôr à de cana-de-açúcar no vale do rio Paraíba fluminense, daí para o lado paulista e posteriormente para o planalto da Bocaina; chega ao auge em 1850, e traz prosperidade econômica à região (BRASIL, 2002).

Até o início do século XX, encontrava-se no vale do Rio Paraíba a mais rica zona produtora de café brasileiro. Porém, com o esgotamento dos solos e o surgimento de pragas, houve, em poucas décadas, uma diminuição significativa da produção (CHONCHOL, 1994).

O café do vale do Paraíba, que no auge de sua produção, em meados do século XIX, chega a representar 88% da produção nacional, adentra o século XX em franco decréscimo em relação às novas frentes cafeeiras do oeste, representando somente 4% em 1920. Este quadro de decadência repercute nas cidades da região (BRASIL, 2002).

A decadência na região do PNSB atinge também a zona litorânea. No início da era cafeeira a região mantém o seu papel de intermediário entre as zonas de produção e o mercado consumidor de Parati. Ao reforçar seu intercâmbio com a Corte, vê sua área urbana prosperar no começo do século XIX, com a remodelação do Forte Defensor Perpétuo e a construção de novos sobrados, mercado novo, escolas, a Igreja de Nossa Senhora das Dores, a Santa Casa de Misericórdia, o chafariz, cemitério novo, cadeia e uma nova Casa da Câmara, sendo elevada a categoria de cidade em 1.844. Afastada das grandes linhas de intercâmbio comercial com a construção da ferrovia (antiga Central do Brasil), Parati teve sua população reduzida de 12.000 habitantes, em 1.856, para menos de 4.000 ao final do século XIX (BRASIL, 2002).

Ao longo do século XX, a região que compreende o PNSB e sua zona de transição, sofreu uma série de ações governamentais de âmbito nacional, estadual e municipal como, por exemplo, a transformação de alguns municípios em estância turística, a construção de estradas como a via Dutra na década de 50 e a Rio-Santos na década de 70.

Devido a sua importância histórica sob os aspectos político, econômico e social desde a Capitania, e mantenedora de um conjunto arquitetônico datado da época colonial, Parati foi considerada, através do Decreto-Lei nº1.450, de 18/09/1945, monumento histórico do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, em 1947, o Código de Obras do município foi alterado, visando a adaptação prevista no Decreto de Tombamento Estadual, que estabelecia a delimitação do bairro histórico, bem como a fixação de condições para as construções dentro do seu perímetro, que também deveriam ter a aprovação do DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (ALMEIDA, 1997).

Baseado em pareceres técnicos sobre a conservação do acervo histórico, que entendiam que a *“proteção estadual não estava se mostrando suficiente”*, iniciaram-se em 1964 diversas tentativas de transformar o município em Monumento Nacional, que só ocorreu em 24/03/1966, através do Decreto 58.077. Essa iniciativa aumentou a abrangência do Tombamento, que passava a incluir, além da zona urbana, toda a zona rural.

Parati manteve um fraco desenvolvimento econômico até o final da década de 60, sobrevivendo de uma parca economia de subsistência, da pesca artesanal e de pequena produção de aguardente. Tinha como via de transporte a estrada Parati-Cunha, utilizável somente durante a estação seca, e a ligação com Angra dos Reis mantida por via marítima. Este cenário aponta o isolamento da região em relação ao circuito de produção e comercialização que impulsionou o desenvolvimento regional (BRASIL, 2002).

A Rodovia Rio-Santos veio a atender duas demandas básicas: servir como alternativa à Rodovia Dutra e fomentar o turismo no litoral, facilitando a locomoção. Esta estrada rompe com a estagnação que se instala no começo do século, acarretando grandes mudanças no uso e ocupação do solo e o crescimento do setor terciário na região do PNSB.

ALMEIDA (1997), analisando os diversos Decretos e pareceres que transformaram Parati em Monumento Nacional, constatou que por diversas vezes teve-se a preocupação em se preservar não somente o acervo histórico, mas também a “*mata circundante*”. A principal justificativa era a de que, para manter a harmonia do patrimônio edificado, o processo de tombamento também deveria ser estendido para a vegetação, pois “*a mata é a moldura do conjunto arquitetônico colonial*”.

Por meio de diversos ofícios, a então diretoria do DPHAN dirigiu-se ao Ministro da Agricultura para que medidas fossem tomadas no sentido de sustar os desmatamentos em Parati. Inclusive, em um dos pedidos, foi sugerido ao órgão citado que não concedesse autorização para corte de vegetação em Parati, mesmo que houvesse promessa ou obrigação do replantio de novas árvores. Desta forma, foi emitido um parecer da Agência de Recursos Naturais Renováveis do Rio de Janeiro ao Conselho Florestal, sugerindo que “*como solução ao problema de Parati, deve-se transformar a região em Parque Nacional ou Reserva Florestal*” (ALMEIDA, 1997). Neste contexto instituiu-se, em Fevereiro 1971, o Parque Nacional da Serra da Bocaina, com uma área inicial de 134.000ha¹¹.

Seguindo ao estabelecimento do PNSB, inicia-se um processo de criação, não só em Parati como em toda a região, de várias Unidades de Conservação de diferentes categorias,

¹¹ Decreto Federal 68172 de 4 de fevereiro de 1971.

entre elas Parques Estaduais, Parques Municipais, Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental.

Em Parati foi criada, em dezembro de 1983, a Área de Proteção Ambiental Federal de Cairuçu, com 33.800ha (Decreto Federal 89242). Esta APA é considerada estratégica para a conservação da biodiversidade, pois constitui um corredor ecológico entre as matas primárias da Reserva Ecológica Estadual de Joatinga, o PNSB e o Parque Estadual da Serra do Mar (SP) (BRASIL, 2002).

Além dos processos de Tombamento do Patrimônio Histórico de Parati e a criação de diversas categorias de Unidades de Conservação, ocorreu também nas últimas décadas uma série de medidas visando a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica. Tais medidas passaram a vigorar através de uma série de leis Federais e Estaduais totalmente restritivas ao uso do solo. Algumas delas são apontadas a seguir:

- 1988 – A Mata Atlântica é considerada, pela Constituição Federal, patrimônio nacional e “*sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais*” (art.225, § 4);
- 1988 – É instituída a Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº1.315, de 07 de junho de 1988);
- 1992 – Região de Mata Atlântica é reconhecida como Reserva da Biosfera pela Unesco e inclui toda a área do PNSB;
- 1993 - O corte, exploração e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados e médio de regeneração da mata atlântica são disciplinados (DF750);
- 1993-Os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da mata atlântica são estabelecidos (DF750).

Como evidenciado, são muitos os documentos legais criados a partir da década de 80 que propõem proteger as diferentes formações de Mata Atlântica. Esses documentos, no entanto, não têm a preocupação da não sobreposição de áreas e competências. Assim, sobre uma mesma porção de terreno incidem diferentes regras e competências para a proteção. Mesmo considerando-se como regra o documento mais rígido ou de maior ordem (Federal-Estadual-Municipal/Lei-Decreto) esse *status quo* gera grandes conflitos junto às comunidades, que passam a ter dificuldades em entender o que, onde, a partir de quando e porque não devem atuar sobre o meio de determinadas maneiras (BRASIL, 2002).

Um fato importante, observado por ALMEIDA (1997), foi que, tanto na criação das Unidades de Conservação como no tombamento e na transformação do município em Monumento Nacional, houve total ausência da população no processo de decisão.

Além de toda essa movimentação acerca da preservação do Patrimônio Histórico e da criação do PNSB, outros dois pontos merecem destaque nesta análise. A questão agrária e o crescimento do turismo.

Parati, desde a década de 70, era vista, por um grupo seleta, como área potencial para o desenvolvimento do turismo e, através de Decretos, colocava-se o município como área prioritária para exploração turística (ALMEIDA, 1997).

Hoje o turismo é responsável por 80% do PIB do município. Privilegiado pelo mar e pela montanha, Parati, tem fortes atrativos que tendem a diversificar a oferta de atividades turísticas. São mais de 50 restaurantes e mais de 4 mil leitos disponíveis, além dos leitos informais. Mas o turismo sofre oscilações durante os meses do ano devido à sazonalidade climática. Há um grande potencial para o agroecoturismo, que tem pouca expressão devido a falta de infra-estrutura e dificuldades de vias de acesso. A cidade não comporta um turismo de negócios por não possuir estrutura para tal. Existe uma série de atividades que vão desde passeios de saveiros e mergulhos, no ramo náutico, até trilhas (54 mapeadas) para caminhadas, nos mais variados graus de dificuldade e distâncias, cachoeiras e ecociclismo. Parati apresenta um turismo bem definido, mais concentrado nas atrações ligadas ao mar e à cidade histórica (SEBRAE 1999; BRASIL, 2002).

Recorrendo a dados censitários pode-se constatar que o setor de serviços, desde 1975 até hoje, é o que mais contribui para a riqueza gerada em Parati. Entre 1975 e 1980 a participação dos serviços cresceu de 67 para 81%, mantendo-se neste nível desde então. Este setor também emprega a maior parte dos trabalhadores formais de Parati. A participação da agropecuária e da indústria tem sido, em média, muito pequena em relação à toda riqueza de Parati, algo em torno de 20% desde 1980.

A cultura agrícola predominante, apesar de ter sido apontada por técnicos locais como decadente, ainda é a banana (95% da produção), com 6.619 t. colhidas entre 1994/95, seguida da cana-de-açúcar, para atender às pequenas destilarias de aguardente (4 engenhos em funcionamento e 2 em construção). Parati é o maior produtor de gengibre do Estado do Rio de

Janeiro. Nota-se a presença significativa da indústria caseira de transformação de mandioca, cana-de-açúcar e banana, embora sem peso significativo na economia.

O mercado imobiliário é menos dinâmico do que o de sua região de governo por várias razões, mas também em função da legislação que limita os empreendimentos imobiliários no município. Além disso, o comércio e os serviços prestados às empresas também são menos intensos em Parati, quando medido por número de estabelecimentos (SEBRAE, 1999).

O município é, historicamente, marcado por conflitos em diferentes aspectos. Dentre eles, ocorrem na região interesses de grandes empresas que almejam instalar hotéis, pousadas e restaurantes, e que acabam disputando as terras com a população. A especulação imobiliária existente terminou “empurrando” o homem para dentro da floresta. Além disso, houve – e ainda há – sérios problemas ligados à disputa de terras na região.

Um problema grave no município relaciona-se à construção civil, que tem causado impactos ambientais negativos sobre as matas ciliares de dois grandes rios – Mateus Nunes e Perequê-Açu - que atravessam a cidade. A extração de areia nesses rios, realizada “*sem critérios*”, acaba comprometendo a manutenção dessas matas e do próprio rio (SEBRAE, 1999).

O plano diretor, que poderia estabelecer estratégias de ocupação do solo, está em fase de elaboração desde 1996, e devido a inúmeros conflitos de interesse, ainda não foi concluído.

Como se pode observar, ocorreram mudanças bruscas no cenário de Parati nos últimos 30 anos, decorrentes de uma série de medidas oriundas de decretos federais e de políticas estaduais e locais de desenvolvimento, que influenciaram fortemente os cenários social, econômico e ambiental do município.

4.2 O Parque Nacional da Serra da Bocaina

O PNSB foi criado através do Decreto nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971, englobando as terras do Horto Florestal de Mambucaba (Fazenda da Central do Brasil, 12.228ha) e o Núcleo Colonial Senador Vergueiro, além de terras devolutas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e propriedades particulares.

Inicialmente com 137.000 ha, teve seus limites modificados em Junho de 1972 - DF68172/71, reduzindo-se a aproximadamente 110.000ha (DF70694). Essa alteração diminuiu a tensão social com a retirada de quase 9.000 habitantes da região interna do PNSB e

incorporação de uma região do município de Ubatuba com boas condições de conservação ambiental. Entretanto, deixa sem proteção as nascentes do rio Mambucaba — a mais importante bacia hidrográfica do PNSB (BRASIL, 2002). Há controvérsias sobre a precisão da área total do PNSB, que durante o realização do Plano de Manejo, foi georeferenciado pela equipe que chegou ao resultado de 104.000 ha.

Os limites definidos desde a época de sua criação são imprecisos e foram utilizados cotas de altitude e copas das árvores, o que deixou muitas pessoas em dúvidas quanto aos locais pertencentes ou não ao PNSB. Sua sede encontra-se no município de São José do Barreiro, sendo que seu território se estende por municípios entre os estados do Rio de Janeiro, com 62% de abrangência, e São Paulo (Tabela 6), apresentando um perímetro de 480 km, tornando-se um importante núcleo de preservação em virtude de suas múltiplas características, como a grande dimensão de área contínua florestada sob diversos domínios geomorfológicos.

TABELA 6. Abrangência do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

| Estado | Município | Área do Parque (%) |
|---------------|----------------------|---------------------------|
| RJ | Parati | 40.3 |
| | Angra dos Reis | 21.6 |
| SP | São José do Barreiro | 18.3 |
| | Ubatuba | 12.7 |
| | Cunha | 4.5 |
| | Areias | 2.4 |

Fonte: IBAMA, 2002

Hoje é possível ter acesso ao Parque pelos vários municípios que o circundam, São José do Barreiro, Bananal, Arapeí, Areias, Silveiras, Angra dos Reis, Parati e Ubatuba.

O Parque conta com 13 funcionários do quadro permanente do IBAMA, acrescido de um administrador disponibilizado pela Associação Pró-Bocaina durante a vigência do convênio com o MMA/IBAMA para a elaboração do Plano de Manejo. Com exceção deste

administrador, os demais possuem mais de 10 anos de serviço na Unidade e apenas 6 são habilitados à condução de viaturas oficiais. São 3 Agentes de Defesa Florestal, 8 Agentes de Atividades Agropecuárias, 1 Auxiliar de Serviços Diversos e 1 Engenheiro Agrônomo. A escolaridade da maioria dos servidores é de primeiro grau (BRASIL, 2002).

Com exceção do Chefe da Unidade e dos 2 gerentes da unidade de conservação, os demais funcionários, independentemente da categoria funcional a que pertencem, revezam-se em equipes nos plantões semanais, fazendo, basicamente, a fiscalização e a vigilância na sede e na portaria do Parque, distantes quase 27 quilômetros entre si (BRASIL, 2002).

O Parque possui quatro veículos Toyota 4 x 4, uma Saveiro e alguns equipamentos contra incêndio, como pulverizadores costais, pinga-fogo e abafadores. Possui ainda diversas instalações cedidas pelo Ministério da Agricultura e do INCRA por termo de cessão. Por falta de recursos financeiros e humanos para sua utilização e manutenção, estes imóveis – distantes da sede, encontram-se abandonados, depredados e sem perspectivas de recuperação (BRASIL, 2002).

A área administrativa está sob responsabilidade de uma funcionária cedida pela Associação Pró-Bocaina, que trabalha na sede do PNSB em São José do Barreiro, cuidando da burocracia e do atendimento externo, em substituição à antiga funcionária do IBAMA, aposentada em novembro de 1997. O Chefe da Unidade e os Gerentes da Unidade de Conservação também trabalham na sede, deslocando-se para diversos pontos no Parque ou na sua região de influência, sempre que necessário, para o cumprimento de atribuições funcionais (BRASIL, 2002).

A Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina foi determinada no Plano de Manejo, e consiste em uma faixa de 10km de largura em torno da divisa oficial, compreendendo, no vale do rio Paraíba do Sul, as terras dos municípios paulistas de Arapeí, Areias, Bananal, Cunha, São José do Barreiro e Silveiras, e na região litorânea as terras paulistas de Ubatuba e fluminenses de Angra dos Reis e Parati.

Há vários núcleos populacionais nesta zona. Destes, cinco núcleos encontram-se parcialmente dentro do PNSB. A Tabela 7 apresenta os núcleos populacionais existentes em cada município. Os municípios de Arapeí, Bananal e Silveiras não possuem terras dentro do PNSB, somente na Zona de Amortecimento. Algumas comunidades estão localizadas, em parte ou totalmente, dentro do PNSB (BRASIL, 2002).

TABELA 7. Núcleos Populacionais Existentes no interior e na Zona de Amortecimento do PNSB

| Município | Núcleo Populacional |
|----------------------|--|
| Arapeí | Formoso |
| Areias | Tomé Antônio (com zona de litígio dentro do PNSB), Estiva, Fazenda da Entrada (propriedade da União e localizada dentro do PNSB), Jardim e Fundação Santa Isabel |
| Bananal | Brastel (propriedade do Banco do Brasil) |
| Cunha | Distrito de Campos Novos: Terra Nova, Barra, Matias, Pinheirinho, Campos Novos, Capora e Bocaininha de São Roque |
| São José do Barreiro | Distrito de Formoso: Barreirinha (dentro do PNSB), Onça (dentro do PNSB), Jardim, Condomínio Serra da Bocaina, Floresta e Pinheirinho. |
| Silveiras | Bairro dos Macacos |
| Angra dos Reis | Distrito de Mambucaba: Mambucaba. Distrito de Cunhambebe: Bracuí, Frade, Ariró, Itanema. |
| Parati | Distrito de Tarituba: São Gonçalo, Taquari, São Roque, Barra Grande, Serraria, Graúna, Praia Grande, Tarituba e Chapéu do Sol. Distrito de Parati: Várzea do Corumbê, Morro do Caboclo, Penha (dentro do PNSB), Corisco, Corisquinho, Coriscão e Ponte Branca. Distrito de Parati-Mirim: Olaria, Rio dos Meros, Pedras Azuis, Campinho da Independência, Patrimônio, Trindade e Parati-Mirim |
| Ubatuba | Distrito de Pinguaba: Puruba, Ubatumirim e Pinguaba |

Fonte: IBAMA, 2002.

Os atrativos naturais e históricos dessa área são, de certa forma, indutores do uso turístico do Parque. Destacam-se, nessa atividade, os municípios de São José do Barreiro,

Arapeí, Bananal, Areias e Parati, levando ao Parque, nos feriados prolongados, dezenas de turistas atrás de cachoeiras, mirantes, trilhas e monumentos históricos (BRASIL, 2002).

O diretor¹² do PNSB admite ser impossível, com a atual estrutura, trabalhar com a população do entorno, visto que nem sempre os problemas do próprio Parque são solucionados.

A ONG Pró Bocaina desenvolveu alguns projetos junto aos moradores da Zona de Amortecimento no município de Areias. A grande extensão do PNSB, aliada à falta de recursos financeiros e a escassez de mão-de-obra, torna inviável a extensão destes projetos para as demais áreas do entorno.

Deixando suas marcas, por essa região passaram todas as “ondas” econômicas da Coroa Portuguesa e do Império, tais como a consolidação de vilas com seus casarios e as senzalas. É incontestável que as trilhas do Parque fazem parte da história dos índios, escravos e colonizadores. E para a República, tal importância não é menor, atendo-se ao eixo das duas megalópoles nacionais. Ao redor do Parque, criaram-se estâncias climáticas e turísticas, e a orla marítima é resgatada como pólo turístico (BRASIL, 2002).

Para a sobrevivência das comunidades que vivem ao redor do Parque, a sua conservação é vital, pois ele exerce a função de um verdadeiro reservatório de águas, alimentando tanto as bacias hidrográficas que drenam em direção ao litoral (Baía da Ilha Grande e litoral norte paulista), quanto aquelas que drenam para o Vale do Paraíba do Sul (BRASIL, 2002).

Apesar da efetivação do Decreto ter ocorrido em 1972, seu Plano de Manejo só foi concluído em 2001, apontando as diversas dificuldades para a manutenção do PARNA com poucos funcionários para cuidar de seus 480 quilômetros de perímetro.

Segundo o Plano de Manejo do PNSB (BRASIL, 2002), “*até mesmo as atividades extremamente apropriadas, como a fiscalização e ecoturismo, acabam tornando-se fatores de impacto*”. Por outro lado, sabe-se que esta região contém um enorme potencial para passeios, caminhadas, acampamentos, montanhismo, pesquisa científica e educação ambiental (DRUMMOND, 1997).

¹² O entrevistado dirigiu o PNSB em dois momentos: de 1977 – 1985 e de 1988 até os dias de hoje. Portanto acompanhou a implantação dos assentamentos.

Levantamentos da história natural, escritos de botânicos e depoimentos locais demonstram que o quadro de degradação vem se acentuando, há muitas décadas, nos domínios do Parque Nacional da Serra da Bocaina. O Parque é, basicamente, constituído de formações florestais secundárias, fato que não desmerece a qualidade da cobertura vegetal. A complexidade de fisionomias e de florística na região, associada à localização espacial, altitudinal, de relevo e clima, é muito grande. Sua flora é particularmente diversificada no planalto e escarpas, possui um número alto de espécies endêmicas, onde predominam a quarta e a quinta fases entre os estádios sucessionais naturais de florestas e, frequentemente, encontram-se espécies indicadoras de qualidade ambiental. Mais ainda, as florestas abrangidas pelo Parque, na região da escarpa, constituem-se numa das áreas mais bem protegidas, tanto no Estado de São Paulo quanto no do Rio de Janeiro, onde o nível de desmatamento é baixo, compondo um de seus últimos redutos florestais. Esta faixa florestal tem continuidade no Estado de São Paulo, através de Picinguaba, representando os derradeiros remanescentes de floresta íntegra (BRASIL, 2002).

Em função da peculiar beleza cênica dos vários pontos turísticos, como as cachoeiras nas serras e as fazendas históricas nas cidades do Vale do Paraíba do Sul, várias trilhas e caminhos do PNSB têm sido explorados pelo turismo regional. Os atrativos naturais e históricos da Zona de Amortecimento são, de certa forma, indutores do uso turístico do Parque. Destacam-se, nessa atividade, os municípios de São José do Barreiro, Arapeí, Bananal, Areias e Parati, levando ao Parque, nos feriados prolongados, dezenas de turistas atrás de cachoeiras, mirantes, trilhas e monumentos históricos. A trilha mais conhecida e mais freqüentada pelos turistas é a “*Trilha do Ouro*”, que liga São José do Barreiro a Mambucaba, com 75 km de extensão. Seu percurso é feito, normalmente, em 3 dias, pelos mochileiros. Além das caminhadas, é comum encontrar outras atividades esportivas, como os “*off-road*” feitos pelos grupos de jipeiros e motociclistas, que usam as trilhas do Parque sem passar pela guarita.

Apesar do reconhecido “*tráfego*” nestas inúmeras trilhas, atualmente não existem mapas ou panfletos oficiais distribuídos pelo PNSB aos visitantes interessados em caminhadas, que definam os traçados das trilhas ou a localização das cachoeiras. No entanto, são vários os croquis elaborados por agentes de turismo ou moradores locais indicando trilhas e cachoeiras, que refletem o interesse pela área e a preocupação em informar ao usuário. Mais

grave que a ausência de panfletos é a ocorrência de impactos (como pisoteio intensivo e descontrolado, causando a compactação do solo) resultante das atividades relacionadas ao mal uso dessas trilhas e caminhos. A administração do Parque não provê recursos de pessoal e de equipamentos que permitam monitorar e controlar os efeitos das inúmeras atividades que ocorrem, concomitantemente, em diferentes pontos.

Dentre todas as vias existentes, a Estrada Parati – Cunha merece destaque, pois é a única que gera maiores conflitos entre os propósitos de uso e objetivos do Parque Nacional, e entre alguns segmentos da sociedade. Parte de seu trecho esta dentro dos limites do Parque. Nesta estrada, pode-se verificar algumas propriedades rurais com desmatamentos e áreas de pastagens, bem como de plantação de bananas. Há argumentos favoráveis e desfavoráveis à sua existência como via de acesso para as comunidades locais, estratégias para sua manutenção e propostas de pavimentação que não foram, todavia, discutidas em profundidade neste estudo.

Atualmente, por falta de recursos humanos e financeiros, os aceiros e cercas são, precariamente, mantidos pelos próprios funcionários incumbidos da fiscalização e da proteção dos visitantes. A manutenção dos aceiros é realizada uma vez por ano, na época de seca, entre os meses de junho/julho. As áreas de atuação dos guardas são sempre as mais próximas à guarita, cerca de 2 a 3 km da mesma, enfocando principalmente as vias mais utilizadas pelos visitantes. É comum a ocorrência de queimadas no interior do PNSB decorrente das ações dos moradores que, anualmente, preparam suas áreas para plantio e pastos para rebrota, não atendendo, em geral, aos requisitos de segurança. Não há sinalização indicando os limites do Parque. Esta, quando colocada, não permanece por muito tempo, sendo retirada por vândalos que agem livremente, sem uma efetiva atuação dos guarda-parques.

As ações de palmiteiros, como também de caçadores, madeireiros e coletores de outras espécies como bromélia e orquídea, são outras dificuldades constantes dentro do PNSB. O extrativismo do palmito ocorre geralmente onde a cobertura florestal apresenta-se mais densa, onde ainda existem comunidades representativas de palmito e indivíduos da mastofauna e avifauna, mesmo em relevos íngremes.

A contaminação de águas superficiais e de solo, devido à disposição irregular de resíduos sólidos e à emissão de esgoto doméstico, está associada aos aglomerados humanos nas áreas rurais. Não existem coletas municipais de lixo nas áreas internas do Parque, bem

como fossas sépticas nas propriedades rurais. Dessa forma, todo resíduo produzido é disposto em locais próximos aos canais fluviais, lançados diretamente nos rios ou, ainda, incinerados.

4.3 Histórico das comunidades Taquari, São Roque e Barra Grande

Atualmente, Taquari e Barra Grande apresentam-se com uma maior área urbanizada e não possuem, segundo o INCRA, características inerentes a um assentamento rural. O mesmo não ocorre na comunidade São Roque que, apesar de inúmeras dificuldades pelas quais passaram e passam seus moradores, persiste com características de área rural, conseguindo manter cerca de 80% dos moradores, já assentados da década de 80.

Convém ressaltar que o termo *área urbanizada*, segundo os técnicos do INCRA, define os lotes com menos de três hectares, onde seus proprietários e/ou moradores não desenvolvem nenhuma atividade agropecuária.

Os motivos que geraram as diferenças entre esses assentamentos estão relacionados ao processo de desapropriação das terras. De acordo com as entrevistas realizadas nas comunidades e informações fornecidas em relatórios do INCRA, EMATER e IBDF (atual IBAMA), pode-se ter uma melhor visão do processo.

As fazendas Taquari e Barra Grande pertenciam ao mesmo proprietário, a Empresa Agro Industrial Mikael S/A. Já a fazenda São Roque pertencia a J. A Callado. Na busca de documentações sobre as áreas, encontrou-se no IBAMA, em Brasília, processos administrativos referentes às três propriedades. A área total das fazendas, bem como as áreas desapropriadas pelo INCRA, podem ser visualizadas na tabela 8.

Como pode se observar, parte das fazendas havia sofrido desapropriações pelo INCRA. Estas desapropriações faziam parte de um grande número de áreas consideradas improdutivas no Estado do Rio de Janeiro e que passaram a fazer parte, desde a década de 60, do processo de Reforma Agrária.

TABELA 8. Área total (ha) das fazendas, Decretos e áreas desapropriadas pelo INCRA

| Propriedade | Área total | Decreto de Desapropriação INCRA | Área desapropriada INCRA |
|--------------------|--------------------|--|-------------------------------------|
| Fazenda Taquari | 1.197,6 ha | Decreto 89789/66 | 958,74 ha |
| Fazenda São Roque | Sem dados em ha | Decreto 93914/87 | 750 ha |

| | | | |
|----------------------|-----------|-------------------|--------|
| Fazenda Barra Grande | 10.300 ha | Decreto 88.971/83 | 630 ha |
|----------------------|-----------|-------------------|--------|

Fonte: IBDF - Processos administrativos das Fazendas Taquari (1985), São Roque (1987) e Barra Grande (1985)

Apesar de Taquari ter sido desapropriada na década de 60, o assentamento só ocorreu em meados de 1985, na mesma época em que São Roque e Barra Grande sofreram intervenção do INCRA. O projeto inicial do governo consistia em transferir a posse de terras para os empregados das fazendas. Como afirma um ex integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati (STR) e assentado de uma das comunidades, os “*jagunços*” dos proprietários das três fazendas começaram a distribuir uma espécie de indenização para que as famílias deixassem as terras “*a troco de micharia*” e muitos aceitaram. Na fazenda São Roque, “*quando o Sindicato chegou conseguimos resgatar somente cinco famílias*”.

Uma vistoria realizada pelo INCRA em 1983 constatou que na fazenda Taquari haviam sido encontrados “*36 ocupantes no perímetro referente à área a ser desapropriada*” e na fazenda Barra Grande “*35 famílias*”.

Outros, alguns entrevistados também afirmam que o STR “*tomou conta*” do assentamento São Roque durante cerca de três anos, pois “*o INCRA desapropriou a fazenda e saiu fora*”. Isto ocorreu devido aos trâmites legais, uma vez que os proprietários, recorreram na justiça visando recuperar as terras que haviam sido decretadas para fins de Reforma Agrária.

Os técnicos do INCRA afirmam que os proprietários das três fazendas recorreram à justiça comum solicitando a devolução de suas terras. No entanto, encontrou-se, paralelo à justiça comum, processos administrativos das três áreas junto ao IBDF.

Durante vários momentos desta pesquisa, houve dúvidas se os assentamentos sobrepunham a área do PNSB. Quando se observam os mapas das comunidades, tanto os fornecidos pelo INCRA quanto os encontrados no referido processo administrativo, tem-se uma visão clara de que os assentamentos estavam sobrepondo o Parque em algumas partes. A análise do processo administrativo ajuda a esclarecer a questão.

O proprietário da Fazenda São Roque expõe ao IBDF que a desapropriação recém-requerida pelo INCRA (em 1987) não procedia, pois

“*O INCRA, como deflui do exame do processo administrativo, passou totalmente despercebido o fato relevante e significativo de que 2/3 (dois terços) da área total que compreende a Fazenda São Roque já foram declaradas como pertencentes e fazendo parte da*

reserva florestal, sujeitas em consequência à preservação ambiental permanente, assim já declaradas por legislação federal como parte integrante do Parque Nacional da Serra da Bocaina, subordinada à Fiscalização do IBDF ”.

Já o proprietário das fazendas Taquari e Barra Grande solicitava a indenização das fazendas junto ao IBDF, em 1985, alegando que as áreas totais das duas fazendas encontravam-se dentro do PNSB.

Tais processos mostram que dentre os atores envolvidos, somente o proprietário da fazenda São Roque tinha conhecimento das delimitações e traçados de divisas estabelecidas entre o PNSB e a área delimitada pelo INCRA. Nem mesmo o IBDF e o INCRA dialogavam a respeito. O proprietário das fazendas Taquari e Barra Grande estava equivocado quanto a sua afirmação, pois como mostra o mapa, parte de Taquari encontrava-se dentro do PNSB e Barra Grande encontrava-se totalmente abaixo da cota estabelecida como PNSB.

De acordo com o mapa, os técnicos do INCRA realmente fizeram o traçado dos assentamentos em áreas acima da cota estabelecida como pertencentes ao já existente PNSB. O que causava confusão até os dias de hoje é que, apesar do erro técnico do INCRA ter sido apontado no processo administrativo da Fazenda São Roque, este não foi corrigido, consequentemente acarretando uma sobreposição de áreas.

Ao que tudo indica, os técnicos do INCRA verificaram o erro técnico a tempo, pois verificando-se, durante a pesquisa de campo e nos mapas atuais fornecidos pelo INCRA, conclui-se que na realidade o INCRA fez o traçado dentro de áreas pertencentes ao PNSB, mas não demarcou nenhum lote dentro do Parque. Porém o INCRA não notificou ao IBDF a mudança do traçado.

Tal traçado não estabeleceu nenhuma faixa de amortização entre o assentamento e o PNSB, muito menos alguma delimitação entre as duas áreas, e acabou por alocar os lotes exatamente na divisa (nas cotas altimétricas 200 a 400 metros) entre o assentamento e o PNSB. Esse fato facilitou o uso das terras pertencentes ao PNSB pelos assentados e invasores.

Esta confusão fez com que o diretor do Parque chegasse a pensar, e muitas pessoas ainda hoje pensam, que os lotes haviam sido estabelecidos dentro da unidade de conservação. Em 1985, o INCRA demarcou os lotes nos três assentamentos. As evidências são os marcos fixados até hoje, locais em que se pode confirmar que a demarcação das terras foi feita exatamente nas cotas que delimitam o Parque.

Aliado à confusão gerada pelo INCRA, que delimitou áreas do assentamento dentro do PNSB, mas não demarcou lotes dentro destas, ocorreram vários conflitos com a polícia, na tentativa de reintegração de posse, e com o IBAMA, devido aos desmatamentos e queimadas que estavam ocorrendo para o estabelecimento dos plantios, pastagens e moradias.

Em 1985, em decorrência do pedido de reintegração de posse que tramitava na justiça comum, o INCRA foi obrigado a se retirar da comunidade São Roque por quase três anos e de Taquari e Barra Grande por 12 anos.

Quando os técnicos do INCRA puderam retornar à São Roque, encontraram conflitos entre grupos de moradores que disputavam a liderança da Associação e brigavam pelas terras com topografia mais plana. Mesmo assim, seus técnicos conseguiram realocar alguns assentados e liberar, aos novos agricultores, uma linha de financiamento para plantio.

“Depois que tava todo mundo lá dentro, veio o INCRA, depois de uns três anos vieram remanejar os moradores” (morador - São Roque)

O mesmo não ocorreu com as fazendas Taquari e Barra Grande. O proprietário também não aceitando os termos de desapropriação recorreu à Justiça requisitando uma indenização de maior valor pelas terras. O trâmite perdurou por 12 anos – iniciando-se em 1983, quando a empresa conseguiu uma liminar que se estendeu até 1995. Apesar do INCRA ter obtido legalmente as terras em 1995, só voltou à Taquari e Barra Grande para recadastramento dos moradores em 2001, totalizando, portanto, 18 anos de ausência.

Deste modo, desde 1983, os assentados permaneceram na área apenas com a posse da documentação de Autorização de Ocupação Provisória (APO).

Ao contrário dos assentados de São Roque, os novos agricultores de Taquari e Barra Grande não puderam ter acesso aos financiamentos para plantio, sendo que os únicos recursos recebidos foram logo no início do assentamento, antes da intervenção da Justiça. Os agricultores só receberam recursos referentes à fase de implantação (ou instalação) do assentamento, que consistiam em alimentação (três meses de cesta básica) e de fomento (compra de materiais e sementes). No período de doze anos, os próprios assentados delimitaram suas áreas. Impossibilitados de receber financiamentos, comercializaram as terras, que não possuíam legalmente, ao mesmo tempo em que ocorreram várias invasões.

Quando questionados sobre a legalidade da comercialização das terras, vários entrevistados e compradores afirmam que a compra é legal, pois as *“vendas foram realizadas*

através de contrato de compra e venda com registros em cartório". Inúmeros entrevistados inclusive, mostraram o papel, lavrado em cartório de Parati, "*comprovando*" que possuem documentação.

Nesta dinâmica de comercialização livre das terras, sem a intervenção do INCRA, os cartórios de registros foram beneficiados e os lotes "*retalhados*" num processo contínuo que se estende até os dias de hoje (Figura 8). Em Taquari e Barra Grande, o que era para ser assentamento de reforma agrária transformou-se em área, em média, 70% urbanizada¹³, isto é, segundo a concepção do INCRA, são áreas improdutivas (Figura 9).

No recadastramento realizado pelo INCRA em 2001, no Taquari, foram encontrados cerca de 56% dos assentados da década de 80 ou alguns de seus descendentes. Dos lotes - rurais e urbanos - vistoriados pelo INCRA, constatou-se que "*um grande número de casas edificadas estão servindo como casas de veraneio sendo boa parte dos ocupantes pessoas oriundas dos municípios de Volta Redonda, Barra Mansa e outros da baixada santista (SP)*" (Figura 10).

Um técnico do INCRA levantou todas as ocupações existentes nas áreas demarcadas como área de assentamento, obtendo como resultado um total de 18 lotes rurais e 43 núcleos urbanos. Dos proprietários dos lotes, somente dois receberam recentemente financiamento do PRONAF.

Quanto aos 43 núcleos urbanos, que totalizaram 134 edificações, foram encontrados nestas áreas casos em que o assentado original reside no local, mas devido ao retalhamento dos lotes, ficaram abaixo da Fração Mínima de Parcelamento estipulada pelo INCRA como lote de assentamento, perdendo os seus direitos como assentado.

Muitas destas edificações encontram-se em Área de Preservação Permanente (APP). Grande parte dos novos proprietários são metalúrgicos, trabalhadores rurais e pedreiros. Muitos deles não foram identificados por não estarem em suas casas durante o período do levantamento.

Em Barra Grande a situação não é diferente de Taquari. Não foi possível obter os dados do levantamento do INCRA por não estarem concluídos durante a realização desta pesquisa. Todavia, é visível a existência de um total descontrole sobre a comercialização das terras, onde o processo de urbanização encontra-se em estágio acelerado. Em alguns lotes

desocupados vê-se placas indicando o nome do proprietário e o número de registro de compra em cartório (Figura 11).

Com o processo de urbanização, ocorrido durante todos estes anos, criou-se um outro problema. O INCRA não pode assumir as áreas estipuladas como urbanizadas. Sob o aspecto legal, a instituição poderia solicitar reintegração de posse destas áreas, mas isto causaria vários conflitos, já que a construção de casas vem acontecendo de forma intensa nas comunidades Taquari e Barra Grande. O INCRA apresentou como proposta inicial, passar tais áreas para a Prefeitura Municipal de Parati, a fim de que, dentro da lei municipal de uso e ocupação do solo, os lotes possam ser regularizados.

A Prefeitura mostrou-se, a princípio, interessada em assumir as áreas. Entre junho e agosto de 2001 houve uma reunião em cada comunidade (Taquari e Barra Grande) para a discussão do assunto. Mas a solução delineada pelos técnicos do INCRA foi a da divisão das áreas em condomínios, regularizando-se de certa forma estas áreas como sendo rurais, portanto, de domínio daquela instituição.

Por esses motivos, em Taquari e Barra Grande, os limites de divisa com o Parque não foram respeitados. Muitas pessoas afirmam que compraram terras que, na verdade, encontram-se dentro do PNSB. Em Taquari, onde o atual limite do Parque se estabelece na cota 200 metros¹⁴, apesar de não possuir edificações na faixa pertencente ao Parque, muitos afirmam que estas áreas estão sendo comercializadas por meio de contrato de compra e venda.

A Área de Preservação Permanente, de fora dos limites do Parque e dentro da mata ciliar do rio Taquari, encontra-se com edificações em vários pontos (Figura 12). Um ponto de extração de areia foi encontrado em um afluente deste rio (Figura 13).

Em Barra Grande, o limite do Parque se estabelece seguindo pela cota 300 metros até encontrar a margem esquerda do rio Barra Grande, chegando à cota 400 metros¹⁵. Verificou-se a existência de bananais comerciais em áreas de encostas estabelecidas além do limite estipulado pelo INCRA (Figura 14), portanto, em Área de Preservação Permanente. Nenhuma edificação foi encontrada.

¹³ Segundo técnicos do INCRA, considera-se área urbana – lotes com menos de três hectares, onde seus proprietários / ou moradores não desenvolvem nenhuma atividade agropecuária.

¹⁴ DECRETO N. 70.694 – DE 8 DE JUNHO DE 1972.

¹⁵ DECRETO N. 70.694 – DE 8 DE JUNHO DE 1972.

No cadastramento dos lotes, que só ocorreu no primeiro semestre de 2001, os técnicos do INCRA ignoraram a existência do uso da terra feita pelos moradores nas áreas pertencentes ao Parque. Não demarcaram também as edificações feitas dentro da Área de Preservação Permanente.

“Procurei respeitar o meio ambiente da melhor maneira possível...eu segui a lei e a lei foi seguida da melhor maneira possível...o que não foi demarcado é por causa dos 30 metros da margem do rio...não deveria ter construção ali...tem que procurar resolver estas questões...foi respeitada a cota 200 e foi colocado um cinturão de preservação de 20 metros...o INCRA não mediu nada e se continuar sendo explorado serão autuados pelo IBAMA...” (Técnico do INCRA - Taquari)

Os agricultores que utilizam as áreas do Parque foram instruídos para não mais utilizá-las – *“Pode colher o que foi plantado, mas não poderá cultivar mais nada”* (técnico - INCRA). Além disso, foi demarcado um cinturão de 20 metros entre as comunidades e o PNSB, a fim de que essas áreas sejam recobertas pela vegetação natural. Segundo um dos técnicos do INCRA, *“caberá ao IBAMA fiscalizar se os limites, enfim, esclarecidos para os moradores serão ou não respeitados”*.

Em São Roque os problemas expostos acima não foram encontrados. Os limites são conhecidos pelos moradores e não ocorre ocupação dentro do Parque. Os lotes, em grande parte, permaneceram em tamanhos estabelecidos pelo INCRA. Apesar dos conflitos ocorridos logo no início dos assentamentos, a volta do INCRA ao assentamento São Roque possibilitou o acesso aos financiamentos pelos assentados, inicialmente ao PROCERA e mais recentemente ao PRONAF.

Em projeto elaborado em 1992 por um técnico da EMATER, o assentamento São Roque é definido como: *“Hoje, apesar da indiferença de muitas autoridades governamentais no que diz respeito a continuidade do Crédito PROCERA e o Programa de Reforma Agrária (que quase inviabilizou o assentamento), a alternativa de desapropriação, juntamente com a crise econômica e social em que vivemos, o inchaço das grandes cidades e o desemprego que campeia nossa nação...o assentamento São Roque se mostrou altamente viável, até mesmo como pequeno modelo de desenvolvimento Agro, para os Municípios Brasileiros; como alternativa de casa própria para morar, alimentação abundante e renda mensal de 02 salários mínimos/família”*. (EMATER-RIO, 1992)

O projeto aponta ainda que o Assentamento conseguiu avançar com seus próprios recursos e também com a ajuda de alguns Órgãos Governamentais (LBA, Prefeitura, IDACO e INCRA), que de alguma forma contribuíram para a melhoria da qualidade de vida das 54 famílias de assentados existentes em 1992.

Este é o diferencial entre São Roque, Taquari e Barra Grande. Os moradores de São Roque tiveram, apesar das dificuldades, acesso aos financiamentos agrícolas estabelecidos para os assentamentos e constante intervenção do INCRA, enquanto que em Taquari e Barra grande, o afastamento do INCRA por doze anos (legalmente) e por dezoito anos (por decisão do INCRA), implicou no total abandono dos assentados no que se refere às linhas de financiamento.

Em termos de infra-estrutura, as três comunidades contam com energia elétrica, que chegou por volta de 1993, iluminação pública, água encanada e o saneamento é feito em sistema de fossas.

Taquari e São Roque possuem escolas onde funciona o ensino fundamental e para quem quiser continuar os estudos, a prefeitura distribui o passe de ônibus. Existe linha de ônibus, de hora em hora, das comunidades até Parati.

Em Taquari, a Associação está abrindo uma pré-escola na casa de um dos poucos associados, que funciona das 8h00 às 12h00. Vivem de doações e a professora é da própria comunidade.

A coleta de lixo é feita três vezes por semana nas três comunidades, mas apesar disso, foi encontrado, em uma área isolada de Taquari, sacos de lixo jogados em um terreno (Figura 15). Nessa Comunidade, encontra-se em andamento um projeto de implantação da coleta seletiva do lixo, que conta com o incentivo da Secretaria de Educação. No entanto, falta envolvimento da comunidade.

Há, também, uma grande diversidade de igrejas de diferentes religiões, instaladas ou em fase de instalação (Figura 16) nas três comunidades.

As associações de moradores das três comunidades não têm representatividade e possuem pouca força política perante o município. Este fato pode ser constatado pelo pequeno número de associados. A associação do Taquari conta, atualmente, com apenas 5 associados.

Em cada assentamento existe um campo de futebol, em ótimo estado de conservação, utilizado para lazer dos moradores (Figura 17).

Um galpão comunitário foi construído há dois anos pelo INCRA, em Taquari e em Barra Grande e segundo alguns moradores, ninguém da comunidade foi consultado sobre a construção e até hoje o mesmo não foi utilizado. Existem planos para que nesse espaço seja implementado o projeto de valorização da banana como alternativa de renda para alguns agricultores.



FIGURA 8. Processo de urbanização em Taquari. **Fonte:** Pesquisa

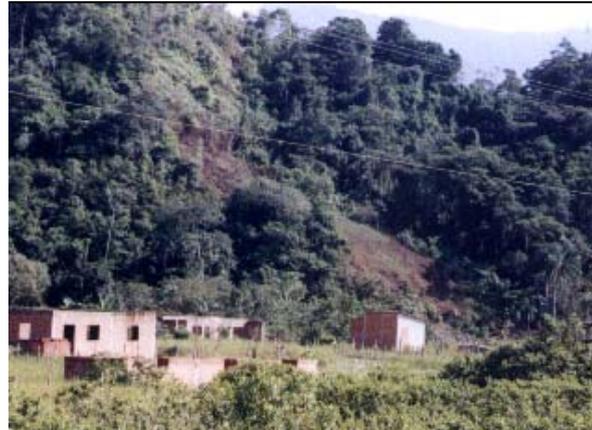


FIGURA 9. Processo de urbanização em Barra Grande. **Fonte:** Pesquisa



FIGURA 10. Casa de veraneio em taquari. **Fonte:** Pesquisa



FIGURA 11. Terreno com placa contendo nome do proprietário e número do registro em cartório – Barra Grande. **Fonte:** Pesquisa



FIGURA 12. Edificações em Área de Preservação Permanente – Taquari. **Fonte:** Pesquisa
Crédito das fotos: Marcos Silva



FIGURA 13. Porto de areia em afluente do rio Taquari. **Fonte:** Pesquisa



FIGURA 14. Bananais comerciais em Área de Preservação Permanente. **Fonte:** Pesquisa



FIGURA 15. Lixo acumulado em terreno próximo a curso d'água – Taquari. **Fonte:** Pesquisa



FIGURA 16. Igreja em construção – Taquari. **Fonte:** Pesquisa

Crédito das fotos: Marcos Silva



FIGURA 17. Campo de futebol e clube – Taquari. **Fonte:** Pesquisa

4.4 Os sistemas de produção

Antes de discorrer sobre o sistema de produção convém recorrer a alguns trechos dos relatórios de vistoria, elaborados por técnicos do INCRA em 1983, nas fazendas Taquari e Barra Grande, e em janeiro de 1986, na fazenda São Roque.

Os trechos abaixo descrevem as condições do sistema de produção encontrados na **Fazenda São Roque**, da seguinte forma:

“Havia aproximadamente 16.000 covas de banana, sem quaisquer tratamentos culturais no que tange ao manejo dos pés, adubação, uso de defensivos e utilização de mudas adequadas, com espaçamento médio de 4,00 x 4,00m, originalmente plantados pelos ocupantes expulsos ou indenizados, atualmente em estado de total abandono, em péssimo estado fitossanitário, com idade média de 25 anos” (INCRA, 1986).

“Considerando como fatores condicionantes do uso da terra a fertilidade aparente, erosão laminar ou em sulcos, profundidade efetiva, declividade, pedregosidade e problemas de inundações e drenagem, os solos estudados se distribuem em função das classes de capacidade de uso do solo, da seguinte forma:

a) *classe II = 20 % da área*

Terras boas, sob todos os pontos de vista, com exceção de certas condições físicas, requerendo práticas especiais, no caso, necessitando de controle de erosão;

b) *Classe III = 40 %*

Terras que apresentam-se moderadamente inclinadas e requerem medidas intensivas afim de poderem ser cultivadas, segura e permanentemente, com a produção de colheitas entre médias e elevadas das culturas anuais adaptadas;

c) *Classe IV = 30 %*

Terras com declividade acentuada, apresentando erosão mediana e obstáculos físicos (pedras), não se prestando para cultivos contínuos ou regulares, com a produção de colheita média ou elevada das culturas anuais, mas que se tornam aproveitáveis para tais culturas, em períodos curtos, desde que adequadamente protegidas;

c) Classe V = 10 %

Terras não cultiváveis com culturas anuais, sendo especialmente adaptadas para florestas, servindo como reserva permanente.”

“... considerando as características físicas aparentes e a capacidade de uso dos solos, propõe-se a introdução de culturas olerícolas e frutícolas na área, bem como a racionalidade das culturas já existentes (bananicultura, milho, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, fruteiras diversas)” (INCRA, 1986).

Na **fazenda Taquari**, em 1983, *“a maioria dos posseiros reside à margem da estrada principal de penetração, em lotes pequenos e quase todos possuem outras posses com bananais em locais mais afastados dentro da fazenda e conhecidas como Sertão, Morro Redondo e Morro da Usina, locais estes de difícil acesso e alcançados apenas por trilhas íngremes. Visitamos estes locais e constatamos que os bananais estão dispersos na mata e em alguns trechos não foi possível constatar por falta de aparelhos, se estão situados dentro ou fora do Parque Nacional da Serra da Bocaina”¹⁶ (INCRA, 1983).*

“...nos lotes residenciais existem algumas fruteiras e em alguns lotes, pequenas áreas estão plantadas com culturas temporárias, mas quase sem valor econômico uma vez que a produção é consumida pela família ou trocada por peixes ou outros gêneros alimentícios... a maioria vive do extrativismo da banana, cujo rendimento por área cultivada é muito baixo, motivado principalmente pela inexistência de Assistência Técnica” (INCRA, 1983).

Na **fazenda Barra Grande**, os técnicos afirmam que, *“a situação dos posseiros nesta fazenda é muito semelhante aos da Fazenda Taquari, uma vez que residem na estrada principal de penetração em lotes pequenos na sua maioria e exploram diversos bananais em locais mais afastados e de difícil acesso conhecidos como Catimbau, Sertão, Rio do Ouro, Cambucá, Braga, Morro Grande e Morro Redondo...os bananais estão dispersos nestas grande áreas, não existindo cercas, mas todos respeitam a propriedade do vizinho....o proprietário explora a área próxima à serraria com pastagens e culturas*

¹⁶ Apesar das dúvidas dos técnicos, em 1983, se as áreas encontravam-se dentro ou fora do PNSB, sabe-se com convicção, que os locais descritos como Sertão, Morro Redondo e Morro da Usina pertencem ao PNSB.

temporárias...apuramos ainda que o proprietário comprou 11 bananais de diversos posseiros...” (INCRA, 1983).

Verificando-se os dados de capacidade de uso do solo, realizados naquela época em São Roque, pôde-se constatar que os técnicos tinham conhecimento de que as áreas não possuíam potencial agrícola. As terras de baixa fertilidade, além dos problemas burocráticos de desapropriação, fizeram com que os assentados de Taquari e Barra Grande não recebessem recursos financeiros por quase doze anos e contribuíram para o processo de venda e consequente urbanização destas áreas.

Atualmente, cerca de 30% dos moradores de Taquari e 20% dos de Barra Grande se dedicam à produção agrícola (INCRA, 2001). Esta não é a única atividade desenvolvida por estes agricultores, que utilizam sua mão-de-obra, ou de alguns membros da família, fora da propriedade. Tanto esses moradores como os demais, que possuem a propriedade como única moradia, em grande parte trabalham no setor de serviços em Parati. Sabe-se que tais atividades estão relacionadas à sazonalidade do turismo na região e não foram exploradas nesta pesquisa.

A produção agrícola é utilizada para subsistência da família e o excedente é comercializado nas ruas de Parati. As principais culturas são milho, mandioca, arroz, feijão, criação de porcos, galinhas e algumas cabeças de gado.

A comunidade São Roque é, das três comunidades estudadas, a que mantém maior contribuição para a produção agrícola. Como a produção é diversificada e sazonal, houve dificuldade para a caracterização dos sistemas de produção, o que levou a não descrição detalhada desses cultivos¹⁷.

Em 1987, vinte e duas famílias da comunidade São Roque foram contempladas com recursos do PROCERA (Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária), que incluiu crédito de alimentação, auxílio moradia, crédito de investimento e custeio.

Na década de 90, houve um convênio elaborado com a Prefeitura e verba fomento da EMATER, garantindo, por mais de cinco anos, sementes certificadas de 22 variedades de olerícolas, cereais (arroz, feijão e milho) e novas variedades de banana (Mysore e Ouro da

¹⁷ É oportuno citar que o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CPDA/UFRJ) está desenvolvendo um estudo detalhado dos sistemas de produção dessa comunidade.

Mata). A EMATER desenvolveu também junto aos assentados a diversificação e rotação de culturas, o manejo do solo, adubação verde, bio-fertilizantes para o cultivo de olerícolas e a introdução de 15.000 mudas de palmito Juçara, Açaí e Pupunha (EMATER-RIO, 1992).

Há 6 anos, existe em Parati o mercado do produtor, onde, dos 14 boxes existentes, cinco pertencem aos produtores da comunidade São Roque. O restante é procedente de outras comunidades de Parati (Corisco, Corisquinho, Corumbé, e de outro município - Cunha-SP). A seguir, apresenta-se a produção trimestral, por produto e por produtor, da comunidade São Roque, referente ao primeiro trimestre de 2001, comercializado no mercado do produtor rural (Tabela 9).

Neste período, os produtores ofereceram 34 produtos de qualidades diferentes, dando uma idéia da diversificação de produção. Pode-se observar que a banana prata é o único produto em comum oferecido pelos cinco produtores, e é encontrada em abundância nas três comunidades. Grande parte dos bananais são remanescentes da época do auge da bananicultura, e são encontrados em parte do sub-bosque das matas em regeneração, nas beiras das estradas, em áreas de encostas e em grande parte dos lotes (Figura 18).

Nas três comunidades verifica-se a existência de pequenas áreas de pastagem. Em Taquari, localizam-se bem na zona de entorno do PNSB (nas encostas), e em Taquari e Barra Grande, apesar de grande parte das pastagens estar localizada em terreno íngreme e possuir poucas cabeças de gado, os proprietários afirmam que tais áreas garantem a produção de carne e leite para subsistência e venda de excedentes (Figura 19).

TABELA 9. Produção trimestral por produto e por produtor da comunidade São Roque, comercializado no mercado de Parati – primeiro trimestre de 2001.

| Produto | Prod. 1 | Prod. 2 | Prod. 3 | Prod. 4 | Prod. 5 | Total |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| Abacate | - | - | 12 | - | 40 | 52 kg |

| | | | | | | |
|------------------|-----|----|----|-----|-----|--------------|
| Abacaxi | - | - | - | - | 10 | 10 unid. |
| Agrião | - | - | 28 | 66 | - | 94 maços |
| Aipim | 15 | 40 | 42 | 199 | - | 296 kg |
| Alface | - | - | - | 98 | 02 | 100 maços |
| Banana da terra | 47 | - | - | - | - | 47 dúzias |
| Banana d'água | 16 | - | - | 15 | 33 | 64 dúzias |
| Banana maçã | - | - | - | 20 | - | 20 dúzias |
| Banana ouro | - | - | - | 10 | 29 | 39 kg |
| Banana prata | 160 | 12 | 58 | 110 | 347 | 687 dúzias |
| Banana São Tomé | 21 | - | - | - | - | 21 dúzias |
| Batata doce | - | - | - | 09 | - | 09 kg |
| Bertalha | - | - | 08 | - | 06 | 14 maços |
| Brócolis | - | - | - | - | 01 | 01 maço |
| Cheiro verde | 08 | 08 | - | 186 | 193 | 395 maços |
| Chicória | - | - | - | 31 | - | 47 maços |
| Colorau | - | - | 07 | - | - | 07 maços |
| Condessa | - | - | 08 | - | 51 | 59 maços |
| Couve | 06 | - | - | 123 | 01 | 130 unidades |
| Espinafre | - | - | - | 18 | - | 18 maços |
| Hortelã | 06 | - | - | - | - | 06 maços |
| Inhame | 180 | - | - | - | 20 | 200 kg |
| Jiló | - | - | - | 02 | - | 02 kg |
| Lima | - | - | - | - | 15 | 15 dúzias |
| Limão | 05 | - | 11 | 04 | 31 | 51 dúzias |
| Mamão | 23 | 16 | 06 | - | - | 45 unidades |
| Manjeriço | - | - | - | - | 02 | 02 maços |
| Maracujá | - | - | - | 38 | - | 38 kg |
| Ovo caipira | 99 | - | - | - | 04 | 103 dúzias |
| Pato | - | 05 | - | - | - | 05 unidades |
| Pimenta conserva | 02 | - | - | 47 | 07 | 56 vidros |
| Quiabo | 24 | - | - | 20 | - | 44 kg |
| Rucula | 02 | - | - | 24 | - | 26 maços |
| Taioba | 39 | - | 07 | 19 | - | 65 kg |
| Tempero caseiro | - | - | - | 88 | - | 88 vidros |
| Tomate | - | - | - | 02 | - | 02 kg |

Fonte: Secretaria da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente-Prefeitura Municipal de Parati, 2001.

Observa-se que os sistemas de produção de São Roque são bem diversificados. Em uma das visitas de campo (março de 2002), foram encontradas várias áreas com plantio de cana nesta comunidade (Figura 20), e de mandioca em Taquari e São Roque (Figura 21). As culturas de mandioca e cana são plantadas em pequenas áreas de roçado ou no entorno das residências. É comum encontrar pequenos lotes com quintais bem diversificados, com criações de animais, árvores frutíferas e pequenas hortas com grande variedade de produtos cultivados (Figura 22).

Levantamento feito por técnicos da EMATER em 1999 (Tabela 10), mostra potencialidades para futuras instalações agroindustriais em Parati, e aponta as três comunidades estudadas como detentoras de potencial para a produção de mandioca (farinha), banana (doces, barras e passas) e palmito procedente de plantio de Juçara, Açai e Pupunha (*in natura* e polpa).

TABELA 10. Levantamento das Potencialidades para futuras instalações agroindustriais familiares nas comunidades São Roque, Barra Grande e Taquari, município de Parati, 1999.

| Localidade | Matéria prima existente | Nº de produtores | Produção Estimada/ano | Produtos derivados | Potencial de comercialização |
|--------------|-------------------------|------------------|-----------------------|----------------------|------------------------------|
| São Roque | Mandioca | 12 | 70 t | Farinha | Comércio Local |
| | Banana | 20 | 1150 t | Doces barra e passas | Comércio Local |
| | Palmito/Polpa | 05 | 17 t | Polpa e palmito | Local/ S.P. / R. J. |
| Barra Grande | Banana | 20 | 1150 t | Doces barra e passas | Comércio Local |
| | Palmito | 03 | 10 t | Palmito | Local/ S.P. / R. J. |
| Taquari | Palmito | 02 | 06 t | Palmito | Local/ S.P. / R. J. |

Fonte: Adaptado de EMATER-RIO (1999).

Apesar de Barra Grande estar sofrendo processo de urbanização, na concepção do INCRA, e de ser apontada pelo próprio técnico da EMATER como comunidade descaracterizada como rural, os dados expostos acima, elaborados pelos próprios técnicos da EMATER, evidenciam que existe um grande número de produtores que possuem bananais. No mapa croqui da comunidade, exposto mais adiante, os bananais aparecem como plantio predominante em seis áreas dentro do assentamento. Os demais agricultores de Barra Grande mantêm os bananais em áreas no sub-bosque das matas que vem se recuperando na comunidade.

O plantio do palmito foi incentivado por um técnico do INCRA, na época de criação dos assentamentos (década de 80), e esta cultura só teve aceitação por parte dos agricultores a partir de 1998.

Um dos entrevistados recorda que naquela época houve uma excursão para Ubatuba, para que os agricultores conhecessem alguns projetos realizados por agricultores daquela região, com o plantio de pimenta do reino, palmito e cacau. A iniciativa foi do técnico do INCRA (e atual superintendente deste órgão) e a idéia era fazer com que os assentados da comunidade São Roque começassem a produzir tais culturas. Segundo este entrevistado, a *“idéia era boa, mas não foi para frente”*. Na sua opinião, não deu certo por três motivos principais:

1. *“Como tinha bastante palmito na mata e o pessoal gostava de arrancar”*, não viam interesse em plantar;

2. *“O palmito proposto era híbrido...ia dar muito trabalho”*

3. *“Por questões político-partidárias teve desinteresse de muitos agricultores”*

É necessário comentar a opinião do entrevistado. Como pode ser visto, na década de 80, um pouco antes da proibição por lei (Lei Federal 750) de tombamento da Mata Atlântica, seu extrativismo era uma atividade comum desenvolvida na região. Desde a década de 80, existem incentivos e conhecimento de técnicas de cultivo do palmito; porém, o real interesse em plantar só aparece no final da década de 90. A questão *“político-partidária”*, ao qual o entrevistado se refere, está relacionada a iniciativa do estabelecimento dos plantios de palmito originar-se de um técnico do INCRA, o que não foi aceito por muitos assentados e sindicalistas que se contrapunham a qualquer iniciativa de técnicos deste órgão do governo, pois os conflitos entre INCRA e assentados já haviam acontecido desde a implantação do assentamento.

Atualmente, duas instituições atuam nestas comunidades com atividades extensionistas. São elas:

- A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ), órgão criado na década de 50 e mantido pelo Estado, caracteriza-se por fornecer assistência técnica para culturas tradicionais, fomento ao crédito para os assentados, e nos últimos anos incentivo ao plantio do palmito açaí, pupunha e juçara. Um de seus extensionistas atuou de 1988 até 2001, e ainda é muito elogiado por seu trabalho;

- O Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), uma ONG, com sede no Rio de Janeiro, mantida com recursos de instituições da França, atuante em Parati há cerca de 5 anos, tendo como meta “*fazer com que os moradores de Parati, que residem no entorno de áreas de conservação da Mata Atlântica, usufruam dos recursos naturais, sem devastar a mata nativa*” (FOLHA DO LITORAL, 2000), ou seja, que a população do entorno das Unidades de Conservação obtenha alternativas econômicas suficientes em seus sistemas de produção para que, desta forma, não precise explorar os recursos da Mata Atlântica.

O IDACO conta também com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (PRODETAB) e de estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que têm contribuído com a realização de inúmeros “*mutirões agroflorestais*”¹⁸ e mantém um Engenheiro Agrônomo no município, que orienta os pequenos agricultores na implantação das unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais. Nas comunidades estudadas, esta ONG já ofereceu cursos de fabricação caseira de doces, processamento de polpas de palmito juçara, adubação verde e inseriram mudas de maracujá para serem cultivadas, além da implantação das unidades experimentais de agrofloresta em algumas propriedades.

No final de outubro de 2000, haviam sido implantadas três unidades experimentais de agrofloresta no Taquari¹⁹ e uma em São Roque, que promoveram, também, em conjunto com o Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, duas viagens ao Vale do Ribeira, com o propósito de que os assentados de Parati pudessem conhecer a realidade dos agricultores daquela região. Os agricultores do Vale do Ribeira têm implantado projetos de Sistemas Agroflorestais²⁰ que, segundo o técnico do IDACO, é uma das poucas alternativas viáveis aos pequenos agricultores daquela região que tem dado certo. Na segunda viagem realizada em março de 2001, “*lotaram*” um ônibus com 15 agricultores e

¹⁸ Os “*mutirões agroflorestais*” fazem parte de um movimento encabeçado por estudantes de engenharia florestal e agronomia de várias universidades do país, e possui como um dos objetivos principais, promover a implantação de Sistemas Agroflorestais junto a agricultura familiar. No caso de Parati, estes mutirões têm sido realizados com o apoio dos estudantes de graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

¹⁹ Apesar dos técnicos do INCRA afirmarem que Taquari perdeu as características de assentamento do INCRA, alguns moradores persistem em manter-se como agricultores. Prova disso são as três unidades experimentais assistidas pelo IDACO nessa comunidade que encontram-se em fase de implantação.

²⁰ Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são formas de uso e manejo da terra, nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área de maneira simultânea ou numa sequência temporal (FARRELL, 1989).

estudantes da UFRJ. Desde então já foram realizados mais de 20 mutirões agroflorestais no município de Parati.

Um dos agricultores que participou da viagem, e implantou a agrofloresta em sua propriedade, contou algumas impressões:

“Lá no Ribeira eles têm um pinguinho de terra e tem muito morro...eu acho que eles plantam (agrofloresta) lá prá segurar a terra...aqui a gente tem mais terra que eles...”

Este morador tem agrofloresta há mais de um ano e já percebeu que *“agora a terra tá adubada...mas dá muito trabalho e não vou fazer no resto da minha terra”*.

O técnico que trabalha para o IDACO afirma que *“apenas mostram as alternativas aos agricultores, ninguém é obrigado a implantar o sistema”*.

Pelo discurso do entrevistado e do técnico do IDACO, percebe-se que existe uma falta de incentivo para que o agricultor continue apostando no sistema implantado. O agricultor, já com uma unidade demonstrativa, não vê vantagens em continuar, e como diz o próprio técnico, que *“eles apenas mostram as alternativas...”* fica claro que faltam maiores argumentos para que estas áreas se multipliquem e dêem realmente algum retorno econômico aos agricultores que implantaram o sistema até o momento.

As unidades demonstrativas (Figura 23) geralmente são áreas com extensão de 25x25, 30x30m e utilizam o máximo de diversificação de espécies próprias para adubação verde, frutíferas, milho, feijão, palmito, madeira de lei, etc.

Além das unidades demonstrativas de agrofloresta, verificou-se, nas comunidades São Roque e Taquari, que alguns agricultores têm cultivado palmito; um dos entrevistados, possui 500 pés de açaí e pupunha, que foi implantado com assistência do técnico da EMATER (Figura 24). Muitos proprietários moradores (fixos e de finais de semana), estão investindo no plantio das palmeiras, sejam espalhadas pela propriedade (Figura 25), seja pelo plantio adensado. Pode-se observar que, com o crescente interesse em se estabelecer plantios de palmito (açaí, juçara e pupunha), haverá uma grande produção para os próximos anos, ao que tudo indica, bem superior à estimativa feita pela EMATER em 1999 e mostrada anteriormente.

Alguns agricultores afirmam ter utilizado recursos do PRONAF para a compra das mudas de palmito, outros utilizam recursos próprios ou fazem troca de sementes de espécies nativas por mudas de palmito, junto ao viveiro de mudas do horto municipal, por intermédio do técnico da EMATER.

Segundo um técnico do IDACO, os plantios de pupunha e açai são bastante viáveis, e por não serem nativos da região, dispensam a realização de plano de corte, que exige muita burocracia para ser realizado. Ele acredita também que uma saída para salvar o palmito juçara da extinção na região, seria a extração da polpa. No decorrer da pesquisa de campo, foram encontrados vários agricultores que já produzem o suco da polpa e encontram mercado garantido em Parati.

Outro agricultor entrevistado possui 1700 covas de palmito açai e juçara em consórcio com mandioca, também implantadas com ajuda do técnico da EMATER. Ele ainda pretende comprar uma despoldadeira, pois acha um negócio lucrativo. Mesmo sem ter a máquina, consegue tirar a polpa de forma artesanal, e afirma obter R\$60,00 por palmito juçara plantado/ano em função desta atividade. Pretende, também, implantar o turismo em sua propriedade, e tem planos para produzir farinha e melado de cana “*para atrair o turista*”.

O que chamou a atenção nesta pesquisa é o fato de várias pessoas estarem plantando o palmito juçara para fins comerciais, com o incentivo tanto da EMATER como do IDACO. Este é um problema evidente, pois não existe uma lei estadual que autorize o plano de corte para o palmito juçara (*Euterpe edullis*), por se tratar de uma espécie nativa, impedindo legalmente, até o momento, estes agricultores de extrair o palmito, mesmo plantado, na época de coleta, uma vez que, para o Estado do Rio de Janeiro, prevalece a Lei Federal 750, que trata do tombamento da Mata Atlântica.

Quanto à extração da polpa de juçara, foi questionado se esta atividade é proibida por lei. Técnicos da região não souberam responder, pois não existe nenhum controle sobre essa atividade em Parati. Vários agricultores justificam que estão cultivando palmito Juçara para extrair a polpa. Porém, até mesmo esta atividade é proibida, devido a ausência de uma Lei Estadual que autorize qualquer tipo de manejo desta espécie.

Uma outra pesquisa buscando alternativas de renda para os agricultores, não só dos assentamentos mas também de Parati, foi realizada por uma equipe de estudantes do Grupo de Agricultura Ecológica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa consistiu em buscar junto ao comércio local (restaurantes, pousadas) informações sobre a existência de demanda de mercado por produtos agroecológicos. Segundo MELLO et al. (2000), existem

boas possibilidades de se aproveitar o mercado interno de Parati para a oferta de produtos agroecológicos. No entanto, deve-se também trabalhar o conceito do que é um produto agroecológico, pois 40% (num total de 111 entrevistas) dos entrevistados desconhecem o que seja este tipo de produto, e alguns acharam que a alface hidropônica faria parte desse rol.



FIGURA 18. Pés de banana espalhados em meio a mata regenerada. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 19. Pastos em área declivosa – São Roque. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 20. Cultivo de cana – São Roque. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 21. Cultivo de mandioca – São Roque. **Fonte:** pesquisa

Crédito das fotos: Marcos Silva



FIGURA 22. Sistema de produção típico de São Roque. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 23. Unidade demonstrativa agroflorestal – São Roque. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 24. Plantio de palmito adensado - São Roque. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 25. Plantio de palmito espalhado em sítio de final de semana – Taquari. **Fonte:** pesquisa

4.5 Padrões atuais de uso da terra e o agroecoturismo

Existe no município uma cooperativa de produtores rurais – Cooperaty, que tem trabalhado no incentivo à venda de banana orgânica e banana passa, através do “*Programa de valorização à banana de Parati*”. Atualmente, o município produz 6.000 t/ano, mas tem dificuldades de encontrar mercado, devido à qualidade superior da banana oriunda de outras regiões.

A Cooperaty também está encabeçando um projeto para a implementação do Agroecoturismo, que segundo um morador seria “*a saída econômica*” para estas comunidades. O projeto está sendo feito em parceria com a UFRJ, que vem mapeando as propriedades públicas e particulares que possuem potencial turístico.

O agroecoturismo é um termo utilizado desde a década de 80 para regiões com potencialidades de conciliar atividades agrícolas com o turismo rural e ecológico. Na área estudada, o termo passou a ser utilizado a partir de um diagnóstico realizado pela Universidade Federal Fluminense, indicando que Parati tem potencial para a realização dos três tipos de atividades, agricultura, ecoturismo e turismo rural, de forma integrada.

Os técnicos do INCRA vêem as comunidades como um potencial para o ecoturismo e acreditam que “*O SEBRAE deveria oferecer cursos para que a população das comunidades explorasse o local turisticamente*”. Porém, o próprio INCRA se exime da responsabilidade de propor algum tipo de atividade correlata. Apesar do PRONAF contar com uma linha de financiamento para que os assentados possam investir em turismo, em nenhum momento da pesquisa esse assunto foi cogitado, nem por técnicos, nem por moradores.

Enquanto que algumas lideranças locais, técnicos do INCRA, EMATER e IDACO vêem apontando como saída para a sustentação das comunidades o turismo rural ou ecológico, alguns moradores já despertaram para esse potencial há muito tempo.

Com localização privilegiada, “*entre a serra e o mar*” (Figura 26), as três comunidades apresentam três rios de grande beleza, Barra Grande (Figura 27), São Roque (Figura 28) e Taquari (Figura 29), com enorme potencial turístico.

Ocorrendo de forma isolada, dentro e fora do Parque Nacional da Serra da Bocaina, nas três comunidades estudadas, encontram-se acampamentos, bares na beira dos rios,

restaurantes, pesqueiros, pousadas, que geram retorno econômico a muitos proprietários, assentados originais ou não.

Em Taquari existe uma pousada construída há oito anos por um filho de caiçaras e assentado na década de 80. Ele afirma que, quando teve a idéia de construir a pousada, *“todo o mundo me chamava de louco...hoje vivo da pousada e do bar que tem movimento o ano todo...”*.

Além da pousada e do acampamento, há bares nas margens do rio Taquari (Figura 30) muito procurados nos finais de semana e feriados, embora estes locais nem sempre possuam infra-estrutura apropriada. Exemplo disso é o banheiro improvisado de um dos bares localizados próximo ao rio (Figura 31). Há, em um ponto da margem do mesmo rio, uma placa com um aviso colocado pela associação de moradores com a seguinte frase: *“é proibido piquenique, colocar despachos, fazer cocô...Preserve a natureza...Leve seu lixo”*.

O anseio em transformar a propriedade em área turística é visível em muitos dos entrevistados. Exemplo concreto é o de um morador da comunidade São Roque que possui mais de setenta por cento de sua propriedade coberta com mata.

“Eu nunca desmatei minha área...prá que é que eu ia desmatar?...prá virar macega?

“...o governo não deu terra prá plantar...é tudo pedra!!...me venderam a mata atlântica”

Este proprietário sempre viveu de atividades fora da terra para poder sobreviver, enriqueceu sua propriedade plantando várias espécies frutíferas e espécies de palmito. Ele pretende implantar um pesqueiro e quiosques para atrair turistas (Figura 32), mas tem dúvidas se terá autorização do INCRA para exercer tal atividade. Sente falta de cursos e sugere que o SEBRAE *“monte um curso de como instalar um comércio...principalmente de como trazer turistas para cá prá passar o dia na propriedade...”*.

Existe também, nas margens do rio São Roque, no cruzamento com a rodovia Rio-Santos, um *quiosque* de lanches, com gramado e pedras, que está sendo explorado pelos proprietários daquela área. Este local é muito freqüentado pelas pessoas que viajam pela rodovia e resolvem fazer um descanso para um lanche e se banhar no rio.

Em Barra Grande, além da pousada localizada na área urbanizada, duas áreas às margens do rio Barra Grande contam com infra-estrutura de restaurante (Figura 33) e bar. No

local onde se localiza o bar, o rio Barra Grande foi represado, formando um piscinão (Figura 34). Ambos possuem boa infra-estrutura e recebem um grande fluxo de turistas.

Uma cachoeira localizada no interior do PNSB tem sido explorada por pessoa de fora da comunidade. O acesso é feito pelo Taquari. A área foi cercada e atualmente a cachoeira leva o nome da pessoa que a explora. Na rodovia Rio-Santos e em algumas localidades do Taquari, podem ser vistos anúncios com o número do telefone celular do “*proprietário da cachoeira*”, para contato. De Taquari à cachoeira leva-se, pelo menos, uma hora de caminhada. Inicialmente o passeio custava R\$ 8,00 feito a pé, e atualmente, quem estiver disposto a realizar o passeio, pagará R\$ 20,00 para que o trajeto seja feito montado em mulas. Além dessa cachoeira, existem outras que se encontram nas proximidades e que poderiam fazer parte de um projeto de uso integrado entre comunidade e PNSB.

Constatou-se que a utilização da área do interior do PNSB, para fins turísticos, não é feita por pessoas destas comunidades. Encontram-se dezenas de trilhas dentro do PNSB, mapeadas por uma associação de guias em Parati que exploram várias áreas economicamente, sem uma integração com a direção do PNSB.

Os mapas croquis dos assentamentos, que se encontram a seguir, dão uma visão espacializada, com a localização dos lotes e o predomínio atual de uso da terra de Taquari, Barra Grande e São Roque.

Nos mapas croquis foram alocados os vários pontos de exploração do turismo. Em **Taquari** (Figura 35), somam-se cinco pontos: uma pousada, um acampamento e três bares, sendo que dois são quiosques localizados às margens do rio Taquari. Muitos dos lotes pequenos (menores que três hectares) foram legendados como residências com espécies frutíferas, e são considerados pelo INCRA como área urbanizada.

Destacou-se uma área, legendada como urbanizada, onde encontram-se casas construídas muito próximas umas das outras. Observa-se em alguns terrenos, próximos as margens dos rios, o predomínio de matas em fase sucessional tardia e muitos lotes com predomínio de sucessão secundária inicial. Quatro lotes mantêm áreas com predomínio de pastagem e um lote com bananicultura.

Algumas propriedades mantêm-se como sistema de produção rural, com o predomínio de pastagem e pequenos roçados com culturas de mandioca e hortas. As unidades

experimentais de sistemas agroflorestais não foram indicadas no mapa, por estarem em fase inicial de implantação.

Das três comunidades, Taquari é que apresenta maior número de casas construídas em área de mata ciliar. Os técnicos do INCRA afirmam que a ocupação ocorreu durante o período em que a instituição foi obrigada a se ausentar. No entanto, pode-se observar ainda hoje casas sendo construídas dentro dessas áreas sem maiores problemas. Os técnicos do INCRA comunicaram aos moradores que os donos destas áreas não receberão os títulos de terra e caberá ao IBAMA tomar as devidas providências. Não se tem notícia de autuações decorrentes do fato dos moradores construírem edificações nessas áreas.

Barra Grande (Figura 36) encontra-se em situação semelhante a de Taquari. Percebe-se que muitos lotes foram retalhados. Onde se visualizam lotes retalhados, legendados como residências com espécies frutíferas, entenda-se que são os terrenos que o INCRA considera como área urbanizada. Além desta situação, verifica-se também uma grande mancha urbanizada (aglomerado de casas) logo na entrada do assentamento, onde foram encontrados três pontos com infra-estrutura para turismo: uma pousada, um bar e um restaurante. Existem, vários pontos das margens do rio Barra Grande, fragmentos de floresta secundária e um predomínio de lotes com fragmentos de sucessão secundária inicial, merecendo destaque esta última categoria, que tem sido predominante em toda a área de assentamento. Em quatro lotes, verificou-se o predomínio da bananicultura, sendo que, no último lote, parte dos limites do assentamento encontram-se dentro de Área de Preservação Permanente, em direção ao PNSB.

No assentamento **São Roque** (Figura 37), foram alocados três pontos onde ocorre exploração turística: um quiosque de lanches entre a rodovia Rio-Santos e margens do rio São Roque, um bar localizado no meio do assentamento (em fase de construção) e o pesqueiro, que ainda se encontra em fase de projeto.

Verifica-se que os lotes são grandes e poucos deles foram retalhados. Os lotes foram legendados como culturas diversas, e são sistemas de produção com grande variedade de cultivos (fruteiras, palmito, pequenas áreas de pastos, hortas, entre outros), que são utilizados para subsistência, e os excedentes comercializados no mercado local ou nas ruas de Parati. Em três lotes há predomínio de cultivo de cana-de-açúcar e em dois lotes a bananicultura.

Convém destacar dois lotes com sistemas agroflorestais: no primeiro encontra-se uma pequena área (unidade demonstrativa), e no outro o assentado utiliza quase que toda a propriedade com esse sistema de cultivo, mas não conta com a assistência do IDACO.

Constata-se também, em São Roque, que grande parte dos lotes que fazem divisa com o PNSB são terrenos acidentados e possuem predominantemente floresta secundária em ótimo estado de conservação. Em vários lotes, verifica-se o predomínio de sucessão secundária inicial (pasto sujo).

De um modo geral, pode-se observar que, em Taquari e Barra Grande, parte dos lotes foram desestruturados. O que existe em comum é que todos os lotes retalhados encontram-se numa sequência de corredores, isto é, próximos à via principal de acesso à comunidade que, por sua vez acompanha o traçado dos principais cursos d'água. Assim, numa escala de detalhe pode-se observar que, junto e dentro das planícies, cones de dejeção e encostas, os corredores são formados pela associação de remanescentes de floresta secundária e ciliar e usos diversos do solo, que ora são contínuos, ora se somam formando mosaicos intrincados.

As vias de acesso já eram trilhas antes dos assentamentos e foram consolidadas pelo INCRA como vias de acesso principal. Mesmo em São Roque, onde os terrenos não foram retalhados, existe uma pequena área urbanizada logo na entrada do assentamento, entre a rodovia Rio-Santos e a estrada de acesso principal.

Nas três comunidades, a forma de uso da terra pareceu seguir uma mesma tendência, que além de ser em corredores que seguem os rios e as vias principais, compõem transversalmente três níveis de ocupação. Um primeiro nível parte da via principal de acesso e é composto predominantemente por lotes ocupados por residências; um segundo nível seguido por pastagens, onde atualmente, grande parte encontra-se em sucessão secundária inicial; e um terceiro nível subsequente, onde se encontram as áreas de mata, podendo ser o PNSB ou as áreas de preservação permanente. Desta forma, em ampla escala, o padrão de fragmentação da paisagem é semelhante, variando, na realidade, nos tamanhos relativos entre os três níveis que se sucedem e no grau de heterogeneidade dentro de cada um deles.

Isto mostra que, apesar do INCRA afirmar que Taquari e Barra Grande encontram-se urbanizados, pois os lotes foram intensamente retalhados e conseqüentemente descaracterizados como sistemas de produção rural, estes lotes têm sido utilizados, em grande parte, para lazer particular (sítios de final de semana) ou moradias, e para o turismo com

tendências ao ecoturismo. Mesmo em São Roque, onde os lotes mantêm-se na concepção dos técnicos do INCRA, com características de sistemas de produção rural, alguns assentados já exploram a propriedade turisticamente.

Independente de ter ocorrido um retalhamento dos lotes (em Taquari e Barra Grande), os moradores (assentados originais ou não) das três comunidades seguem as mesmas tendências na busca de alternativas de sustentação. Além da agricultura e da pecuária, cada um vê, à sua maneira, o turismo como uma importante alternativa econômica.



FIGURA 26. Vista do Mar – Taquari.
Fonte: pesquisa



FIGURA 27. Rio Barra Grande. **Fonte:** pesquisa.



FIGURA 28. Rio São Roque. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 29. Rio Taquari. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 30. Bar às margens do Rio Taquari
Fonte: pesquisa



FIGURA 31. Banheiro de bar próximo ao Rio Taquari. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 32. Propriedade começando a investir no turismo. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 33. Acesso ao restaurante sobre o Rio Barra Grande. **Fonte:** pesquisa



FIGURA 34. Área represada – Rio Barra Grande. **Fonte:** pesquisa
Crédito das fotos: Marcos Silva

FIGURA 35. Mapa Croqui da Comunidade Taquari

FIGURA 36. Mapa Croqui da Comunidade Barra Grande

FIGURA 37. Mapa Croqui da Comunidade São Roque

4.6 O conflito de uso da terra através da construção de cenários

Na **década de 60**, ainda não havia sido decretada a criação do PNSB, não havia ocorrido também, a intervenção do INCRA para desapropriação das fazendas. O município de Parati encontrava-se isolado, a implementação das políticas para o estabelecimento de Unidades de Conservação e de Reforma Agrária ainda não existia e a rodovia Rio-Santos (trecho do município de Parati) sequer havia sido asfaltada.

Objetivando auxiliar no entendimento das transformações no espaço ocorridas nas décadas subsequentes, optou-se em incluir ao mapa de 1968 os limites do PNSB, delimitados somente a partir de 1972 (convenção da legenda em cor azul) e os limites dos assentamentos, estabelecidos em 1983 (convenção da legenda em cor amarela).

Pode-se observar que, em 1968, por toda a região estudada, a paisagem era predominantemente rural, pois existiam extensas áreas de bananais dentro e fora das atuais áreas de assentamento. A bananicultura era a principal atividade agrícola da região, possuía mercado garantido no Rio de Janeiro e chegou a ocupar cerca de 8% do total do mapa croqui analisado.

Para efeito de análise pode-se afirmar ainda, que a área espacializada apresentava, nessa época, seis mosaicos (Figura 38), denominados para este estudo como: São Gonçalo, Taquari, São Roque, Barra Grande, Rio Pequeno e Graúna.

Todos os mosaicos constituíam-se em um único padrão de ocupação, apresentando como características em comum a disposição em corredores, acompanhando os rios principais (e seus afluentes) e/ou as vias de acesso (caminhos e trilhas).

Observa-se na década de 60 (Figura 39) que os seis mosaicos resultam da heterogeneidade de tipos de uso do solo, o que indica a diversificação das atividades humanas, onde os bananais eram intercalados com as áreas desmatadas (campo antrópico) e remanescentes de floresta. Observa-se, também, que em Taquari e São Roque, já nessa época, os mosaicos apresentavam uma matriz composta de extensas áreas de bananais.

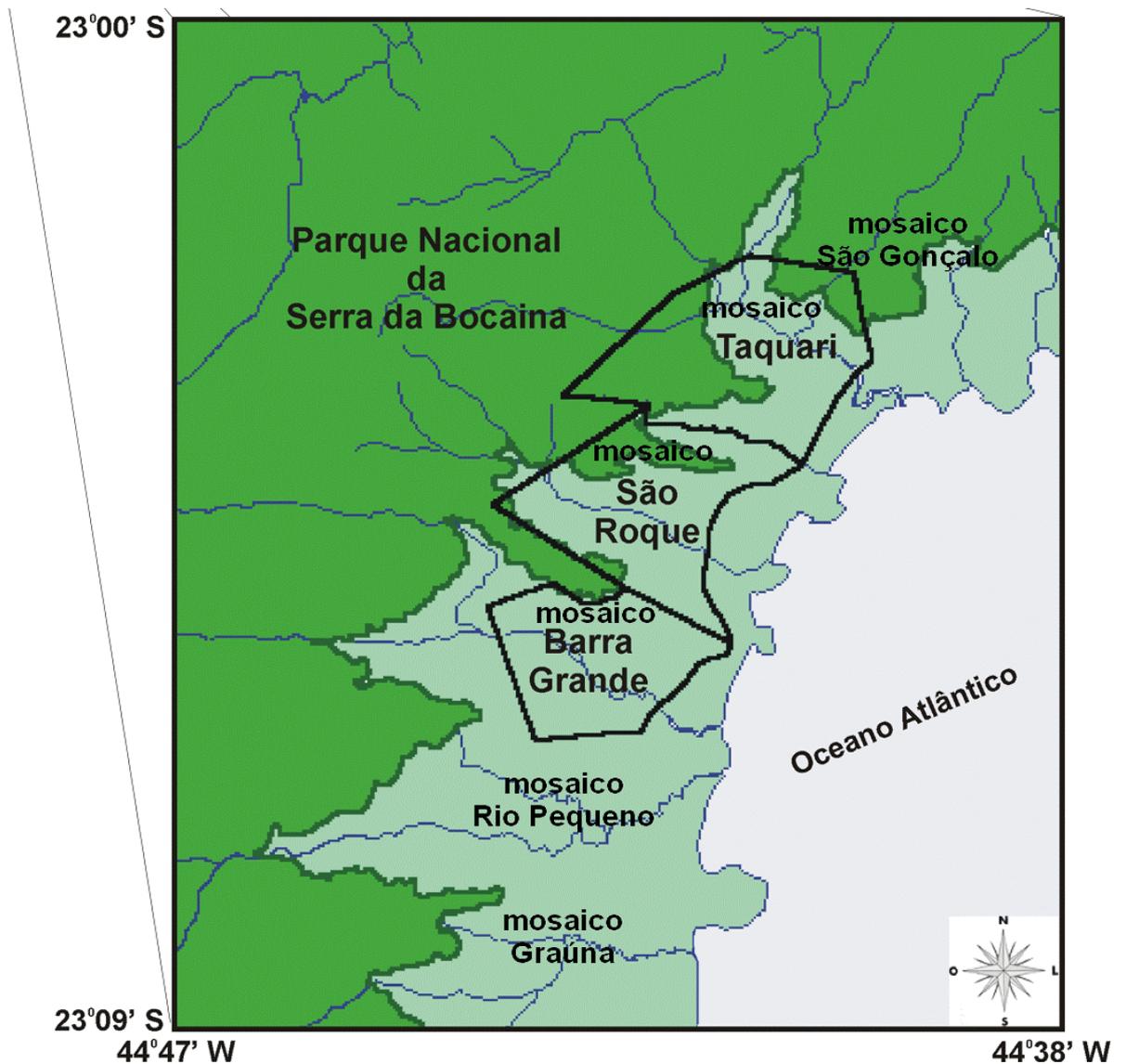


FIGURA 38. Localização dos mosaicos encontrados no cenário da década de 60

As áreas entre a faixa litorânea e a futura rodovia Rio-Santos também se encontravam dispostas em mosaicos, com grande heterogeneidade de atividades humanas. Áreas de

restinga, que era a matriz original, aparecem em grande parte como manchas²¹ alteradas (5% da área total) ou degradadas (2.8%). Nessa época, já não havia área de vegetação de restinga intacta, pois essas áreas já haviam sido intensamente utilizadas para a formação de pastagens.

Dentro da extensão que hoje pertence ao PNSB, a área de domínio de floresta ombrófila densa sub-montana apresentava dossel contínuo mas em estado tardio de sucessão secundária, enquadrando-se, portanto, na categoria de floresta alterada. Esta área totalizava aproximadamente 52,44% em 1968. Havia a concentração de algumas áreas de campo antrópico, com sucessão secundária inicial e sucessão secundária intermediária localizadas na região do Rio Pequeno (ao sul, abaixo de Barra Grande, e às margens do rio que leva o mesmo nome).

É importante observar que havia um manejo intenso da vegetação, composta por grandes faixas de floresta degradada (17,64% da área total) no interior dos futuros assentamentos, em grande parte localizada no entorno dos bananais e proximidades da rodovia. Áreas de campo antrópico aparecem esparsas e as faixas maiores localizavam-se próximas às zonas de restinga, totalizando 3,64%.

A paisagem correspondente à **década de 80** (Figura 40), construída a partir de informações espacializadas em 1987, marca a época em que o PNSB já havia sido criado 15 anos antes. Os assentamentos estavam em processo de implantação, fato que já havia provocado a vinda dos assentados, que começaram a se instalar em 1985.

Os conflitos entre os assentados e a polícia, que marcam tanto os conflitos pela posse das terras como a preocupação pelos desmatamentos, também aconteciam intensamente nesta época. O mapa evidencia a decadência da economia da bananicultura, que induziu os agricultores da região a abandonarem os bananais, reduzindo-os drasticamente pela metade – de 8% em 1968, para aproximadamente 4% em 1987.

As áreas de sucessão secundária inicial, que tem como principal característica a predominância de vegetação rasteira e alguns arbustos (pasto sujo), encontrava-se em torno de 6%, número não muito diferente do encontrado 19 anos antes (cerca de 8%). Assim como na década de 60, este grau de sucessão encontrava-se em áreas esparsas e próximas às margens dos cursos d'água.

²¹ Áreas homogêneas (numa determinada escala), que se distinguem das unidades vizinhas, com extensões espaciais reduzidas e não lineares (METZGER, 2001).

A mudança de matriz não ocorre de forma uniforme nas seis áreas identificadas na década de 60, e observando-se em escala de detalhe, outros tipos de matrizes predominantes aparecem em meio aos mosaicos.

As áreas de sucessão secundária intermediária, onde se encontram espécies vegetais arbóreas em maior concentração, aumentou significativamente de 2% em 1968 para um total aproximado de 8,11% em 1987. Este tipo de sucessão pode ser observado principalmente na margem direita do rio Taquari e em todo o seu afluente, no Córrego da Usina, mantendo um corredor já existente na década de 60, seguindo pela cota 200, portanto, nos limites do Parque, até chegar em São Gonçalo. Pode-se afirmar que ocorreu uma mudança da matriz nestas duas áreas. O que era o predomínio de bananais na década de 60 passou a ser uma matriz de vegetação natural. Mais uma observação pode ser feita no que se refere ao Córrego da Usina, que se localiza no interior do PNSB, e já na década de 80 passa a ser quase que totalmente retomado pela vegetação nativa.

No mosaico da comunidade São Roque a mudança de matriz ocorreu de forma mais intensa do que nos mosaicos descritos acima (Taquari, São Gonçalo e Córrego da Usina). Quase toda a área dessa comunidade passa a ter predomínio de sucessão secundária intermediária, portanto, apesar de serem mantidas algumas áreas de bananais, o mosaico modifica-se voltando a matriz de vegetação natural. Convém ressaltar que, em 1987, o INCRA toma a comunidade São Roque como assentamento, enquanto que em Taquari e Barra Grande as áreas continuam sobre domínio dos proprietários, mas já com os assentados.

O mosaico exposto na década de 60 em Barra Grande modifica-se bruscamente na década de 80. O mosaico constituído que segue do Rio Barra Grande e afluentes permanece heterogêneo; porém, surgem algumas manchas de bananais dentro do assentamento e faixas de campo antrópico, e antigas áreas de bananais são mantidas. Nas áreas de preservação permanente existentes entre o assentamento e o PNSB, que aparecem na década de 60 como floresta alterada, apresentam-se em 1987 fragmentadas com heterogeneidade de uso, com faixas de bananais e campo antrópico, tendo o predomínio de floresta degradada. Estes dados indicam que houve desmatamento intenso, e ilustram os fortes conflitos pela posse da terra ocorridos nesta área no referido intervalo de 20 anos.

O mosaico do Rio Pequeno manteve-se com heterogeneidade de uso, sendo que as áreas que na década de 60 eram constituídas de vegetação em sucessão secundária inicial foram em parte substituídas por campo antrópico e bananais.

No mosaico de Graúna, a matriz principal foi substituída, de bananal (predominante na década de 60) para campo antrópico na década de 80, passando a constituir um grande corredor de campo, que se estendeu até as áreas que eram originais da restinga. Conseqüentemente, as áreas de restingas diminuíram drasticamente. A restinga alterada, que em 68 era de 5%, passa a ocupar uma área de 2,64%, e a restinga degradada de 2,8% para 1,72%. O campo antrópico passou de fragmento concentrado em 3,44% para uma área imensa (área aproximada de 9%), constituindo-se como matriz.

A paisagem analisada no ano de 1999 (Figura 41) marca os 27 anos de existência do PNSB e os dezoito anos de criação do assentamento São Roque. Taquari e Barra Grande começam a sofrer intervenção do INCRA após aproximadamente dezoito anos de afastamento por motivos legais. Como visto no capítulo anterior, apesar do afastamento do INCRA, os assentados permaneceram nas comunidades Taquari e Barra Grande.

Tomando-se como base de comparação os mosaicos existentes na década de 80, pode-se constatar as mudanças ocorridas uma a uma.

A matriz de São Gonçalo, onde o mosaico é formado por um corredor que acompanha os limites do PNSB, passando pela margem direita do Rio Taquari até o Córrego da Usina, manteve-se com o predomínio da vegetação, porém, as faixas de bananais que existiam próximas ao Córrego da Usina desapareceram totalmente, passando a aumentar a área de matriz mata. Percebe-se algumas faixas de desmatamento na margem direita do Rio Taquari que, em 1999, encontram-se ocupadas predominantemente por campo antrópico.

No mosaico de Taquari ocorreu uma mudança de matriz. O que na década de 80 era predomínio de bananais, passou em 1999, apesar da heterogeneidade, a apresentar o predomínio do campo antrópico.

O mosaico de São Roque que era composto por bananais e vegetação na década de 80, passa em 1999 a ser ocupado por uma matriz de vegetação em diferentes estádios sucessionais. Isto indica que em São Roque passou a existir uma continuidade de uso da terra, menos fragmentado, constituindo um mosaico homogêneo.

Em Barra Grande, o mosaico, apesar de sinalizar heterogeneidade em virtude dos tipos de uso, permanece apenas com algumas faixas de bananais e campo antrópico, sendo que a matriz predominante passa a ser a vegetação em diferentes tipos de sucessões.

Pode-se comparar os dados espacializados com a dinâmica que cada comunidade sofreu diante das decisões políticas. Em São Roque, após a intervenção do INCRA na década de 80, uma nova dinâmica começa a acontecer. Os terrenos foram demarcados e os assentados foram abandonando os bananais mediante novas perspectivas de produção. A limitação do solo e topografia do assentamento São Roque não proporcionou outra saída aos assentados a não ser a implantação de sistemas de roçado e abertura de pequenas áreas para pastos. Esta disposição pode ser vista nos mapas croquis das comunidades e não aparecem nas fotos aéreas devido a escala utilizada.

São Roque consolidou-se como assentamento, apesar das dificuldades financeiras dos assentados e das limitações da capacidade de uso do solo. A intervenção do INCRA possibilitou aos moradores acesso ao crédito rural e impediu que as terras fossem retalhadas. O padrão de uso da terra muda significativamente nesta comunidade. O que era visível na década de 60 como extensos bananais transforma-se em sistemas de produção diversificados e em pequena escala, o que nem sempre se torna perceptível nos mapas croquis devido a limitação de escala das fotografias aéreas. Deste modo, a recomposição da vegetação nativa passa a ser o novo padrão predominante de uso da terra.

Em Taquari e Barra Grande, os conflitos são evidentes até os dias de hoje, constatando-se o fato quando pela observação nos mapas e a heterogeneidade de uso da terra. A intervenção inicial do INCRA, na década de 80, e posterior abandono, não impediu que as áreas ficassem sob a posse dos assentados. Porém, sem acesso a financiamentos e sem a fiscalização do INCRA, os assentados começam a retalhar seus lotes num processo contínuo até os dias de hoje. As áreas que aparecem em 1999 como campo antrópico, em grande parte aparecem nos mapas croquis das comunidades (realizado em 2002) como vegetação em sucessão secundária inicial (pasto sujo).

O que existe em comum nas três comunidades estudadas é a percepção que alguns moradores tiveram que a exploração do turismo em suas propriedades poderia ser uma alternativa econômica, e a partir disso, assentados originais ou não, atentaram para este fato. Hoje verifica-se nas três comunidades estudadas o aumento da vegetação, principalmente nas

áreas retalhadas, que se transformaram em chácaras de final de semana. Grande parte dos proprietários têm enriquecido seus sítios com plantio de árvores nativas, exóticas, gramados e cercas vivas, ou simplesmente têm deixado a vegetação original ser restabelecida. Constatase, também, uma ocupação desordenada e progressiva nas margens dos rios, principalmente Taquari e Barra Grande, onde vários trechos têm sido ocupados com grande número de edificações.

O mosaico do Rio Pequeno aparece na década de 90 com uma matriz predominante composta por bananais. Ao contrário do que ocorreu nos assentamentos, esta área sofreu desmatamento intenso por toda a margem do rio Pequeno e afluentes, para dar lugar a maior área de bananais

No mosaico do Rio Graúna, que na década de 80 era composto por faixas de vegetação (em diferentes tipos de sucessão) e faixas de campo antrópico, mantém a heterogeneidade em 1999, onde ocorre um aumento do corredor que interliga uma grande área de campo antrópico até as áreas de vegetação de restinga. Tanto a região do Rio Pequeno como o Rio Graúna são conhecidos atualmente como áreas de intensos conflitos de posse de terra.

Apesar dos cenários evidenciarem o aumento da vegetação dentro dos assentamentos, os impactos ambientais encontrados hoje nas comunidades se configuram como de saneamento básico precário, grande pressão sobre as áreas de mata ciliar agravada pela especulação imobiliária e turismo desordenado, que se não forem tratados nos próximos anos, implicarão em sérios problemas ambientais.

FIGURA 39. Mapa Croqui do Cenário Histórico em 1968.

FIGURA 40. Mapa Croqui do Cenário Histórico em 1987.

FIGURA 41. Mapa Croqui do Cenário Histórico em 1999.

A respeito de ganhos de áreas de vegetação na região, deve-se destacar a sucessão secundária intermediária, que sofreu um aumento significativo no decorrer dos trinta e um anos analisados. Nota-se que de 1968 para 1987 ocorreu um aumento de 5,9%, e entre 1987 e 1999, um aumento de aproximadamente 1,89% (Figura 42). Estes aumentos localizam-se principalmente em áreas de assentamentos, onde, na década de 60, existiam os bananais.

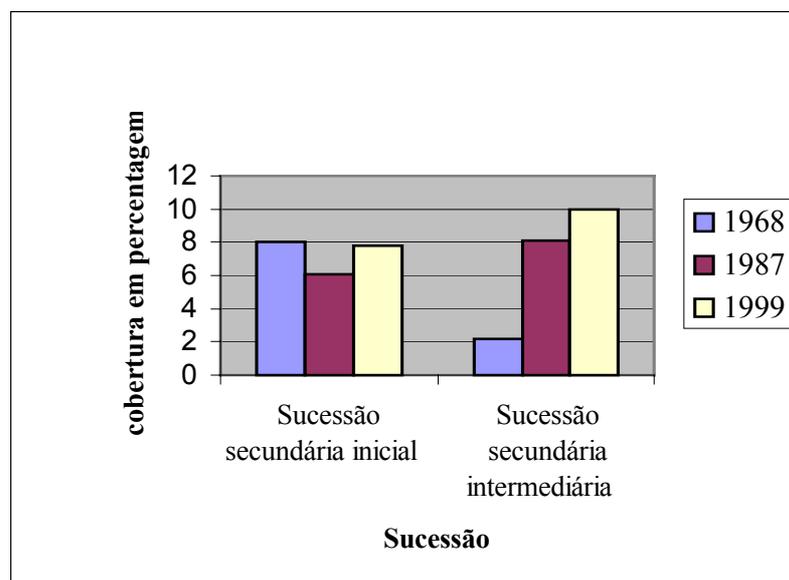


FIGURA 42. Áreas cobertas com sucessão secundária inicial e intermediárias 1968 - 1999. **Fonte:** Dados da pesquisa

No interior do PNSB, próximo à Taquari, deve-se destacar uma grande área desmatada (clareira), de tamanho jamais visto nas décadas anteriormente estudadas. Não só o

desmatamento dentro do PNSB é observado, mas em todo o entorno desta comunidade pode-se observar que a vegetação sofreu intervenção antrópica. As árvores maiores são mantidas e utiliza-se o sub-bosque para a exploração da banana. Assim, conclui-se que a Mata Atlântica pertencente ao PNSB, ao menos na área estudada, não está sendo preservada de acordo com os princípios de um Parque Nacional. É difícil afirmar que a clareira tenha sido feita por pessoas da comunidade, pois esta encontra-se nas bordas de uma antiga trilha que, segundo os moradores, é um caminho que leva até o município de Cunha.

Porém, a fala de um entrevistado e observações de campo mostram que Taquari é um ponto de escoamento de recursos naturais extraídos do Parque.

“...o cara pára o caminhão de madeira em frente à minha casa em pleno domingo...ele tá querendo problema!”. (morador de Taquari)

A grande extensão do PNSB e a proximidade das comunidades à rodovia Rio-Santos facilitam o escoamento. No próprio comércio local ou nas ruas do município de Parati pode-se encontrar o comércio livre de palmito, bromélia, orquídeas e madeira.

Segundo vários entrevistados, *“o extrativismo do palmito é forte. A indústria dá o vidro, o ácido e os extrativistas entram com o palmito, é uma rede. A maioria dos produtores entregam aos restaurantes que por sua vez devolvem o vidro...você só vê casa boa no campo, mas cadê a produção agrícola?...o palmito é uma economia forte (submersa) e o processo é simples e o pessoal da região domina a tecnologia...”*

Para um funcionário que trabalha em um órgão de fiscalização ambiental, Taquari é considerada uma das áreas de maior intensidade de conflito em relação ao extrativismo e à caça predatória²².

A caça foi apontada também como uma atividade ilegal atraente: *“pessoas de fora e até figurões da cidade adoram caçar...”*, sem nunca terem tido problemas com o IBAMA.

Outros entrevistados apresentam a justificativa de que *“enquanto que em Cunha desmatam 10 ha, aqui o cara desmata 1 ha...a destruição para o lado de Cunha é bem maior”*.

Esta afirmação não deve ser levada em consideração quando se conclui que a degradação ambiental vem ocorrendo nos dois locais, só que de formas diferenciadas.

²² As outras localidades apontadas foram: Chapéu do sol – conflito com posseiros; Mambucaba – área intensa de saída de palmito; Penha e Trindade – invasão e especulação imobiliária; Rio Pequeno – formação de pastagens pelos “*paulistas*”; São Gonçalo - conflito de posse de terra com o envolvimento de grandes empresas.

Enquanto que no município de Cunha o desmatamento vem ocorrendo para a formação de pastagens (BRASIL, 2002), no entorno estudado vem acontecendo a exploração do sub-bosque, ocasionando a gradativa perda da biodiversidade.

Prova disso são os documentos consultados e entrevistas com os gerentes e demais funcionários do PNSB, levantados pela equipe responsável pela execução do Plano de Manejo, onde se constatou a realização, em 1996, de uma operação de fiscalização conjunta com o Ministério do Exército, que cedeu um helicóptero para um reconhecimento da região da estrada Parati-Cunha. As três equipes de fiscalização do Parque participaram desta operação, que foi considerada de grande sucesso apesar do período de 48 minutos, pois foi possível sobrevoar seis localidades do Município de Parati e uma localidade do Município de Cunha. Em seguida, a equipe de fiscalização do Parque percorreu por terra a região sobrevoada, quando foram realizados dezoito autos de infração, entre administrativos e penais.

Foi citado no relatório que uma operação de fiscalização nunca havia sido tão pacífica, onde *“o apoio do Exército foi fundamental, impondo respeito, facilitando e valorizando o trabalho dos funcionários do Parque”*. Porém, muitas infrações observadas deveriam ser apuradas em 1997 *“por falta de recursos para custeio do deslocamento do pessoal”*. Pelo mesmo motivo, tais fiscalizações não ocorreram no ano de 1997, o que, segundo depoimentos dos próprios funcionários, gera um descrédito por parte da população, incentivando a realização de atividades ilícitas dentro dos limites do PNSB, certos da impunidade em decorrência das deficiências do serviço. O relatório cita que *“o valor das multas aplicadas nesta operação equivale, praticamente, ao dobro dos recursos recebidos pelo PNSB, sob forma de suprimentos de fundos, no decorrer do ano de 1996”* (BRASIL, 2002).

De fato, o maior problema referente ao palmito está associado à exploração predatória e clandestina, *“institucionalizada”* há décadas, que chega a competir de forma desigual com o produto proveniente do manejo sustentado, ajudando especuladores e gerando inúmeros problemas sociais (REIS et al., 2002).

NUNES (2002), pesquisando o comércio e a produção de bromélias no eixo Rio-São Paulo, concluiu que não existe um cadastro ou uma associação nacional, ou mesmo regional, de produtores de bromélias. A comercialização apresenta aspectos peculiares, independentemente de estar organizada dentro de uma instituição como o Ceagesp ou em uma

região de comércio livre de plantas, como foi constatado em Guaratiba (RJ), encontrando-se exemplares provenientes de cultivo ou extrativismo comercializados conjuntamente.

4.7 Conflitos entre esferas de governo

A história da política ambiental no Brasil, em toda a sua trajetória, foi marcada pela criação de inúmeras Unidades de Conservação que, por meio de Decretos, passaram a existir em diversas categorias, distribuídas por várias regiões do País.

Porém, no caso do PNSB, a exemplo de outros Parques Nacionais, o papel do Governo Federal limitou-se à ação normativa. Pouco se fez, ou têm sido feito, a fim de consolidá-los de forma a cumprirem os propósitos para os quais foram criados. Exemplo é o Plano de Manejo do PNSB, que foi concluído somente trinta anos após a sua criação. Outro problema está relacionado aos recursos humanos e financeiros que o Governo Federal disponibiliza a estas áreas, revelando a falta de preparo de pessoal e a burocracia do governo em disponibilizá-los.

Funcionários da própria Diretoria de Recursos Naturais (DIREC/IBAMA) admitem que *“não existem políticas para as Unidades de Conservação no Brasil, existem alguns programas”*

“Atualmente, dentro do orçamento do Governo Federal, foi criado o Programa Parques do Brasil, no Ministério do Meio Ambiente. Dentre eles, 1) Programa Pantanal, que vai financiar a implementação de Unidades de Conservação no alto Paraguai; 2) O Programa Nacional do Meio Ambiente financiou a implementação de cinquenta Unidades de Conservação, em termos de infra-estrutura e material de consumo”.

A busca de parcerias tem sido outro meio encontrado para que as Unidades de Conservação sejam consolidadas: *“Os recursos para pagamento de mão-de-obra, são efetuados por algumas prefeituras e OnG’s, que captam recursos externos e colocam à disposição dos Parques”* (Funcionário – IBAMA/Brasília).

Em relação ao PNSB, pouco ou nada se viu como iniciativa da esfera Federal, desde a sua criação. O Plano de Manejo, recém aprovado pelo IBAMA, fez um amplo diagnóstico dos

110 mil ha de Parque e seu entorno, do meio físico, biótico e socio-econômico. Resta agora ao Governo Federal buscar parcerias ou outras estratégias para executá-los.

Por tratar-se de uma área de domínio do Governo Federal, nem se percebe a presença do Governo Estadual, eximindo-se totalmente das responsabilidades. Não existem ações normativas e executivas de instituições ambientais do Estado do Rio de Janeiro sobre a área – seja dentro ou no entorno estudado.

Na esfera municipal, o PNSB poderia ser parte integrante do Plano Diretor do município de Parati. O problema está na aprovação do próprio Plano Diretor, em discussão há oito anos e até o momento não votado. Na sua atual versão, o Título IV trata da Ordenação do Território e da Gestão Urbana e Ambiental. Convém destacar alguns pontos descritos na Seção II - Da Gestão das Unidades de Conservação Ambiental. O Art. 152^o estipula que “*As Unidades de Conservação Ambiental existentes no município de Paraty passam a fazer parte integrante do Macrozoneamento Municipal*”, tomando o cuidado em obedecer as ações normativas Federal e Estadual.

Apesar do conteúdo da proposta do Plano Diretor ceder um lugar de destaque às Unidades de Conservação e possuir caráter conservacionista, este assunto tem gerado muita polêmica durante a realização dos Fóruns de discussão, decorrente da resistência que os diferentes segmentos da sociedade Paratiense possuem sobre o assunto. Cobra-se, inclusive, a presença de representantes do IBAMA e da direção do PNSB, que nunca participam das reuniões.

As tentativas de aproximação entre Prefeitura Municipal de Parati e PNSB, desde a sua criação, foram desgastadas a ponto de não se ouvir, de nenhuma das partes, a possibilidade de realização de parcerias concretas que visem ações executivas entre Prefeitura e PNSB.

A discussão principal gira em torno do asfalto da rodovia Parati-Cunha e que corta o interior do PNSB. Para o IBAMA, é inconcebível uma estrada asfaltada dentro de uma Unidade de Conservação, quanto mais no interior de um Parque Nacional. Porém, outros segmentos da sociedade alegam que o asfalto da Parati – Cunha é fundamental para o desenvolvimento do município.

Apesar de no Plano de Manejo concluir que o asfalto da Parati – Cunha trará mais problemas que soluções para o PNSB e para a própria comunidade envolvida, o atual Prefeito afirma que “*estamos em contato com o IBAMA, temos conversado com o ministro Sarney*

Filho...as questões mais graves e de segurança do município é a questão da estrada Parati – Cunha. Não pode uma estrada que tem quase 100 anos, um parque que tem apenas 30 e o parque sobrepor a estrada...ninguém quer destruir, mesmo porque a própria estrada facilita com que os fiscais, as autoridades possam transitar e assistir a degradação que lá está...eu vejo o Parque como um grande aliado, se tiver este entendimento, estamos conversando a este respeito; agora, eles são muito morosos, são muito burocratas e as necessidades da população são presentes, o povo precisa passar, o povo precisa morar, o povo precisa comer, não pode ficar olhando pro mato e comendo nada né?!...”

Além dos inúmeros argumentos técnicos mostrados no Plano de Manejo que são desfavoráveis ao asfaltamento da rodovia Parati-Cunha no PNSB, merecem destaque os pontos argumentados pelo Prefeito na fala acima. Segundo os técnicos que elaboraram o Plano de Manejo, a “degradação” que todos assistem quando transitam pela Parati-Cunha é proeminente à existência da estrada. Quanto à necessidade dessa estrada para que chegue “alimentação” até Parati, no Plano de Manejo, este argumento nem aparece como um problema apontado pelos segmentos da sociedade, pois não é um problema real.

O Plano de Manejo apresenta alternativas para a solução do impasse do asfaltamento. No entanto, a questão não é só técnica, e acredita-se que, especialmente para este conflito, soluções obtidas em audiência pública devam ser encontradas e encaminhadas (BRASIL, 2002).

Na área das comunidades, objeto deste estudo, o que se vê é a tentativa da Prefeitura assumir junto ao INCRA as áreas de assentamento que estão sendo consideradas urbanizadas. Segundo declarações do atual Prefeito, pretende-se “arrumar, vamos tentar arrumar aquilo, iniciando pela abertura das ruas, porque não é possível daqui a 5 anos, quando tiver mil, mil e quinhentas casas, teremos lá um bairro desordenado como Trindade e outros mais que vemos por aí a fora....está sendo muito difícil eles entenderem que é preciso alargar as ruas, claro que não vou derrubar a casa de ninguémmas eles estão fora da lei, a lei prevê 23 metros de avenida e lá não tem 6 metros...hoje não é um bairro rural, não é um bairro urbano, é uma bagunça em áreas muito boas, bonitas que precisam ser cuidadas, principalmente às margens das cachoeiras e dos rios....”

A abertura de avenidas no entorno do PNSB, como pretende o atual Prefeito, poderá facilitar ainda mais a entrada de pessoas para o interior do Parque. Além do mais, não existe

espaço para a realização de tal empreendimento sem causar possíveis danos às atuais edificações existentes.

O que se pode observar nos depoimentos expostos é que, tanto no interior como no entorno estudado, as ações executivas que a Prefeitura pretende desenvolver acabarão gerando maiores conflitos com os propósitos do PNSB e com os moradores das comunidades.

A ausência de diálogo entre as duas esferas - Federal e Municipal – em suas ações normativas e executivas, aumentam as possibilidades de gerar maiores conflitos e distanciar ações que visem o desenvolvimento sustentável local.

O INCRA, por sua vez, tem tentado reparar e minimizar os conflitos com o PNSB e os moradores. Após 18 anos de ausência retorna à Taquari e Barra Grande, faz um levantamento do número de moradores das comunidades e tenta recuperar as áreas que foram comercializadas a terceiros, como também as invasões ocorridas. Tais trâmites demoram anos para serem resolvidos na Justiça. Enquanto isso, a compra e venda dos lotes continua acontecendo e apresenta-se fora do controle. O INCRA tem procurado dialogar, convocando reuniões com moradores de Taquari, Barra Grande, direção do PNSB e Prefeitura, a fim de esclarecer os limites do PNSB e metas para ações conjuntas.

Na reunião do Taquari, realizada em 12/06/01, foi estruturada uma Comissão para se discutir os conflitos e procurar uma ação conjunta entre Prefeitura, moradores, INCRA e PNSB. A reunião foi tida pelos moradores mais antigos como histórica, pois nunca haviam conseguido reunir INCRA, IBAMA e moradores para discutir os limites do Parque.

É importante observar também que, em grande parte da reunião, discutiu-se o que se pode e o que não se pode fazer dentro do Parque, como também o que vai acontecer com as pessoas que compraram as terras que “*agora*” pertencem ao PNSB. Enfim, os moradores mostravam-se ansiosos com a presença do diretor e queriam aproveitar o maior tempo possível para ouvi-lo.

Quanto ao outro assunto importante – a venda ilegal das terras pelos assentados, dentro do assentamento - pouco se discutiu, apesar de alguns compradores temerosos, com o contrato lavrado em cartório em punho, aguardarem passivos, durante toda a reunião, que os técnicos do INCRA e da prefeitura se manifestassem.

A seguir, alguns trechos da reunião do Taquari mediado por alguns comentários:

“A palavra chave é parceria...com a prefeitura para evitar avanço do bairro e com o IBAMA devemos tentar achar soluções” (Técnico-INCRA).

Enquanto nota-se no discurso dos técnicos do INCRA a busca de parcerias, por outro lado nota-se a total descrença dos moradores (assentados originais ou não) pela instituição. Nessa mesma reunião, o técnico do INCRA propôs algumas iniciativas de obtenção de renda completamente voltadas para a agricultura e de forma comunitária. Nesse sentido, apesar da boa vontade do técnico, obviamente, nada de concreto foi obtido, pois grande parte dos moradores das comunidades (Taquari e Barra Grande) não se dedicam à agricultura e muito menos estão ali para encontrar alternativas de renda comunitária.

“Temos aqui instituições que têm realidades diferentes (INCRA, IBAMA, Prefeitura) e temos que transformar numa realidade viável para todos...tentar frear ...devemos analisar os casos pontuais e criar métodos novos para conviver com o parque...realidade do ecoturismo...documento internacional...o mundo está de olho na gente....temos que buscar um rumo novo para Taquari... a partir de hoje devemos criar um grupo de trabalho, pois em Parati existe muita reunião e pouca ação...coloco a secretaria de obras à disposição...como resolver problemas imediatos para não deixar o trabalho ir embora” (Secretário de Obras-Prefeitura de Parati).

Deve-se atentar para o conteúdo da fala do Secretário de Obras. Comparando-se com a fala do Prefeito (transcrita no início deste item) não se pode deixar de notar que ambas apresentam conotações bem diferentes. Enquanto o Prefeito defende o diálogo diretamente com o Ministro do Meio Ambiente para resolver o problema do asfalto da estrada Parati-Cunha, além de pretender obter as áreas consideradas urbanizadas pelo INCRA, planejando “abrir avenidas” em Taquari e Barra Grande, o Secretário de Obras sugere a formação de um grupo de trabalho para estreitar o diálogo entre a Prefeitura, INCRA, IBAMA e comunidades. Infelizmente, a idéia lançada pelo Secretário sobreviveu somente à reunião. Um ano se passou e o grupo de trabalho formado nesse dia não voltou a se reunir.

O Diretor do PNSB, por sua vez, busca alternativas para estreitar relações entre IBAMA e moradores da comunidade. No entanto, acaba propondo algumas alternativas que não são tão simples quanto parecem. Conforme o discurso, descrito abaixo, o Diretor afirma que gostaria que os moradores da comunidade pudessem se transformar em “*fiscais ou guias*”.

De acordo com os trâmites burocráticos estabelecidos pelo IBAMA, para ser um fiscal ou guia do IBAMA a pessoa tem que possuir firma e passar por licitação, portanto a proposta feita pelo Diretor do PNSB é equivocada.

“Será que as áreas de influência das unidades de conservação estão sendo aproveitadas?...eu preciso saber dos problemas que vocês têm aqui...gostaria que um grupo de pessoas que possam ser fiscais, guias...que respeitem a mata...não prender passarinho...respeito por essas criaturas...me vejam como um amigo que não esquece dos menos favorecidos...este é um primeiro contato e nos colocamos a disposição...” (Diretor PNSB)

“O IBAMA não arrecada com multa...o dinheiro vai todo para os deputados...é importante que investamos no parque...já que ganhamos o pedaço de terra, vamos tentar viver bem...isto aqui (o parque) é de todo o mundo...não só dos assentados...mas de todo o Brasil...” (Diretor-PNSB).

Mais um equívoco acontece na fala do Diretor do PNSB, no que se refere à destinação dos recursos obtidos das multas. Ao contrário do que ele afirma, o dinheiro arrecadado das multas vai para a União, que por sua vez redistribui para as Unidades de Conservação e não para as mãos dos Deputados. Afirmações como estas acabam por gerar mais desinformação entre os atores envolvidos e não leva a resolução dos conflitos já existentes.

Diante dos discursos expostos, pode-se concluir que muitos equívocos aconteceram durante a reunião. Falas que por muitas vezes podem até ter sido bem intencionadas, mas que por outro lado não causam efeito, pois nenhuma das instituições apresentaram consistência o bastante para garantir continuidade na negociação e resolução dos conflitos .

Alguns entrevistados alegam que o grupo de trabalho não mais se reuniu pelo fato do INCRA e da direção do PNSB não possuírem um escritório local. O INCRA localiza-se na capital, enquanto que a sede do PNSB fica em São José do Barreiro-SP, a três horas de Parati.

A distância física entre as instituições também aparece como um dos principais questionamentos feitos pelos entrevistados, inclusive pelo próprio IBAMA e IEF local: *“por que a sede do PNSB fica em São Paulo?...deveria ter núcleos espalhados para facilitar a*

administração”. Cabe informar que a formação de núcleos administrativos foi sugerida no Plano de Manejo recém-concluído.

Por falta de uma ação executiva conjunta entre INCRA, PNSB, Prefeitura e Moradores, em Taquari e Barra Grande ainda persiste a venda ilegal de terras, deixando livres algumas das portas de entrada do PNSB para a exploração de madeira, palmito, bromélias e orquídeas. Esse comércio é sequer camuflado, e pode ser constatado por qualquer pessoa que por ali esteja.

Quanto à comunidade São Roque, a atual convivência entre INCRA e comunidade, parece ser mais pacífica. Problemas recentes, tendo por exemplo a falta de abastecimento de água para toda a comunidade, tem tido o controle e execução do INCRA.

Porém, alguns moradores entrevistados reclamam que não sabem quais os tipos de projeto podem ou não ser desenvolvidos dentro do assentamento. Eles alegam que as propostas do INCRA muitas vezes fogem à realidade por eles vivenciada, como, por exemplo, a falta de acesso a financiamentos para investir em estrutura turística dentro da propriedade, assim como de cursos orientando a trabalhar e a investir em turismo rural.

Além dos moradores de São Roque, por diversas vezes depara-se com a falta de informação e de comunicação entre lideranças das comunidades Taquari e Barra Grande e técnicos do INCRA. Um exemplo é a proposta de realização do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Este plano tem sido cobrado do INCRA pelas lideranças, que por sua vez não entendem o porquê da inexistência do plano nos três assentamentos.

No entender das lideranças, seria importante a realização do plano a fim de conhecer melhor os assentamentos. O roteiro básico do plano é estabelecido pelo INCRA e deve ser realizado por uma empresa de assessoria. Compõe-se dos seguintes termos:

a) Levantamento dos recursos naturais; b) Perfil sócio-econômico dos assentamentos; c) Economia municipal e regional; d) Organização espacial, incluindo plano de parcelamento; e) Atividades econômicas agrícolas e não agrícolas a serem desenvolvidas em função da demanda do mercado; f) Capacitação tecnológica e gerencial; g) Educação, saúde, cultura e lazer; h) Juventude e mulher; i) Infra-estrutura básica; j) Gestão ambiental.

Quando questionado sobre a possibilidade de realização de tal plano nas comunidades, o técnico do INCRA esclareceu que este tem sido realizado em assentamentos novos e faz parte de um procedimento recente da instituição (década de 90). Segundo lideranças do Taquari, como o assentamento é recente, tal plano deveria ser efetivamente realizado. Já no

entendimento dos técnicos do INCRA, por se tratar de uma área onde o *“INCRA nem ao menos deveria ter assumido”*, o empenho na realização deste estudo é nulo.

Quanto ao PNSB e comunidades, a inoperância da gestão do Parque, ou a ausência da mesma, tem acarretado ações de degradação ambiental, dentro e no entorno do PNSB, originando, nestes trinta anos, vários tipos de conflito.

Segundo o diretor do PNSB, os conflitos básicos do Parque estão relacionados à falta de priorizar recursos financeiros e humanos. Ele próprio reconhece que o Parque ainda não foi implantado, falta a regularização das desapropriações para a solução da questão fundiária. Falta instrução, *“antigamente não se explicava o que era um Parque”*.

Alguns moradores afirmam não ter sido consultados pela equipe que realizou o Plano de Manejo do PNSB. Verificando-se o Plano de Manejo, constata-se que algumas entrevistas foram realizadas com lideranças locais.

“O plano de manejo da Bocaina... veio alguém consultar a gente aqui?” (morador do Taquari).

Pode ter ocorrido, no processo de realização da pesquisa, que as pessoas entrevistadas não tivessem muita representatividade perante a comunidade, e não houve o repasse dessa informação entre as pessoas.

Analisando parte dos depoimentos percebe-se que as pessoas das comunidades aguardam oportunidades de participação e ações assistencialistas dos órgãos envolvidos. Alguns exemplos são citados abaixo:

“Cadê a educação ambiental? Alguma instituição chegou aqui para orientar a gente?” (morador de Taquari).

Em entrevista com o funcionário da Secretaria da Educação do Município responsável pelos projetos de Educação Ambiental em Parati, obteve-se a informação de que existe um projeto de coleta seletiva do lixo junto à escola de Taquari. Houve até a colocação de latões em frente à escola, mas o projeto ainda não aconteceu. Segundo uma moradora da comunidade, o projeto não deu certo porque as pessoas da comunidade não participam de nada. O que pode ter ocorrido, neste caso, é a falta de aplicação de uma metodologia de

educação ambiental mais eficiente que garantisse o envolvimento dos moradores da comunidade ou, pelo menos, o envolvimento dos alunos da escola.

Um outro discurso comum encontrado na área estudada é que *“Tá bom...eu não tiro palmito, mas quem vai dar leite para meus filhos?”* (morador do Taquari)

Este discurso não deve ser levado em consideração, pois sabe-se que em Parati existem inúmeras oportunidades de emprego e várias tentativas de integração de pessoas da comunidade que visam a geração de emprego e renda. Tentativas estas que, por diversas vezes, foram frustradas devido à falta de participação dos moradores da comunidade.

Também foi encontrado, na área de estudo, um morador dentro do PNSB que reside com sua família há 15 anos, e admite que sabia que estava indo residir em um Parque Nacional. Sua família participa de todos os cursos promovidos pelo IDACO. Ultimamente, ele investe em sistemas agroflorestais e comercializa na cidade grande parte dos produtos processados em sua *“propriedade”* (polpa de palmito juçara plantado em sistema agroflorestal), doce de abacaxi, manga etc. Esta família esperava conseguir, junto ao INCRA, um pedaço de terra para poder residir em local próprio. Em contato com o técnico do INCRA, este afirma ter se esforçado ao máximo para transferir a família de dentro do PNSB para uma das comunidades, sem conseguir, até o momento, retirar algum posseiro (Taquari e Barra Grande) para colocar essa família em seu lugar.

No entanto, o mínimo que se pode esperar é uma ação executiva entre INCRA e IBAMA para que as famílias moradoras das áreas internas, anteriores e posteriores à criação do PNSB, possam ter direito à moradia fora da Unidade de Conservação. O fato dessa família ter ido morar no Parque após a sua criação não os exime dos direitos garantidos na Constituição Federal, de que todo o cidadão brasileiro tem direito à moradia. Se o Parque estivesse consolidado, jamais teria sido permitida a ocupação. Já que ela ocorreu, deve-se buscar alternativas que garantam a integridade não só dessa, mas de todas as famílias residentes em áreas pertencentes, via Decreto, ao Parque.

4.8 Conflito entre organizações governamentais e não governamentais inter e intrainstitucionais

Desde 1999, ocorrem em Parati dezenas de encontros denominados *“Fórum de Desenvolvimento Integrado de Parati”*. Este é uma iniciativa do SEBRAE e faz parte do

Programa Comunidade Ativa, sob coordenação da Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária em parceria com o SEBRAE e outras “*instituições capacitadoras*”. Este programa busca constituir um Fórum de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS) em municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes, com a intenção de identificar demandas e estabelecer parcerias. Tem como objetivos principais levantar os problemas, bem como planejar ações prioritárias relacionadas ao município e que sejam de interesse comum das instituições. Em Parati, 25 instituições fazem parte do Fórum DLIS.

No Fórum realizado em 09 e 10 de junho de 2000, estiveram presentes associações de moradores (dentre elas, Barra Grande, São Roque e Taquari), Prefeitura Municipal (chefe de gabinete, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente), Câmara Municipal, INCRA (Técnicos e Superintendente), Associação Comercial, arquitetos que trabalham para o IPHAN, ONG’s (S.O.S. Mata Atlântica), Conselho das Associações de Moradores (COMAMP) e representantes do mercado imobiliário.

A diversidade de instituições presentes no Fórum pode ser atribuída à pauta. Tratava-se da discussão e definição do Plano Diretor do Município. Durante o Fórum, com duração de dois dias, ocorreu muita provocação e pouca discussão entre as instituições presentes, faltou liderança que conduzisse a reunião de forma neutra, sem atropelos. No segundo dia houve ausência quase que total e nada de concreto foi definido.

A participação neste Fórum foi importante para o entendimento de como as diversas representações do município reagem em função das inúmeras categorias de Unidades de Conservação existentes, face a seus interesses particulares. Parte delas, como grandes proprietários de terras e representantes do setor imobiliário, são unânimes em dizer que as Unidades de Conservação acabam restringindo o uso da terra e prejudicando o desenvolvimento local.

O discurso inicial do Fórum, realizado pelo Assessor do Prefeito, apresenta os diversos conflitos existentes:

“As Leis ambientais que deveriam nos proteger acabam se constituindo em uma grande camisa de força...todo o município é tombado pelo patrimônio histórico...orçamentos da União e Estadual...não tem contrapartida para o nosso município...o Prefeito foi eleito com este discurso: colocar Parati ao nível Federal...precisamos crescer...O que não podemos é nos curvar às leis sem a devida contrapartida...o plano diretor é a ‘pedra de toque’ nesta

questão...chegou a hora de aprovarmos e implementarmos o que está escrito...onde há uma série de interesses entre órgãos que acabam por atrapalhar o nosso desenvolvimento...o patrimônio histórico e o Ministério Público nos obrigam a limpar o rio com dragas...o município tem poucos recursos próprios...hoje mesmo, o prefeito não está presente nesta reunião porque está prestando depoimento para a Polícia Florestal...este é um município especial, tão cheio de legislações...mas precisa ter a contrapartida que possibilite o desenvolvimento...hoje qualquer ecochato ou patrimonheiro acaba querendo mandar mais na cidade que o próprio prefeito...temos que ter um corpo de ações que vai nortear todo o desenvolvimento do município...vai fazer com que tenhamos o mínimo de corpo municipal para com o Federal...burocracia, muitíssimos órgãos são 'repeitabilíssimos' mas só causam confusão...o nosso norte é o plano diretor de Parati...é com ele que a autoridade municipal vai poder trabalhar". (Assessoria da Prefeitura Municipal de Parati, 2001).

Os grandes proprietários de terras, por sua vez, não possuem associações, mas por si só, têm força econômica e estão interessados em explorar suas propriedades localizadas na Zona Costeira, visando o desenvolvimento do turismo. As leis de tombamento impedem qualquer tipo de ocupação destas áreas. A esperança desse grupo é que no Plano Diretor seja possível a autorização de sua exploração. Um desses representantes ainda demonstra indignação pelo processo de reforma agrária ocorrido em Parati:

"Parati não é lugar para reforma agrária...reforma agrária é importante no sertão de Quixadá...aqui existe vocação eminentemente turística...o pessoal de Barra Grande saiu todo de lá...foram montar borracharia na cidade..."

Nesse sentido, um representante do setor imobiliário reforça a opinião de que Parati é lugar exclusivo para o turismo e expõe suas impressões sobre a APA Cairuçu:

"É necessário que ocorra uma política econômica de turismo...está acontecendo um êxodo praial...é terrível o que a APA Cairuçu fez com os caiçaras...a árvore é muito bonita, mas precisa da alternativa econômica... qual é a política da APA?... pode ou não pode construir na orla marítima.. só os caiçaras é que podem?". (Representante do setor imobiliário)

O conflito entre a conservação e o uso da terra fica evidente nas falas dos representantes do setor imobiliário. Torna-se óbvio que eles sentem-se prejudicados pela lei de tombamento, que possibilita a expansão imobiliária apenas nas áreas de serra – quando estas não se encontram inseridas dentro de alguma categoria de Unidade de Conservação.

Diferentemente das comunidades Taquari, Barra Grande e São Roque, privilegiadas em beleza natural e facilidade de acesso, a procura por turistas tem aumentado, o que leva os grandes proprietários de terras ao terem suas propriedades tombadas, à indignação com a situação de que “*outros*” – assentados e caiçaras -, podem fazer uso dessa porção de terra, e eles, donos de grandes áreas, não podem fazer o mesmo.

A seguir, descreve-se as organizações detectadas neste estudo. Embora algumas delas não apresentem envolvimento direto com as comunidades pesquisadas, merecem destaque, contribuindo para um melhor entendimento de como estas organizações encontram-se inseridas nos demais projetos em Parati.

A Fundação S.O.S. Mata Atlântica tem sua atuação no município limitada ao projeto da APA Caiuruçu. A representante da ONG, que atua em Parati, alega que os assentamentos Taquari, Barra Grande e São Roque não fazem parte da área de atuação da ONG, portanto, não possui opinião formada à respeito dos conflitos existentes no local.

No entanto, analisando-se os objetivos de criação da Fundação S. O. S. Mata Atlântica, esta se coloca como “*uma entidade privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos*” e “*seus principais objetivos são defender os remanescentes de Mata Atlântica, valorizar a identidade física e cultural das comunidades humanas que os habitam, conservar o riquíssimo patrimônio natural, histórico e cultural existente nessas regiões, buscando o seu desenvolvimento sustentado*” (S.O.S. Mata Atlântica, 2002). Deste modo, fica vaga a justificativa da falta de conhecimento da representante da instituição, pois as referidas “*comunidades humanas*” (objeto deste estudo) encontram-se na área de um dos mais importantes remanescentes de Mata Atlântica do país. Esta afirmação mostra a total falta de interesse de uma ONG de grande porte que opta por trabalhar na região estudada com outra categoria de Unidade de Conservação e se exime totalmente dos problemas ocorridos no entorno estudado do PNSB.

O COMAMP, segundo reportagem publicada no Jornal Folha de Parati, “*foi criado para resolver os problemas de Parati*”. Esta organização congrega todas as associações de moradores de Parati e encabeça o projeto do Agroecoturismo no município. Representantes das associações de Taquari, Barra Grande e São Roque fazem parte dessa organização e pode-se afirmar que uma ação concreta está relacionada ao lançamento do selo “*banana ecológica*”

de Parati, que tem a finalidade de obter mercado deste produto junto aos grandes centros urbanos.

O SEBRAE tem contribuído na realização de diagnósticos e promoção dos Fóruns DLIS, que visam a discussão e resolução dos conflitos existentes no município. É visto com bons olhos pelas comunidades estudadas, pela direção do PNSB e técnicos do INCRA. Vários moradores das comunidades afirmam aguardar do SEBRAE a realização de cursos que os prepare melhor para as questões do “*turismo*”. No entanto, até o momento, não foi constatada nenhuma ação concreta dessa instituição junto às comunidades estudadas.

Durante a pesquisa, pôde-se constatar também uma divisão dentro do próprio IBAMA. Apesar de pertencerem a uma só competência, o discurso do funcionário do escritório local do IBAMA passa o entendimento de que ele parece pertencer a um outro IBAMA, que não o mesmo que responde pelo PNSB. Semelhante é o posicionamento da representante da Fundação SOS Mata Atlântica, que afirma não atuar nas comunidades Taquari, Barra Grande e São Roque, pois “*é área de atuação da direção do PNSB*”, nada podendo fazer nesses locais. Afirma ainda que, “*operacionalmente os guardas do Parque sempre utilizam a sede do IBAMA Parati quando estão trabalhando no município*” e, durante a entrevista, demonstrou total desconhecimento sobre a realidade de Taquari, Barra Grande e São Roque, alegando não possuir ação conjunta com o PNSB por falta de pessoal.

O chefe do IEF local também alega não atuar na área estudada, pois tanto as “*comunidades como o Parque ficam a cargo da fiscalização dos guardas do PNSB*”. Porém, demonstrou conhecimento sobre os problemas ocorridos na comunidade. Aponta a especulação imobiliária como motivo dos conflitos ocorridos em Taquari e Barra Grande.

O que o funcionário do escritório local do IBAMA tem em comum com o chefe do IEF local é a atual atenção que as duas chefias estão dispensando à discussão da APA Cairuçu e à reserva biológica de Juatinga. Esta última é dirigida pelo chefe do IEF.

Outro aspecto que mostra a distância entre o IBAMA e comunidade é a distinção que os moradores de Taquari e Barra Grande fazem do IBAMA de Parati e a direção do PNSB. A direção do IBAMA é vista pelas lideranças como muito distante. Essa distância é física, onde critica-se o fato de não haver uma sede do Parque em Parati e também quanto ao convívio, que historicamente, o IBAMA age como agente fiscalizador e punitivo. Atualmente, nem o fator “*fiscalizador e punitivo*” tem chamado a atenção dos moradores, que vêem o IBAMA como

uma instituição “falida”, não cumpridora sequer do seu papel fiscalizador. Por outro lado, o diretor do PNSB afirma estar aberto a parcerias, pois as ONG’s têm flexibilidade para buscar recursos e poderiam ajudar a resolver grande parte dos problemas do PNSB.

O IDACO, como já exposto anteriormente, tem atuado nas comunidades estudadas, com maior ênfase em São Roque e Taquari, por meio de um suporte técnico visando a sustentação dos agricultores através da implantação dos Sistemas Agroflorestais. Este suporte também abrange os moradores que residem no PNSB. Apesar de manter um agrônomo no município, não possui um escritório em Parati, dificultando a identidade dos moradores com a organização. Esta organização é bem vista pelo diretor do PNSB, mas nunca dialogaram visando estabelecer projetos e atuações conjuntas.

A falta de diálogo entre IBAMA e IDACO é evidente, pois levando-se a discussão para o aspecto legal, seria inconcebível o apoio do IBAMA às ações do IDACO para com as famílias que residem em um Parque Nacional. O objetivo de expor tal problemática nesta análise, não é o de prejudicar os representantes das instituições envolvidas e muito menos as famílias que residem no Parque, mas explorar problemas reais que vêm ocorrendo e mostrar que, se as instituições estivessem buscando diálogos e parcerias, procurando mostrar seus propósitos com maior clareza, muitos dos problemas existentes já teriam sido solucionados.

A EMATER, por sua vez, atua nas comunidades desde a criação dos assentamentos. Além das culturas tradicionais, contribuiu muito ao incentivo do plantio de palmito juçara, açaí e pupunha.

Um outro exemplo da falta de diálogo ocorre entre IDACO e EMATER. Apesar de possuírem propósitos calcados nos mesmos princípios (incentivo ao desenvolvimento do produtor rural), seus técnicos nunca dialogaram, possuem linhas de atuação distintas e atualmente incentivam o plantio de palmito, mas de forma diferenciada em relação ao manejo produtivo.

O IDACO incentiva a formação de Sistemas Agroflorestais e a EMATER orienta ao plantio convencional. Percebeu-se que parte dos agricultores baseiam-se em uma das instituições, podendo até ter tido contato com os dois técnicos, porém seguem apenas as orientações de um deles, além de perceberem que as duas instituições não dialogam.

Um outro ponto polêmico e conflitante foi a iniciativa do IDACO em introduzir o plantio de maracujá aos seus assistidos. Muitos entrevistados não concordaram com a

iniciativa, afirmando que a região não é propícia para o plantio desta espécie. No entanto, as pessoas assistidas pelo IDACO afirmam ter obtido uma boa produção do fruto.

A ONG Pró-Bocaina foi criada por moradores dos municípios de Areias e São José do Barreiro, possui sede no município de Bananal e a parte institucional não é remunerada. Apesar de ser composta por um grupo reduzido, é considerada por seus integrantes como uma ONG regional e não atende demandas externas. Foi responsável pela captação de recursos (R\$ 220 mil) para a realização do Plano de Manejo do PNSB. Possuía projetos de extensão rural, incentivo à atividade apícola no município de Areias com cerca de 60 a 70 famílias. Pretendem atingir, por projetos de extensão, um total de 400 famílias espalhadas pelos demais municípios. Sua atuação com atividades de extensão rural ainda não chegou à Parati .

A atual gestão da Prefeitura Municipal de Parati tem buscado junto ao INCRA a resolução quanto à urbanização das três comunidades. Não possui diálogo com a direção do PNSB, tradição que se arrasta desde os tempos da criação do Parque. De modo geral, vê as Unidades de Conservação como um entrave ao desenvolvimento do município. Suas Secretarias atuam nas questões básicas da comunidade, como, por exemplo, a Secretaria da Educação, pela manutenção das escolas e tentativa de implantação de um projeto de educação ambiental, e a Secretaria de Obras, que cuida dos reparos das vias principais. A Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca não possui projetos concretos nas comunidades e limita-se à atuação do agrônomo residente²³.

O INCRA, como já exposto neste estudo, apesar de ser o responsável pelos assentamentos, encontra-se em constante conflito com os moradores, assentados originais ou não. Procura, atualmente, resolver a questão fundiária das comunidades Taquari e Barra Grande. O INCRA tem buscado uma aproximação com os moradores a fim de promover a resolução da questão fundiária. Mas os próprios técnicos reconhecem que a situação está fora de controle e tentam, em vão, através da Justiça, a reintegração de posse de algumas áreas.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) teve atuação fundamental durante a desapropriação das terras e implementação dos assentamentos na década de 70. Atualmente,

²³ A contratação de um agrônomo residente faz parte da parceria entre a Prefeitura Municipal de Parati e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se da contratação de 6 meses a um ano de um agrônomo recém formado.

não possui força política, mas tem papel importante no que diz respeito à assistência aos agricultores de Parati em termos trabalhistas.

Analisando o comportamento que diversos segmentos da sociedade apresentam em relação ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, observa-se que existem vários grupos de pressão²⁴, defendendo interesses próprios, em grande parte relacionados a algum tipo de exploração e recursos naturais, com iniciativas quase nulas sobre sua conservação. O PNSB é visto por grande parte dos segmentos sociais de Parati como um obstáculo ao desenvolvimento local. Até mesmo os órgãos que deveriam fiscalizá-los esquivam-se de fazê-lo, justificando que compete aos guardas do próprio PNSB cuidar da área.

5. CONCLUSÕES

É evidente que apenas Decretos que regulamentaram a criação de Unidades de Conservação, como acordos de proteção como a Convenção da Biodiversidade, não são suficientes para impedir a exploração ilegal das áreas protegidas.

É necessário que mecanismos de gestão eficientes e o envolvimento das esferas de governo locais desenvolvam um diálogo, visando a preservação do PNSB e garantindo o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. É necessário, também, que haja uma política de gestão integrada, possibilitando o uso racional das áreas com potencial turístico, investindo-se em educação e criando-se mecanismos que garantam as áreas que devem se manter preservadas.

Neste sentido, o PNSB seguiu a mesma tendência ocorrida em várias outras Unidades de Conservação existentes no Brasil. A fragilidade em se trabalhar apenas o poder de polícia face à preservação dos Parques Nacionais, sem levar em conta a existência de presença humana dentro ou no entorno destas áreas, não garantiu o término da exploração dos recursos naturais, que já eram legitimados antes da criação destas áreas.

Por diversas vezes foi observado o discurso enfatizando que essas áreas “*são bens de toda a nação*”. Se são áreas que pertencem a toda uma nação, surge um questionamento -

²⁴ Os grupos de pressão caracterizam-se mais como um tipo de mobilização social circunstancial, sem fôlego para transformar os sujeitos que deles fazem parte, através da ação. A sociologia americana, que cunhou este conceito, caracteriza-os como o agrupamento circunstancial de sujeitos que priorizam uma ação voltada ao mercado

quem deve se responsabilizar para que os PARNAS venham a cumprir os propósitos para os quais foram criados?

Alguns autores indicam que a solução está em torná-las propriedades privadas. Não se deve tratar este aspecto como uma solução definitiva. Várias pesquisas apontam que não é porque os indivíduos gozam do direito de propriedade que eles saberão explorar os recursos naturais de maneira durável e sem externalidades negativas (LE PRESTE, 2000). É preciso dispor de meios administrativos e políticos para se fazer respeitar qualquer regime de propriedade. No Brasil, atualmente é impossível manter um PARNA ou qualquer outra categoria de Unidade de Conservação sem a parceria de ONG's e/ou organismos internacionais.

A mudança de postura do IBAMA, divulgada na década de 90, que tem afirmado a existência de um trabalho com comunidades localizadas na Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação, ainda não é perceptível, ao menos na área estudada.

Parati é considerado um dos municípios (que contemplam o Parque) que melhor conserva intacta a vegetação do PNSB. Este fato pode ser considerado ilusório quando se analisa a perda da biodiversidade que abastece uma demanda comercial proveniente do próprio município e dos grandes centros urbanos. Convém ressaltar que o relevo de Parati é o principal fator para que a vegetação esteja aparentemente intacta. Não foi encontrado mecanismo algum, relacionado à implementação de políticas, que fosse um diferencial em relação a qualquer outro município brasileiro.

Quando se coloca o termo “demanda comercial da biodiversidade”, deve-se destacar que o termo “*demanda*” não está sendo utilizado com a conotação de que os recursos são uma necessidade existente, que visam suprir o palmito ou a caça como base da alimentação da população, ou que a retirada da madeira seja o único recurso para a humanidade. O termo “*demanda*” é aqui utilizado no sentido de mostrar que a biodiversidade do PNSB está sendo explorada com a finalidade de abastecer as classes sociais média e alta com gêneros pertencentes à categoria de supérfluos.

Além do desperdício do uso direto da biodiversidade, considerado ilegítimo por lei, existem implicações ainda maiores ao verificar-se que a função do PNSB é a de preservar um

político, de modo a pressionar o Estado, através de seus agentes, a atender demandas, ou necessidades/expectativas reconhecidas como reivindicação política (FERREIRA, 1999).

verdadeiro reservatório de águas, que alimenta tanto as bacias hidrográficas drenadas em direção ao litoral, quanto aquelas drenadas para o Vale do Paraíba do Sul (BRASIL, 2002).

Diante do exposto, fica evidente que as ameaças reais em relação ao PNSB, ao menos na área estudada, não são efetivamente as comunidades localizadas na Zona de Amortecimento, mas muito provavelmente o tráfico de recursos naturais (madeira, palmito, orquídeas e bromélias) que, através da ação dos traficantes, sobem as escarpas sem limites de exploração. Para as comunidades, fica a situação de servirem como corredores de via de acesso à saída desses recursos e de mão-de-obra barata para os traficantes, seja na figura daquele que corta e traz para as áreas de escoamento, seja como “*olheiro*” da Polícia Florestal.

Pôde-se constatar que existe uma inclinação natural das três comunidades para atividades ligadas ao ecoturismo e ao turismo rural. Esse quadro foi se consolidando em função das políticas de desenvolvimento e de preservação, implementadas na região e aos próprios conflitos, decorrentes destas políticas, gerados ao longo de vários anos.

Ações consideradas positivas, oriundas da própria comunidade, ou de órgãos de extensão, universidades ou de ONG's, como por exemplo, a implantação de agrofloresta, turismo rural e ecoturismo, são muitas vezes desestimuladas pela falta de incentivos financeiros por parte dos órgãos públicos. Não porque tais incentivos não existam, mas pela falta de capacidade entre as instituições e comunidade, de dialogarem e encontrarem soluções viáveis aos diferentes interesses existentes.

No que se refere à questão rural, as comunidades seguiram as tendências ocorridas no Estado do Rio de Janeiro, onde a falta de incentivo à agricultura familiar associada à limitação da capacidade de uso do solo e à existência de legislação que garanta a proteção integral da Mata Atlântica contribuíram para que os assentados buscassem alternativas econômicas que não fossem calcadas na agricultura comercial em larga escala. Os assentados de Taquari e Barra Grande contaram com outro agravante – o afastamento do INCRA por mais de uma década, favorecendo a venda ilegal de terras e a entrada de posseiros.

Apesar deste estudo não ter realizado uma pesquisa aprofundada sobre os sistemas de produção, não se ignora o fato de que a comunidade São Roque possui um papel importante na produção de gêneros alimentícios e abastecimento do mercado de Parati.

Nas três comunidades, encontram-se moradores que adaptaram suas propriedades a algum tipo de exploração turística. Os assentados, originais ou não, já perceberam a vocação

das três comunidades para o Agroecoturismo; portanto, cabe às instituições governamentais e não governamentais envolvidas apoiarem essa dinâmica, oferecendo cursos e apoiando a busca de financiamentos. Sabe-se, que o PRONAF apresenta linhas de financiamento que contemplam o turismo rural e a implantação de sistemas agroflorestais. Estas poderiam ser linhas acionadas pelos assentados.

Verificou-se, nas comunidades, o aumento da vegetação, ao longo destes trinta anos, em decorrência ao abandono dos bananais e à mudança de padrão dos sistemas de produção, baseados principalmente na diversificação de culturas para subsistência e comercialização do excedente. As áreas retalhadas tiveram um novo uso, principalmente para as pequenas chácaras de final de semana.

De qualquer forma, nas três comunidades, ocorreu uma mudança significativa no padrão de uso da terra nos últimos anos estudados, bem diferenciado da região circunvizinha, localizada ao sul dos assentamentos (Rio Pequeno e Graúna), onde o cenário de conflito de uso da terra é mais evidente.

Apesar da constatação da recuperação da vegetação nestas comunidades, os impactos ambientais existentes atualmente são bem diferentes dos encontrados durante os 30 anos analisados. Estes estão relacionados ao saneamento básico (aumento do número de edificações) em sistema de fossas e à crescente ocupação das áreas de preservação permanente, principalmente em mata ciliar, portanto, em áreas que deveriam estar sendo preservadas. Além disso, a vegetação recuperada está, permanentemente, exposta a pressões diversas de trilhas que alcançam a escarpa ao extrativismo. Assim, cabe o seguinte questionamento: aumentou a superfície coberta por sucessões florestais, mas qual a qualidade delas?

Em toda a análise feita, pode-se constatar que os principais conflitos existentes na área estudada relacionam-se à falta de diálogo entre as instituições envolvidas. Este fato pode ser considerado até mesmo como histórico, principalmente quando se constata que os limites físicos entre o PNSB e os assentamentos não são entendidos pelas próprias instituições envolvidas e que perduram até os dias de hoje. Este entendimento seria o primeiro passo para a resolução dos demais conflitos.

Os conflitos existentes na área pesquisada não são decorrentes de algum movimento social que defenda tanto os interesses dos moradores das três comunidades quanto os do

Parque Nacional da Serra da Bocaina. Os conflitos caracterizam-se pela presença de diversos grupos de pressão, onde a especulação imobiliária e o comércio ilegal dos recursos naturais são priorizados. Quanto às instituições envolvidas, a falta de diálogo por si só já se caracteriza como geradora de conflito. Interesses opostos e apresentação de soluções infundadas são os principais problemas encontrados.

Constata-se a potencialidade de várias instituições em contribuir positivamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades; no entanto, tais potencialidades estão desgastadas pela falta de articulações. Dentre estas, está o SEBRAE, que poderia ter uma atuação mais efetiva no que se refere à oferta de cursos de capacitação para a geração de empreendedores; pelos técnicos do IDACO, EMATER e INCRA, que poderiam unir esforços e garantir conjuntamente a alternativa da exploração do turismo rural e/ou ecoturismo de forma sustentável; e pelos governantes municipais, se olhassem estas áreas de assentamentos como parte integrante de Parati e, portanto, merecedores de incentivos turísticos. Tudo isso em um ecossistema onde já está mais do que comprovado que o modelo puramente econômico só tende a degradar o ambiente e garantir a pobreza social. Ao IBAMA caberia colocar seu discurso, difundido através de publicidade, de conciliar os moradores da Zona de Amortecimento com o uso das potencialidades turísticas em suas áreas de preservação.

As comunidades poderiam ser áreas de atrativos turísticos em períodos sazonais (inverno), onde o turismo em Parati não apresenta atualmente tantos atrativos. Apesar de parecer utópico, num primeiro momento, a implantação de criadouros de animais silvestres, associada à implantação de sistemas agroflorestais, poderia ser uma saída viável.

Enfim, pode-se encontrar alternativas sustentavelmente viáveis, e o que é melhor, com investimentos calcados em projetos com recursos a fundo perdido. É pertinente afirmar que qualquer projeto que se dirija às comunidades deve ter o respaldo dos moradores, ou estará condenado a ser apenas mais um projeto inviável, igual a tantos outros superficialmente sugeridos até hoje pelas diferentes instituições. Neste caso, sugere-se a utilização de metodologias participativas desde o diagnóstico até a elaboração dos projetos, a fim de assegurar uma implantação efetiva.

Deve-se encontrar um meio para o tratamento dos conflitos expostos, que poderá acontecer por meio de articulação de um grupo externo, negociando com os atores envolvidos,

soluções para os conflitos existentes. Para VAINER (1995), *“todo o processo conflitante impõe a qualquer sujeito a busca de articulações”*.

O desafio de desenvolver técnicas e processos que facilitem a negociação de conflitos tem motivado inúmeras iniciativas, porém, é necessário verificar os aspectos metodológicos que melhor contribuam para o tratamento dos conflitos encontrados. A negociação é um processo político e, nesse sentido, requer práticas amadurecidas. O modo de negociação evolui com a prática e permite uma interação entre as partes. Uma vez bem empreendido, poderá trazer fórmulas de enfrentamento mais legítimas para situações de conflito.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALENCAR, Edgar. **Abordagem interpretativa nas ciências sociais**. Lavras: UFLA, 1996.

ALENCAR, Edgar. **Introdução à Metodologia de Pesquisa Social**. Lavras: UFLA. 1999. 125p.

ALMEIDA, Mariza Costa Almeida. **Concepções de Natureza e Conflitos pelo uso do solo em Parati-RJ**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Departamento de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.

ARAÚJO, Aloísio Barbosa de. **O meio ambiente no Brasil: aspectos econômicos**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1979. 136p.

ARRAES, Nilson Modesto. **O Planejamento Ambiental como estratégia de Desenvolvimentos: as agendas 21 locais**. 235p. Tese (Doutorado em Planejamento Ambiental) - Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 79-92, 2^o semestre. 1999.

BERGAMASCO, S. M. P.; NORDER, L. A. C. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense. 1996.

BERNARDO, Maristela. Políticas Públicas e Sociedade Civil. **A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond. 41-58. 2001.

BONIFAZ, N. Los conflictos políticos y las areas protegidas, república del Equador. In: **Congreso de Parques Nacionales Y Areas Protegidas (4)**. Venezuela: Caracas. p 35-48. 1992.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. **Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre a Diversidade Biológica**. Brasil: Brasília, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira - Área Temática: Agricultura Sustentável**. Brasília: PNUD / Museu Emílio Goeldi / MPEG / USP-PROCAM / ATECH. Brasília, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/IBAMA/DIREC. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina**: encarte n.5. Brasília: FEC/UNICAMP, 2002.

BRESSAN, Delmar Antonio. **Gestão racional da natureza**. São Paulo: HUCITEC. 1996. 111p.

BRESSAN JUNIOR, Almir. Principais resultados da política ambiental brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro. v. 26, n. 1, p 97-120, jan./mar., 1992.

BRESSAN, Sérgio. CPI vai propor suspensão de ações ambientais. **Jornal o Estado de São Paulo**. 15/04/2001.

BRUSH, Grace S. History and Impact of Human Activities on Chesapeake Bay. **Ecosystem Function & Human Activities: Reconciling Economics and Ecology**. New York: Chapman & Hall. P. 125-145. 1977.

BURSZTYN, Marcel. Políticas Públicas para o Desenvolvimento. **A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond. 59-76. 2001.

BUECHNER, Marybeth; SCHONEWALD-COX, Christine; SAUVAJOT, Raymond; WILCOX, Bruce A. Cross-boundary issues for National Parks: what works “on the ground”. In: **Environmental Management**. New York: Springer-Verlag. vol.16, n.6, p.799-809. 1992.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Reforma Agrária – Compromisso de todos**. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. 1997. 96p.

CARMO, Maristela Simões; SALLES, Julieta T. A. O. ; COMITRE, Valéria. Agricultura sustentável e o desafio da produção de alimentos no limiar do terceiro milênio. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 25, n.11, nov. 1995.

CARRILLO, G. O. Areas protegidas y comunidades locales. In: **Congreso de Parques Nacionales y Areas Protegidas (4)**. Venezuela: Caracas. p 11-21. 1992.

CASTOR, B. V. J. Criando condições institucionais adequadas a políticas ambientais eficazes. In: **Cadernos FUNDAP / Fundação do desenvolvimento Administrativo**. São Paulo: FUNDAP.. p. 7-13. 1996.

CHÉVEZ POZO, Osmar Vicente. **O pequi (*Caryiocar brasiliense*): uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do Cerrado no Norte de Minas Gerais**. 100p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras. 1997.

CHIFUCO, Naftal Cassimo. **O conflito e o fenômeno de venda de terras no contexto de turismo, sua origem e mecanismos da sua prevenção.** II CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE O MANEIO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS. Maputo: FAO/IUCN/Unidades de Apoio ao Maneio Comunitário. 6p. 2001.

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas agrários en la América Latina:** De la etapa prehispánica a la modernización conservadora. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1994. 204p.

CIMA-COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA A PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNUMAD.** Brasília, 1991. (versão preliminar).

CONYERS, D ; HILLS, P. **Na introduction to development planning in the trird world.** Chichester, John Wiley & Sons. 127p. 1984.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Ed. SCHWARCZ Ltda, 1996. 484p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1994. 163p.

DIEGUES, Antonio Carlos Santa'ana; NOGARA, Paulo José Navajas. **O nosso lugar virou parque:** Estudo Sócio - Ambiental do Saco de Mamanguá. Parati-Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB/USP. 1999. 165p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. Debates. **Conflitos sociais e meio ambiente:** desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: IBASE. 1995.

DOWBOR, L Tecnologia e meio ambiente. **Ecologia, sociedade e estado.** Org. Rezende, P.E. A. São Paulo: EDUC, 1994. p. 31-38.

DOUROJEANNI, Marc J. Conflictos Socio - Ambientales en Unidades de Conservación de América Latina. CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II. **Anais...**Campo Grande: Rede Nacional Pró - Unidades de Conservação / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. v.1, p. 36-56. 2000.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUFF (Coleção Antropologia e Ciência Política, 2). 306p. 1997.

DRUMMOND, José Augusto. Conceitos Básicos para a Análise de Situações de Conflito em Torno de Recursos Naturais. **A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond. p.123-148. 2001.

DUNN, Christopher P.; SHARPE, David M.; GUNTENSPERGEN, Glenn R.; STEARNS, Forrest; YANG, Zhao. Methods for Analyzing Temporal Changes in Landscape Pattern. (Eds.) TURNER, Monica G. & GARDENER, Robert H. **Quantitative Methods in Landscape Ecology**. New York: Springer-Verlag. p.173-198. 1991.

EMATER-RIO. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Crédito PROCERA: Assentamento São Roque**.1992.

EMATER-RIO. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Levantamento das potencialidades para futuras instalações agroindústrias familiares**. 1999.

FARREL, John. Sistemas Agroflorestais. In: **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Tradução por Patrícia Vaz. Rio de Janeiro:PTA/FASE, 1989.240p.

FERREIRA, Leandro V.; LEMOS de SÁ, Rosa M.; BUSCHBACHER, Robert; BATIMANIAN, Garo; BENSUSAN, Nurit R.; COSTA, Kátia Lemos. Protected areas or

endangered spaces?. (Eds.) BARBOSA, A.C.; LAVACA, U. **WWF Report on the Degree of Implementation and Vulnerability of Brazilian Federal Conservation Areas**. 1999. Brasília: WWF Brasil (<http://www.Iucn.org.br>). 03/09/00.

FERREIRA, Leila da C; FERREIRA, Lúcia da C. (Orgs.) Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp. p.13-35.1995.

FERREIRA, Leila Costa. **Conflitos Sociais**. Texto de apoio didático da disciplina “Conflitos de uso de recursos naturais” do Curso de especialização “Análise e Conservação de Recursos Naturais”. NEPAM, UNICAMP/PADCT, CIAMB. (1999). 9 p.

FUCKS, Mário. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ. v.41, n1, p. 87-114. 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Por uma Reforma Agrária Não Essencialmente Agrícola**. 1996 (<http://www.unicamp.br/IE>). 11/07/2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil? In: **Revista Ciência Hoje**. SBPC: São Paulo, vol.27, nº 170, p. 81-83. 2001.

GUATURA, Inah Simonetti. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC –Lei nº 9.985, de 18/07/00. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II. **Anais...**Campo Grande: Rede Nacional Pró - Unidades de Conservação / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. v.1, p. 26-56. 2000.

GUTBERLET, Jutta. **Cubatão: Desenvolvimento, exclusão social e degradação ambiental**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Fapesp. 1996. 244 p.

GODOY, Antonio S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v35, n2, p. 57-63, 1995.

GREEN, M. J. B.; PINE, J. Stat of the world's protected areas at the end of the twentieth century. In: **Symposium on Protected Areas in de 21st Century**: From islands to networks. Albany: Australia. 1997. (http://www.wcmc.org.uk/protected_areas/albany.pdf). 03/09/00.

GUILLÉN, M. D. F; JONGMAN, R.H.G. Diversidade y agricultura. In: **El Campo**. Bilbao: Servicio del Banco Bilbao Vizcaya. n.131. 1994.

GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. BECKER B. K.; MIRANDA, M. (Orgs.) **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p.13-44.

HECHT, S.B.; ANDERSON, A. B.; MAY, P. El subsidio de la naturaleza: la agricultura itinerante, los bosques sucesionales de palmas y el desarrollo rural. LEFF, E.; CARABIAS, J. (coord.). **Cultura y manejo sustentable de los recursos naturales**. v.1. PNUMA: México. p.39-54. 1993.

INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE CRÉDITO E REFORMA AGRÁRIA. Fazenda Taquari e Fazenda Barra Grande. **Relatório de Vistoria**. 1983.

INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE CRÉDITO E REFORMA AGRÁRIA. Fazenda São Roque. **Relatório de Vistoria**. 1986.

INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE CRÉDITO E REFORMA AGRÁRIA Levantamento dos moradores do assentamento Taquari. **Relatório**. 2001.

IBDF-INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Plano do sistema de Unidades de Conservação-II** etapa. Brasília: DF.1981.

JACOBI, Pedro. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE. 1995.

JORNAL FOLHA DO LITORAL. **Sementes florestais geram renda e conservam a Mata Atlântica**. Ano vi, n.21, dez. 2001.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Boas notícias na área ambiental**. 25/01/01. pág. A3.

JORNAL O GLOBO. **Governo examina cessão de terra a posseiros de Parati**. 20/01/83. pág. 14.

LEFF, E. La cultura y los recursos naturales en la perspectiva del desarrollo sostenible: una nota introductoria. In: LEFF, E.; CARABIAS, J. (Coord.). **Cultura y manejo sustentable de los recursos naturales**. vol. I. México: PNUMA. 1993. p39-54.

LEIS, Hector. Introdução à questão metodológica. In: **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE. 1995.

LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: Ed. SENAC. 2000. 518p.

LÉVEQUE, Christian. **A biodiversidade**. Bauru: Ed. Univ. Sagrado Coração de Jesus. 1999. 245p.

LITTLE, Paul E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. (Org.) BURSZTYN, M. In: **A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122. 2001.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. **Meio Ambiente e Políticas Públicas: Tradição Regulatória e Aspectos Redistributivos Emergentes**. Rio de Janeiro: IUPRJ. Série Estudos, n. 90. 1994. 23p.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 1996. 782p.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: CAETES, 1987. 271p.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1992. 224p.

MCNEELY, Jeffrey A. Los Espacios protegidos y la biodiversidad: Un Nuevo Paradigma para el siglo XXI. **Revista El Campo**. Ed. Servicio de Estudios del Banco Bilbao Vizcaya: Bilbao. n.128. 1993.

MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. Luta por terra e assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas** (Orgs. MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio). Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.279 p.

MELO, Mônica M. de. **A relação entre unidade de conservação e a comunidade do entorno**: Estudo de caso – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros-GO. Dissertação (Mestrado em Ecologia) Faculdade de Ecologia. Brasília: UnB. 1999.

MELLO, Marcelo Pereira de. **Problemas Ambientais e Políticas**: Construção Social e Desconstrução Analítica. 180p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1996.

MELLO, Rodrigo Bacellar et al. **Avaliação da demanda por produtos agroecológicos em Paraty**. Relatório de pesquisa. UFRJ. 2000.

METZGER, Jean P. O que é Ecologia da Paisagem? **Biota Neotrópica**. v. 1, n. 1 e 2. 2001

MILANO, Miguel Serediuk. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II. **Anais...**Campo Grande: Rede Nacional Pró - Unidades de Conservação / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. v.1, p. 11-25. 2000.

MILANO, Miguel Serediuk. Planejamento de unidades de conservação um meio e não um fim. CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. **Anais...**Curitiba: IAP, UNILIVRE, Rede nacional Pro Unidade de Conservação, p. 150-165. 1997.

MISHRA, Hemanta R. Balancing human needs and conservation in Nepal's Royal Chitwan Park. **Ambio**. p. 246-251, vol. II., n.5. 1982.

MORSELLO, Carla. **Unidades de Conservação Públicas e Privadas: Seleção e Manejo no Brasil e no Pantanal Mato-grossense**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) São Paulo: PROCAM / USP. 1999.462p.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a Reinvenção do Futuro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP. 1998.

NEDER, Ricardo. Introdução à questão metodológica. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE. 1995.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Os conflitos na Sociedade Moderna: uma Introdução Conceitual (Org.) BURSZTYN, M. **A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 85 - 106. 2001.

NIPE-NÚCLEO DE PESQUISAS. I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE RESERVA DA BIOSFERA. 1998. (<http://www.nipe.unicamp.br>). 10/11/00.

NUNES, J. V. C. Bromélias. In: **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. (Orgs) SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.p. 119 – 132.

OLIVA, Adriana. Gestão de unidades de conservação: processo participativo ou outorga de atribuições e prerrogativas? CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II. **Anais...**Campo Grande: Rede Nacional Pró - Unidades de Conservação / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. v.1, p. 117-131. 2000.

OLIVEIRA, Ceurio de. **Dicionário Cartográfico**. 3ed.Rio de Janeiro: IBGE. 1987.

OLIVEIRA, R. R. de; LIMA, D. F.; SAMPAIO, P. D.; SILVA, R. F. da; TOFFOLI, D. D. G. Roça caiçara: um sistema primitivo auto sustentável. In: **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC. v.18, nº 104, p. 44 – 52. 1994

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. **Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas: Reflexões sobre a Questão Agrária**. 65p. 1995.

PEDLOWSKI, Marcos; DALE, Virgínia; MATRICARDI, Eraldo. A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. **Ambiente & Sociedade**. Campinas: Unicamp. p.93-107, Ano II, n.5, 2^o semestre. 1999.

PEREZ-TREJO, F. Landscape response units: process-based self-organising systems. (Ed) GREEN, E. G. **Landscape ecology and geographic information systems**. London. p. 87-98. 1994

PHILLIPS e SHEPPARD. Protected areas and the Convention on Biological Diversity. **Fifth Meeting of the Conference of the Parties to the Convencion on Biological Diversity**. Nairobi: Kenya. 15-26 may. 2000.(<http://www.iucn.org>). capturado em 03/09/00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paraty**. s/d. 64p.

RAPOPORT, Anatol. **Lutas, jogos e debates**. Trad. de Sérgio Duarte. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1980. 324p. (Coleção Pensamento Político, 21).

REE, Marco C. van der; BORN, Rubens Harry; SARAGOUSSI, Muriel. **Biodiversidade: Consulta Nacional**. XII Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento-Consulta Nacional para Rio+5. Brasília. 1997. 35p.

REIS, M. S. dos; MARIOT, A.; CONTE, R.; GUERRA, M. P. Aspectos do manejo de recursos da Mata Atlântica no contexto ecológico, fundiário e lega. In: **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. (Orgs) SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.p. 159 – 172.

SCHONEWALD-COX, Christine; BUECHNER, Marybeth; SAUVAJOT, Raymond; WILCOX, Bruce A. Cross-boudary management between national parks and surrounding lands: a review and discussion. In: **Environmental management**. vol. 16, n.2, p.273-282. 1992.

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Diagnóstico sócio-econômico de Parati**. 1999.

SHIVA, V.; DANKELMAN, I. As mulheres e a diversidade biológica: lições do Himalaia indiano. In: GAIFAMI, A.; CORDEIRO, A. (Orgs.). **Cultivando a diversidade: recursos genéticos e segurança alimentar local**. Rio de Janeiro. p. 35-40. 1994.

SILVA, Maria Dolores Lima da. **A Produção de Políticas Ambientais na Câmara dos Deputados (1989-1998)**. Rio de janeiro: IUPERJ. (Dissertação de Mestrado - Ciência Política). 1999.

SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Ministério do Meio Ambiente**. Brasília-DF. (<http://www.mma.gov.br>). capturado em 23/07/00.

SOARES, L. H. P. Ecologia e modelo de desenvolvimento nos países periféricos. In: **Ecologia, sociedade e estado**. Org. Rezende, P.E. A. São Paulo: EDUC, 1994. p. 23-30.

SOUZA, Hélcio M.; SIQUEIRA, Thalles R. Panorama Orçamentário da Política Ambiental (1995-1998) In: ROCHA, P. E. (Org.). **Políticas públicas sociais: um novo olhar sobre o orçamento da união- 1995/1998**. p 43-6. INESC:Brasília. 1999.

STONE D.; RINGWOOD, K; VORHIES, F. **Business and Biodiversity: A Guide for the Private Sector**. WBSCD/IUCN. 1997. 64p.

TAVARES, Maria da Conceição. A questão Agrária. **Folha de São Paulo**. 27/04/1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. (Orgs) HOGAN, D. J. ; VIEIRA, P. F. Campinas: UNICAMP. p. 73-102. 1995. (Coleção Momento).

VORHIES, Frank. **An essay on biodiversity and globalisation**. 1999.13p. (<http://economics.iucn.org> - issues-13-00). 15/07/99.

WORLD BANK.1998. **Brasil implicará suas áreas protegidas para el año 2000**: Presidente Fernando Henrique Cardoso firmó decreto hoy. Washigton: EUA. In: (<http://www.panda.org/news/press/news-197-sp.htm>). 03/09/00.

ZOLHO, R. Princípios de manejo e desenvolvimento da área tampão do Parque Nacional de Gorongosa. **Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais: Memórias da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais**. Maputo, Moçambique. FAO/IUCN. 1998. p199 – 226.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BUECHNER, M.; SCHONEWALD-COX, C.; SAUVAJOT, R.; WILCOX, B. A. Cross-boundary issues for National Parks: what works “on the ground”. In: **Environmental Management**. New York: Springer-Verlag. vol.16, n.6, p.799-809. 1992.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. **Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre a Diversidade Biológica**. Brasil: Brasília. 1998. 283p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira - Área Temática: Agricultura Sustentável**. Brasília: PNUD / Museu Emílio Goeldi / MPEG / USP-PROCAM / ATECH. Brasília. 1999. (Texto para Seminário).

BROOKS, David. Atenção para as frases de efeito: o que significa realmente desenvolvimento sustentável ? **Atualização em agroecologia**, Rio de Janeiro: [s.n.], 1992. p.1-52.

CAMINO, V. R. DE; MULLER, S. **Sostenibilidad de la agricultura y los recursos naturales: bases para establecer indicadores**. San José, CR : Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura/Proyecto IICA, Série Documentos de Programas, n. 38, 1993.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor**. 1999. (<http://www.unicamp.br/IE>), 15/07/2002.

CNMA–COMISSÃO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico Rápido Participativo**. Maputo. 1994.

CONWAY, G. R. **Análise participativa para o desenvolvimento agrícola sustentável.**

Rio de Janeiro: AS-PTA. 1993. 32p.

DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservadorismo. In: **Ambiente & Sociedade.** Campinas: Unicamp. Ano II, n.3 e 4, 1^o semestre, p.127-149. 1999.

DUFUMIER, M. Les projets de developpement agricole. Paris: CTA-KARTHALA. 1992.

LILIEHOM, R. J.; ROM, J. Pinelands National Reserve: An intergovernamntal approach to nature preservation. In: **Environmental management.** vol. 16, n.3, p335-343. 1992.

MATAKALA, Patrick. Participação pública, análise de género e resolução de conflitos na gestão dos recursos naturais. **Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais:** Memórias da 1^a Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais. Maputo, Moçambique. FAO/IUCN. p171 –177. 1998.

METZGER, Jean P. Estrutura da paisagem e fragmentação: análise bibliográfica. **Academia Brasileira de Ciências.** 71. P.445-463. 1999.

ROMEIRO, A R.; BUAINAIN, A M. **Ainda Sobre a Reforma Agrária** (<http://www.unicamp.br/ie/artigo50.htm>) capturado em 22/07/01.

SALLES de SÁ, Sebastião; SOARES, Eduardo. **Mata Atlântica (Brazil) Biosphere Reserve and Agro-Ecological:** Exange Network. 2000. (<http://www.iucn.org/themes/ssp/brasil.html>). capturado em 03/09/00.

SPELLERBERG, I. F. **Monitoring Ecological Change.** London: Cambridge. 1995. 328p.

VIOLA, E. As políticas públicas do primeiro governo Cardoso sob a ótica da sustentabilidade. In: **Ambiente & Sociedade**. Campinas: Unicamp. Ano II, n.3 e 4, 1^o semestre, p.195-202. 1999.

YUNG, Roy Haines; GREEN, David; COUSINS, Steven. **Landscape ecology and geographic information systems**. London: Taylor & Francis. 1993. 287p.

ZONNEVELD, Isaak S.; FORMAN, Richard T. T. (Eds) **Changing Landscapes: An Ecological Perspective**. New York: Springer-Verlag. s/d. 277p.

ANEXO 1

Roteiro Assentado

Localidade

1 Nome do(a) proprietário(a)

Origem e um breve histórico de como chegou ao assentamento

2 Família e mão-de-obra no sistema de produção

3 Contrata mão-de-obra? Em que época do ano? Forma de pagamento.

4 Propriedade

4.1 Total quando a área foi delimitada

4.2 Total atual da propriedade

4.3 Total vendido

4.4 Vendeu terras para quantas pessoas (tamanho da áreas)

5 Quais são os principais problemas enfrentados no sistema de produção?

6 Recebe ou já recebeu assistência técnica? De onde?

7 Recebe ou já recebeu cursos? Quais? Quem ofereceu?

8 Quais créditos recebeu (desde a formação do assentamento até os dias de hoje)

9 Práticas conservacionistas

10 Participa da associação? Vcs costumam se reunir em mutirões de plantio, colheita etc?

11 Como é ser vizinho do PNSB? Tem algum problema com o Parque? Na sua opinião, quais seriam as soluções para tais problemas?

Roteiro EMATER

1- Há quanto o Sr trabalha na Emater de Parati?

2- Quais os projetos que o Sr trabalhou com os agricultores dos assentamentos pertencentes ao INCRA?

3- Ao seu ver, quais foram (e quais são) os principais problemas enfrentados por essas comunidades?

4- O Sr acha que as áreas onde ocorreram os assentamentos é própria para o desenvolvimento da agricultura?

5- Qual é a vocação agrícola de Parati e região?

- 6- Por estarem localizadas no entorno do PNSB, como o Sr vê a relação entre as pessoas dessas comunidades e o PNSB?
- 8- Existe (ou já existiu em alguma época) organização, participação, mobilização dos integrantes dessas comunidades? Os primeiros moradores ainda moram nas comunidades?
- 9 - Existe algum incentivo para o plantio e / ou manejo do palmito (ou outra espécie nativa) na região?
- 10 – Existe parceria entre EMATER e IDACO?

Roteiro – Diretor PNSB

- 1- Há quanto tempo o Sr. Administra o PNSB?
- 2- Quando aconteceram os assentamentos (foram todos no mesmo ano, anos diferentes; quais foram os anos?), foi feito algum contato com a direção do PNSB?
- 3 – Como tem sido a relação entre os funcionários do PNSB e os assentados ou com técnicos do INCRA? (Desde a implantação dos assentamentos até os dias de hoje)
- 4- Como tem sido a relação entre a direção do PNSB e a direção do INCRA? (Desde a implantação dos assentamentos até os dias de hoje)
- 5 - Ocorreram muitos conflitos entre os assentamentos e/ou assentados e o PNSB (guardas, delimitação geográfica, extrativismo etc)? Quais os **tipos** (institucional, corpo a corpo...) de conflito e quando ocorreram? Quais as **conseqüências** desses conflitos? (impacto ambiental...).
- 6 - Tais conflitos ocorreram em todos os assentamentos ou em algum específico?
- 7 - Atualmente, como se encontram estes conflitos? Foram solucionados? Como?
- 8 - Ao seu ver, as relações entre o PNSB e os assentamentos tendem a melhorar? Por quê?
- 9 - O plano de manejo, que se encontra em fase de aprovação, contempla algumas medidas em relação aos assentamentos? Quais?
- 10 – Em relação à zona tampão: parece que com o plano de manejo, a zona tampão (10km?), passará a ser responsabilidade da gestão do Parque. Como esse fato será trabalhado?
- 11 - Em comparação aos conflitos envolvendo outros atores (palmiteiros, posseiros, grileiros...etc) existentes no PNSB, como o Sr. avalia os conflitos com os assentados do INCRA (piores, de mais fácil negociação, etc..). Por quê?
- 12 – Existe algum mapeamento fundiário do Parque?
- 13 – Como os municípios (prefeitos, secretários...etc...) se relacionam com o PNSB?

- 14 - Como as ONG's se relacionam com o PNSB? Como elas se posicionam em relação aos conflitos entre moradores e o PNSB?
- 15 – Existe algum projeto de “desenvolvimento integrado” na região? Qual o papel do PNSB nesse contexto?
- 16 – Como o Sr. vê os conflitos entre o PNSB e os moradores? Na sua opinião, como tais conflitos podem ser solucionados?

Obs.: Direcionar a entrevista a uma ordem cronológica!

Obter cópias de decretos, exposição de motivos, ofícios, anteprojetos, cartas, relatórios, pareceres, planos de ação e processo de implantação do PNSB.

Roteiro – Prefeito de Parati

- 1-O Sr tem uma história, na década de 80, com as áreas de assentamento (Taquari, São Roque e Barra Grande). O Sr pode me contar um pouco desta história?
- 5 - O Sr acha que essas áreas possuem potencialidades turísticas, maiores que a agrícola?
- 6 O que significa a municipalização dos assentamentos?
- 7 Em que fase encontra-se o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável?
- 8 Qual é a atuação da Prefeitura Municipal junto ao PNSB? Existe alguma perspectiva em relação ao Plano de manejo do PNSB?
- 9 No Plano Diretor é reconhecido que, devido as peculiaridades de patrimônio histórico e por ser protegido por vários instrumentos de preservação ambiental, Parati apresenta limitações no que se refere as possibilidades de expansão econômica tradicionais. Vcs admitem a atividade turística como uma alternativa adequada e afirmam ainda que este tem sido enfatizado inclusive nos planos e projetos para o município. Quais são esses planos e projetos? Qual é o público alvo? Tais planos e projetos contemplam especificamente o PNSB?
- 10 Há interesses em se implementar políticas direcionadas a agrosilvicultura?
- 11 Como pretende-se promover o manejo sustentado do palmito a fim de se reprimir a extração clandestina da planta. Existe alguma política municipal?
- 12 No que consiste exatamente o conflito entre a sobreposição de áreas de conservação e como isso tem implicado no desenvolvimento do município? Como o Sr prefeito está tentando resolver esses conflitos?

Roteiro – INCRA

- 1 Na sua opinião, quais os principais conflitos existentes nas três comunidades?
- 2 Por que o INCRA ficou tanto tempo (5 anos) afastado de Taquari e Barra Grande, mesmo depois de concedida a autorização de retomada das áreas?
- 3 Existe diálogo com a prefeitura e IBAMA para que se resolva os conflitos existentes?
- 4 Na sua opinião, como os conflitos poderão ser solucionados?

Obs.: Obter cópias de decretos, exposição de motivos, ofícios, anteprojetos, cartas, relatórios, pareceres, planos de ação e processo de implantação do PNSB.

Roteiro - Presidente do COMAMP

- 1 O que Taquari, Barra Grande e São Roque possuem de potencialidades turísticas?
- 2 O que significa a municipalização dos assentamentos?
- 3 No que consiste o projeto de agroecoturismo?
- 5 Quais foram as conquistas do COMAMP?
- 6 Como encontram-se as metas propostas pelo COMAMP?
- 7 Em que fase encontra-se o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável?
- 8 Como vc vê a questão do saneamento básico nas comunidades?
- 9 Quais são as perspectivas em relação ao Plano de Manejo do PNSB?
- 10 Como tem sido a atuação do atual prefeito para a resolução da questão fundiária de Taquari e Barra Grande?

Roteiro – IEF

- 1 O IEF trabalha em conjunto com o IBAMA
- 2 Na sua opinião, quais são as áreas de maior conflito, no entorno do PNSB?
- 3 Quais são os tipos de conflito encontrados?
- 4 Os assentados que estão cultivando o palmito nativo poderão extrair sem problemas com órgãos fiscalizadores?

Roteiro IBAMA – Parati

1 O IBAMA de Parati atua com o IBAMA do PNSB?

2 Na sua opinião, quais o principais conflitos existentes nas três comunidades ?

Roteiro – IDACO

1 Como o IDACO chegou a Parati?

2 Como tem sido o trabalho nas três comunidades? Existe diferenças entre elas?

3 O que já existe de concreto entre IDACO e comunidades?

4 Existe parceria entre IDACO e EMATER?

5 O IDACO trabalha com parcerias? Quais?

6 Na sua opinião, quais são as potencialidades de exploração econômica sustentável para os assentados?

7 Como tem sido a receptividade dos moradores em relação a implementação da agrofloresta?

8 Quais são as maiores dificuldades encontradas pelo IDACO no desenvolvimento das atividades nas três comunidades?

9 Na sua opinião, quais o principais conflitos existentes nas três comunidades?

Roteiro – Secretaria Municipal de Educação

1. Quais trabalhos vcs desenvolvem junto às comunidades (Taquari, Barra Grande e São Roque)

2. Vcs desenvolvem um projeto de Educação Ambiental em parceria com a SOS Mata Atlântica. Esse projeto tem alcance nas comunidades (Taquari, Barra Grande e São Roque)?

3. Na sua opinião, quais o principais conflitos existentes nas três comunidades?

